

Bruna Andrade Irineu
Victor Hugo de Souza
Ayrton Senna Seraphim do Amaral
(Organizadores)

SABERES

E

APRENDIZAGENS

INTERSECCIONAIS

Educação, Diversidade e Resistências

**SABERES E APRENDIZAGENS
INTERSECCIONAIS:**
Educação, Diversidade e Resistências





UFMT
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Mato Grosso

REITOR

Evandro Aparecido Soares da Silva

VICE-REITORA

Rosaline Rocha Lunardi

COORDENADORA PRO TEMPORE DA EDITORA UNIVERSITÁRIA

Ana Claudia Pereira Rubio

SUPERVISÃO TÉCNICA

Maria Auxiliadora Silva Pereira Melo



CONSELHO EDITORIAL

Ana Claudia Pereira Rubio (Presidente - EdUFMT)

Ana Claudia Dantas da Costa (FAGEO)

Carla Rafaela Teixeira Cunha (FAEN)

Cassia Regina Primila Cardoso (ICS - Sinop)

Charlotte Wink (ICAA - Sinop)

Evaldo Martins Pires (ICNHS - Sinop)

Frederico Jorge Saad Guirra (ICBS - Araguaia)

Grazielle Borges de Oliveira Pena (ICET - Araguaia)

Gustavo Sanches Cardinal (DCE - Araguaia)

Hélia Vannucchi de Almeida Santos (FCA)

Irapuan Noce Brazil (IC)

Jorge Luis Rodriguez Perez (FANUT)

Léia de Souza Oliveira (SINTUF)

Leonardo Pinto de Almeida (IL)

Luis Henrique da Costa Leão (ISC)

Luiza Rios Ricci Volpato (IHGMT)

Mamadou Lamarana Bari (FE)

Manoel Santinho Rodrigues Júnior (FAET)

Marcos de Almeida Souza (FAVET)

Maria Corette Pasa (IB)

Maria Fernanda Soares Queiroz Cerom (FAZZ)

Moisés Alessandro de Souza Lopes (ICHS)

Monica Campos da Silva (FACC)

Neudson Johnson Martinho (FM)

Nilce Vieira Campos Ferreira (IE)

Oswaldo Rodrigues Júnior (IGHD)

Perla Haydee da Silva (FAENG - Várzea Grande)

Rodolfo Sebastião Estupinã Allan (ICET)

Sandra Negri (ICHS - Araguaia)

Saul Duarte Tibaldi (FD)

Schelyne Ribas da Silva (FEF)

Sérgio Roberto de Paulo (IF)

Wesley Snipes Correa da Mata (DCE)

Zenésio Finger (FENF)

BRUNA ANDRADE IRINEU
VICTOR HUGO DE SOUZA
AYRTON SENNA SERAPHIM DO AMARAL
(Organizadores)

**SABERES E APRENDIZAGENS
INTERSECCIONAIS:**
Educação, Diversidade e Resistências

1ª Edição



Cuiabá - MT

2023

Copyright © Bruna Andrade Irineu, Victor Hugo de Souza, Ayrton Senna Seraphim do Amaral (Organizadores), 2023

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº9.610/98.

A Edufmt Segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S115

Saberes e aprendizagens interseccionais: educação, diversidade e resistências [recurso eletrônico] / Bruna Andrade Irineu, Victor Hugo de Souza, Ayrton Senna Seraphim do Amaral (Organizadores). 1.ed. -- Cuiabá-MT: EdUFMT, 2023. 270 p.

ISBN 978-65-5588-138-7

1. Educação. 2. Diversidade. 3. Resistências. 4. Saberes.
5. Aprendizagens interseccionais. I. Irineu, Bruna Andrade (org.)
II. Souza, Victor Hugo de (org.). III. Amaral, Ayrton Senna Seraphim (org.)

CDU 37.01

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Douglas Rios (CRB1/1610)

Coordenação da EdUFMT: Ana Claudia Pereira Rubio

Supervisão Técnica: Maria Auxiliadora Silva Pereira Melo

Revisão Textual e Normalização: Fernando Ribeiro Matos

Diagramação e Arte da Capa: Luciana Marshall Rocha

Apoio:



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367
Boa Esperança. CEP: 78.060 - 900 - Cuiabá, MT.
Contato: www.editora.ufmt.br
Fone: (65) 3313-7155



PREFÁCIO

SEGUIMOS DANÇANDO APÓS A ENCRUZILHADA

“Creio que essa dimensão da acolhida, respeitosa e amorosa, do corpo do outro, sobretudo quando este outro tem uma história-memória social de violência, mutilação e insensibilidade com relação a seu corpo e aos corpos dos seus iguais, é uma chave para a permanência e o sucesso das nossas crianças, em especial as crianças negras, na escola. Permanência e sucesso, não de vítimas ou de carentes, mas de cidadãos e cidadãs de direito, vitoriosos sobreviventes de racismo, exclusões e injustiças sociais”.

Professora Azoilda Loretto da Trindade ¹

Um ponto de encontro: penso muito na escola como um espaço assim, privilegiado dentre os outros ambientes de aprendizagem pelos quais rondamos porque nele há uma margem maior que nos permite ousar, apesar das limitações. Claro que todo lugar é potencialmente transgressor, entretanto, em alguns estamos muito mais abertos a olhar para nós e para os outros.

Nesse ponto, eu gostaria de extrapolar o sentido comum da palavra e, como metáfora, dizer que este objeto donde você lê minhas palavras, o livro, também é uma escola, enquanto registro de pensamentos vivos acerca do que pretendemos abordar. Eu, portanto, enquanto professora que escreve um prefácio, aqui assumo igualmente outro papel de trabalhadora da educação, o de porteira, que lhe aguarda na entrada

¹ SILVA, Gisele Rose da. Azoilda Loreto da Trindade: O baobá dos valores civilizatórios afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

e, caso você queira que lhe antecipe algo do que será encontrado, certamente não terei todas as respostas, mas poderei lhe dar excelentes indicações, descrever de maneira panorâmica o terreno que está sendo adentrado.

E este território, o livro “SABERES E APRENDIZAGENS INTERSECCIONAIS: Educação, Diversidade e Resistências”, organizado pelos brilhantes pesquisadores Bruna Andrade Irineu, Victor Hugo de Souza e Ayrton Senna Seraphim do Amaral na complexa conjuntura da pandemia da COVID-19, reúne trabalhos de excelência no que concerne ao aprofundamento dos debates, por vezes rasos, acerca de categorias que hoje participam do senso comum, como lugar de fala, interseccionalidade e até mesmo educação, e apesar das limitações impostas pela circunstância epidemiológica, apresenta caminhos para se compreender e enfrentar a “sindemia”, confluência de fatores que incorrem em um ambiente complexo para além de uma única pandemia², levando-nos aos limites da nossa resistência em todos os sentidos, problematizando a noção mesma de “normalidade”, o que pode ser de veras saudável.

Vivemos em tempos de especialistas/consultores/*coachs* de tudo na internet, que participam das chamadas “invasões epistêmicas”, impulsionadas pelo acesso virtual a diferentes manuais, inclusive no campo da saúde, como a Classificação Internacional de Doenças – CID, porém sem a formação apropriada para realizar conexões no sentido da

² JESUS, Jaqueline Gomes de. Covid-19 e o novo anormal: intersecções da pandemia com LGBTIfobia. REBEH, v. 5, n. 17, p. 84-93, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14750>

PREFÁCIO

aplicação e mesmo da ética: eu costumo dizer para algumas plateias, e escrevo aqui, que atualmente todo mundo se acha médico/a e psicólogo/a, diferente de outros tempos em que apenas entendíamos que saber um pouco de cada campo de conhecimento, vislumbramos o domínio de códigos e palavras outrora esotéricos, o que aponta para um aumento considerável na autoconfiança, mas que por outro lado se torna um dilema contemporâneo; nosso desafio é concatenar os diferentes saberes, evitando hierarquizações limitadoras, ao mesmo tempo em que não percamos a capacidade de realizar o que produções como esta fazem, ao não se reduzir ao *slogan* ou à repetição de frases de impacto, acompanhadas de expressões corporais que envolvem o público na cena, porém o mais grave é a responsabilidade e a responsabilização ante aos riscos, pois certas atitudes, fundamentadas em determinados juízos, não se limitam a palavras, elas podem impactar vidas, e têm na cena, porém o mais grave é a responsabilidade e a responsabilização ante aos riscos, pois certas atitudes, fundamentadas em determinados juízos, não se limitam a palavras, elas podem impactar vidas, e têm impactado, tanto na educação formal quanto na informal ou não-formal, e não apenas em um sentido positivo, de empoderamento.

Nesse sentido, a categoria “trabalho” é indissociável de todo esse debate, e não escapou aos autores e co-autores desta obra: a centralidade do tema se revela nos seus diferentes níveis, desde a macro à microestrutura, e em tempos de neoliberalização da vida, é-nos lembrado aqui acerca dos encontros e desencontros da cultura e da educação quando as formas de ensino-aprendizagem se expandem porém, ao mesmo tempo,

diluem-se. Costumo exemplificar ao me remeter aos debates sobre “uberização”: quantos motoristas conhecem as ruas da sua cidade como antigamente, e não dependem apenas dos aplicativos para se movimentarem? Essa não é uma questão isolada, ela entremeia toda o nosso saber-fazer, dado que recorreremos cada vez mais aos programas de computador inclusive para reaver nossa memória, nossas agendas, nossos escritos, nossos passos... Somos mais dependentes das inteligências artificiais do que percebemos. Posso soar pessimista nestas linhas, no entanto recorro a um fato do qual se foge (prática comum no campo da psicologia), para buscar elaborar aquilo que fica no não-dito e se torno interdito/inter-dito.

Salientar nestas primeiras páginas o que adianto da publicação, como já suscitei e repito, é uma maneira de lhe reforçar sobre a relevância do que aqui será abordado, não apenas no sentido do acúmulo de saberes, mas sobretudo de um posicionamento político-acadêmico, que decerto foi uma preocupação central dos organizadores.

Há um entendimento do papel da ancestralidade na humanização e na própria crítica a noções excludentes de humanidade, desde quando se retoma a filosofia Ubuntu para analisar o homem vitruviano de Leonardo da Vinci: não é mais a lente eurocentrada que determina o sujeito universal, é esse sujeito particular que passa a ser interpretado sob outras óticas, cosmovisões, epistemologias, sejam elas afrocentradas e/ou transvestigêneres, muitas vezes não se devendo separá-las como se não tivessem conexões, vínculos, termo recorrente no livro.

Desde estudos qualitativos aos eminentemente quantitativos e

PREFÁCIO

quali-quantitativos: a diversidade a que se refere o subtítulo da obra não se limita aos corpos, na sua diversidade sexual, de gênero, étnico-racial e crítica à corponormatividade, ela se espalha nas metodologias e áreas que dialogam com a educação, incluindo a arte, a estatística, entre outras. Deixo aqui este comentário que é mais um elogio ao nível de excelência das reflexões e investigações aqui apresentadas, e que estimula nossa preparação para agir de maneira fundamentada, e sustentada por pessoas pesquisadoras sobretudo da Região Centro-Oeste do Brasil, escapando do discurso autorreferenciado no Eixo Rio-São Paulo.

Para concluir, aproveitando a deixa da regionalidade que apontei no parágrafo anterior, quero ainda registrar a importância desta publicação sair pela Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, a EdUFMT, que assim reitera, aos meus olhos, a sua relevância nacional e internacional. Este não é um aspecto apenas quantitativo, porém qualitativo, em termos de temática. Orgulha-me por isso escrever aqui, mas igualmente por retomar, no formato conciso deste prefácio, uma parceria que remonta aos frutos da minha pesquisa de Mestrado sobre representações sociais de libertadores de escravos no Brasil contemporâneo, quando os ilustres professores Ricardo Rezende Figueira e Adonia Antunes Prado me convidaram para publicar um capítulo no seu livro “Olhares sobre a Escravidão Contemporânea: novas contribuições críticas”, publicado em 2011 por essa valorosa Editora.

Assim, conectando em meu saber-fazer questões aparentemente desconexas ao primeiro olhar, como enfrentamento à exploração do trabalho humano e o papel da educação na tessitura de novos e melhores

mundos, é que lhe convido a se encontrar nestas páginas, por olhares diferentes, por vezes estranhos, e que por isso mesmo lhe serão transformadores, e quiçá para a sua comunidade, onde quer que estejas, produzas e sonhes. Com a chegada de uma nova Era na política brasileira, este debate é crucial para as nossas vidas e as que precisaremos re-educar, ante à escalada de neoconservadorismo, ofensivas anti-gênero e silenciamento que vivemos em todos os aspectos nos últimos anos.

Eu lhe asseguro: eles não nos fizeram dançar a música deles, agora seguiremos dançando como e se nos aprouver. Isso não quer dizer que somos plenamente reconhecidos como protagonistas, porém seguiremos resistindo e insurgindo, e por isso venceremos!

Jaqueline Gomes de Jesus

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO14

Bruna Andrade Irineu, Victor Hugo de Souza e
Ayrton Senna Seraphim do Amaral

Capítulo 1 24

EDUCAÇÃO, TRABALHO E MULTICULTURALISMO - QUESTÕES PARA DEBATE

Leana Oliveira Freitas e Gabrielle dos Santos

Capítulo 2 47

FILOSOFIA UBUNTU E O RECONHECIMENTO DE HUMANIDADES DISSIDENTES DO SISTEMA RAÇA-GÊNERO

Vicente Tchalian e Jeniffer Regina Rodrigues de Lima

Capítulo 3 62

TRANSVESTIGÊNERES, MODOS DE SUBJETIVIDADE E VIDAS PRE- CÁRIAS: NOTAS PARA UM DEBATE INTERSECCIONAL SOBRE OS “NÓS” QUE TECEM AS TRABALHADORAS SEXUAIS NA QUEBRA- DA DA PISTA EM REALIDADE INTERIORANA

Marco José de Oliveira Duarte e Dandara Felícia Silva Oliveira





Capítulo 4 87

**DA DEFICIÊNCIA COMO LIMITAÇÃO CORPORAL À DEFICIÊNCIA
COMO OPRESSÃO: A DIMENSÃO EDUCATIVA DAS LUTAS E DOS
MOVIMENTOS EMPREENDIDOS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊN-
CIA**

Joseane de Souza e Imar Domingos Queiroz

Capítulo 5 110

**DESEMPENHO EM LEITURA E ESCRITA: COMPARAÇÃO ENTRE
MENINAS E MENINOS**

Victor Hugo de Souza, Julia Zanetti Rocca, Ricardo Fernandes Campos
Junior e Deisy das Graças de Souza

Capítulo 6 137

**SABERES FERVIDOS: AFETOS, CONFLITOS E POLÍTICAS NO SUL
GLOBAL**

Vinícius Alves da Silva

Capítulo 7 160

**EM ALGUM LUGAR ALÉM DO ARCO-ÍRIS: A “ESTRADA DE TIJOLOS
AMARELOS” ENTRE OS ESTUDOS QUEER E A CULTURA POP**

Christian Gonzatti

Capítulo 8 188

TRANSIÇÃO DO CORPO TRANS E RELAÇÕES DE PODER

Thiago Augusto Galeão de Azevedo

Capítulo 9 226

DE TRANSFORMISTAS A DRAG QUEENS: PENSAMENTOS DECOLONIAIS SOBRE A ARTE DRAG NO BRASIL

Ayrton Senna Seraphim do Amaral e Andréa Ferraz Fernandez

Capítulo 10 247

POR ONDE ANDA A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE BISEXUALIDADE NOS PERIÓDICOS FEMINISTAS BRASILEIROS? POR UMA PEDAGOGIA CRÍTICA ÀS MONOSSEXUALIDADES

Bruna Gabriela de Oliveira Gomes e Bruna Andrade Irineu

SOBRE OS AUTORES.....266

ÍNDICE REMISSIVO..... 273



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Saberes e Aprendizagens Interseccionais: educação, diversidade e resistências* é fruto de esforços intelectuais coletivos de pesquisadoras e pesquisadores de universidades de Mato Grosso, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Comprometidas com uma educação crítica, laica e socialmente referenciada, as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos na escrita dos capítulos desta obra partilham de ideias que refletem sobre educação, diversidade e interseccionalidade observando processos de aprendizagem ao avesso da norma em alternativas que coproduzem saberes imbricados em políticas de resistência.

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), acreditam na interseccionalidade como uma ferramenta múltipla, que parte em várias direções de acordo com a visão de mundo de cada um, mas que pode ser definida enquanto uma categoria analítica que,

[...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS E BILGE, 2020. p. 16-17).

O conceito de interseccionalidade será amplamente divulgado a partir do trabalho de Kimberlé Crenshaw (2002). No Brasil, o feminismo negro já vinha produzindo análises interseccionais muito antes do próprio conceito de disseminar nos movimentos políticos e acadêmicos. Em texto recente, Carla Akotirene (2018) observa que interseccionalidade é a ferramenta que permite uma análise dos cruzamentos de opressões sofridas por um grupo identitário.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado [...] a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias [...] (AKOTIRENE, 2018, p.14).

Deste modo, é através desta ferramenta teórica, que as intelectuais negras – e quem nelas bebem – vão compreender os marcadores sociais da diferença, analisando cada um de forma histórico-social e mostrando como eles se interligam e resultam na desigualdade que atual estrutura social produz. Portanto, ao intitularmos esta coletânea convocando a interseccionalidade para centralidade do debate, reafirma-se que esta é produtora de saberes e aprendizagens que não se concretizam pelas normas e regramento social hegemônico, o que de certa maneira confere uma condição de resistência à diversidade que emana dos corpos produtores destas políticas da diferença (IRINEU, 2019).

Para iniciar às reflexões e debates que serão apresentados nesta coletânea apresentamos o ensaio teórico produzido por Leana Freitas e Gabrielle dos Santos, em seu texto intitulado *Educação, Trabalho e*

Multiculturalismo – questões para debate. Nele, as pesquisadoras discutem os sentidos da Educação considerando sua inserção na sociedade burguesa. Nesse exercício, revelam-nos duas formas distintas de concebê-la: uma como tem sido tomada por mediadora no central no capitalismo - a saber, aquela que prepara o ser humano para atuar como reprodutor das instituições, dos saberes e valores mantenedores do status quo -, portanto, aquela que participa ativamente na sustentação do processo de acumulação e expansão do capital; e outra, que a partir da ênfase na interculturalidade se constrói como alternativa contra hegemônica. O texto introdutório prepara-nos para bem compreender o cenário contemporâneo de disputa ideológica e de valores que tecem nossa realidade social, cultural e política. Nela se inserem todos os debates que seguem sendo apresentados nesta obra.

Dando continuidade aos esforços para caracterizar o cenário no qual se inserem as discussões e pesquisas trazidas neste livro, Vicente Tchalian e Jeniffer Regina Rodrigues de Lima discutem o conceito de humanidade no segundo capítulo desta obra intitulado *Filosofia Ubuntu e o reconhecimento de humanidades dissidentes do cis-tema raça-gênero*. O autor e a autora partem de uma demanda considerada urgente urgente para o Brasil de nossos tempos, qual seja, o combate à violência contra pessoas negras e/ou dissidentes de gênero. O conceito de humanidade é apresentado, inicialmente, sob a perspectiva do pensamento iluminista, que se estende até a atualidade no Ocidente, e é apontado como sustentáculo de uma série de violências sofridas por aqueles que não são contemplados com o título de “humanos” de acordo com seus

padrões. Posteriormente, a definição iluminista é contraposta à concepção da Filosofia Ubuntu, de raiz africana e que apresenta ênfase na concepção de Humanidade a partir da coletividade, radicalmente avessa ao individualismo e da exclusão das diferenças perpetradas pela primeira. Evidenciar esse contraste de ideias visa justamente fomentar novas possibilidades de reconhecimento negadas aos grupos vítimas da violência fruto da exclusão.

Em seguida, Marcos Duarte e Dandara Oliveira nos aproximam da perspectiva da interseccionalidade no capítulo intitulado *Transvestigêneres, modos de subjetividade e vidas precárias: notas para um debate interseccional sobre os 'nós' que tecem as trabalhadoras sexuais na quebrada da pista em realidade interiorana*. Texto problematizador das narrativas e existências de si das trabalhadoras sexuais que constroem, a partir dos conceitos de vidas precárias, modos de subjetivação e transvestigêneres, em um conjunto de análises visando compreender as precariedades de vida encaradas pelas sujeitas em tela, principalmente no contexto da pandemia de Covid-19. São evidenciadas como suas experiências de vida são marcadas pelo gênero, pela sexualidade, pela raça e pela classe social que lhes são atribuídos. Este trabalho nos auxilia na compreensão da interseccionalidade a partir do caso real de pessoas que vivem cotidianamente a opressão ancorada em marcadores sociais que as diferenciam da norma sociocultural vigente.

Aprofundando o debate acerca da interseccionalidade, Joseane de Souza e Imar Domingos Queiroz trazem para esta coletânea a discussão sobre as situações de opressão contra pessoas com deficiência. Este en-

saio, ancorado nos pressupostos teóricos e epistemológicos dos *Disability Studies*, visa noticiar e analisar as lutas empreendidas pelo movimento de pessoas com deficiência destacando seu caráter educativo, que é essencial para o combate às desigualdades e discriminações que se somam contra essa significativa parcela da população. Toda essa empreitada deságua na formulação de uma nova forma de concepção acerca da própria deficiência, não mais vista como uma limitação do corpo biológico de indivíduos, mas como despreparo de nossa cultura, e mesmo descaso político, fruto da ausência de ações concretas para acolher a todos em suas diferenças. Tal postura excludente é amparada e potencializada no sistema de dominação-exploração capitalista e incorporada às demais formas de exploração vigente como o patriarcado e o racismo.

A interseccionalidade, como lente que nos ajuda a enxergar aspectos importantes da realidade social, pode também contribuir para compreensão de formas de dominação de gênero, classe social, raça e outros marcadores sociais de identidade (POCAHY, 2011) quando estes ocupam lugar de destaque no campo da educação formal: o escolar. Nessa direção, destacamos os dois capítulos a seguir que têm como pano de fundo o processo de escolarização e as relações de dominação entre os sujeitos que coabitam este ambiente e dão forma à aprendizagem ainda na infância. A escola, como território de formação de pessoas, e de laços, não está alheia à reprodução das opressões que surgem e habitam o cotidiano (BOCK, 2019). A realidade lhe adentra entra pela porta da frente a despeito das tentativas de abafar e mesmo negar que

relações de opressão tem nela se propagado.

Mesmo ali, local no qual cremos ser necessário promover os valores da inclusão e dos Direitos Humanos básicos para as crianças, podemos encontrar relatos de exclusão ligados ao racismo, à intolerância com praticantes de religiões outras que não o cristianismo, ao sexismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, além da penúria de esforços para fortalecer projetos de inclusão de estudantes que não são favorecidos pelos métodos de ensino tradicionais. Para todos esses, resta a terapêutica que os retira das salas de aulas e do convívio para serem tratados no consultório médico ou psicológico à base de remédios e psicoterapia individualizada. Assume-se a desistência de incluí-los como são, aceita-se a medicalização que opera a exclusão (CFP, 2015), transforma-se em biológico e individual aquilo que é do todo, do grupo, da cultura, da política, e que se reflete nos modos de ensinar e aprender. Tais posturas fortalecem o conceito de humanidade tal qual elaborado pelos iluministas denunciados no segundo capítulo desta obra, conceito este que exclui as possibilidades da diferença, do ser diferente, e facilita o processo de dominação e reprodução capitalista.

No intuito de contribuir com a compreensão de como o gênero, ainda na infância, está implicado nos processos de aprendizagem, o quinto capítulo intitulado *Desempenho em leitura e escrita: comparação entre meninas e meninos* apresenta dados recentes e discute as diferenças encontradas no processo de alfabetização entre meninas e meninos. Esse debate vem de longa data e a questão segue sendo investigada por educadores, psicólogas(os) e neurocientistas desde o início

do século XX. A partir de uma amostra de mais de duas mil crianças, de diversas regiões brasileiras, que participaram de programas de apoio à alfabetização, por intermédio de um jogo computadorizado, foi possível constatar um melhor desempenho médio entre as meninas, tal qual vem sendo repetidamente evidenciado em exames internacionais nos quais elas têm obtido resultados superiores durante a infância e adolescência. As razões para isso são debatidas sob o olhar de algumas perspectivas que buscam suplantar as tentativas de explicações ancoradas em teorias biologizantes e essencialistas acerca do sexo/gênero, trazendo para o centro do debate as contingências de aprendizagem que podem facilitar ou dificultar esse processo para meninos e meninas.

Em *Saberes fervidos: afetos, conflitos e políticas no sul global*, Vinícius Alves da Silva apresenta a ideia de saberes fervidos, os quais seriam construídos em torno das experiências fervográficas. Ou, nos termos do professor Thiago Neves (2018), de uma cartografia do fervo ou uma fervografia (NEVES, 2018). O autor reflete neste texto sobre a produção de um conjunto de saberes emergentes das experiências construídas com circuitos e contextos do fervo. Todos eles recortados de afetos, conflitos e políticas e tomando o cuidado, o close e o corre como expressões orgânicas dessa complexa rede de relações. Estão aqui alguns percursos, reflexões e discussões iniciais.

No texto *Em algum lugar além do arco-íris: a “estrada de tijolos amarelos” entre os estudos queer e a cultura pop*, Christian Gonzatti parte dos percursos que não negam os saberes localizados para discutir acontecimentos articulados à cultura pop que ajudam a construir lentes

queer e pop. São operacionalizados signos da cultura pop – *The Rocky Horror Picture Show*, celebridades como Rocky Hudson e Judy Garland, a série musical *Glee* e a animação *Luca* – como forma de materializar conceitos e contextos que articulam corpos desviantes, a ficção, a mídia e as lentes queer.

No capítulo intitulado *Transição do corpo trans e relações de poder*, escrito por Thiago Galeão, analisa o discurso oficial como uma política pública de saúde, partindo da pergunta: em que medida a transição do corpo trans é derivada de uma realidade social de gênero construída por relações de poder sobre o corpo, gênero e sexo? O estudo, analisa a relação da transição corporal, como elemento de readequação, como uma realidade social de gênero possivelmente construída por relações de poder sobre o corpo, sexo e gênero. A partir de estudo bibliográfico e análise de conteúdo de escrituras de pessoas trans, o autor defende a transição corporal como um elemento derivado de uma realidade de gênero construída por relações de poder.

No texto *De transformistas a Drag Queens: pensamentos decoloniais sobre a arte drag no Brasil*, de Ayrton Senna Seraphim do Amaral, apresenta o que poderiam ser considerados elementos de uma brasilidade e da cultura brasileira nas performances drag queens brasileiras da atualidade. Para isso, o texto revisita literatura como metodologia para abordar a construção do sujeito drag por meio dos conceitos de performatividade e paródia de gênero, bem como levantar questões pertinentes sobre o pensamento decolonial, colonialidade de gênero e feminismo decolonial no atravessamento do ser drag na contemporaneidade. Tais

assuntos incorporam o cenário atual denominado drag queen, termo estrangeiro, que vem de uma origem brasileira de transformistas, como uma arte de resistência e luta em busca de visibilidade e reconhecimento das diferentes expressões de gênero.

Encerrando esta coletânea, o último capítulo intitulado *Por onde anda a produção teórica sobre bissexualidade nos periódicos feministas brasileiros?* de autoria de Bruna Gabriela e Bruna Irineu é extrato da pesquisa “Participação Social e Políticas Públicas LGBTI: mapeamento crítico feminista das experiências no Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai (2002-2017)” e apresenta o estado da arte da produção sobre bissexualidade em revistas feministas brasileiras. A pesquisa identificou a incipiência da produção científica sobre a bissexualidade no corte temporal estabelecido, assim indicamos prováveis fatores que nos auxiliam a compreender os sentidos da visibilidade ou da invisibilidade bissexual neste contexto. As autoras argumentam a urgência de uma pedagogia crítica ao binarismo de gênero e às monossexualidades.

Diante desse escopo, esta coletânea partilha saberes e aprendizagens coproduzidos entre acadêmicos e ativistas no campo da educação para diversidade. E, considerando seu propósito de difundir produções inéditas, em uma perspectiva interdisciplinar, a obra torna-se um bom caminho para que a leitora e o leitor se imbriquem na diversidade e se afete com as resistências coletivas ora compartilhadas.

Boa leitura!

Organizadoras

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

BOCK, A. M. B., TEIXEIRA, M. D. L. T., & Furtado, O. **Psicologia**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: Revista de Estudos feministas. Florianópolis, v. 10, no 1, p. 171-188, jan., 2002.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde**. Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade, 2015.

IRINEU, Bruna A. **Nas tramas da política pública LGBT no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

POCAHY, F. **Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista**. TEXTURA-Revista de Educação e Letras, 2011.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO, TRABALHO E MULTICULTURALISMO – QUESTÕES PARA DEBATE

Leana Oliveira Freitas

Gabrielle dos Santos

Este texto, que ora se apresenta, expressa-se como ensaio teórico em torno de um conjunto de ideias as quais pretendem, não somente debater o sentido da educação na sociedade burguesa, mas, ao mesmo tempo, revela características distintivas a partir, principalmente, de duas correntes de pensamento. A primeira, ancorada na perspectiva crítica, ou seja, aquela demarcada como abordagem marxista que toma a sociedade burguesa como totalidade concreta e dinâmica, cujo movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que a compõem, produzindo relações mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade (NETTO, 2011). Logo, para essa perspectiva, a educação, sob a ordem burguesa, apresenta-se como mediação (particularidade) absolutamente central no processo de acumulação e expansão capitalista, propiciando um acervo de conhecimento e capacitação da força de trabalho para a engrenagem produtiva, agindo, de igual modo, no sentido de assegurar a propagação e incorpo-

ração de valores que legitimam e mantêm os interesses dominantes.

Será trazido aqui, o pensamento especialmente dos autores Frigotto (2000) e Mészáros (1981), matizados por inserções pontuais de Antunes (2010) e Saviani (2011). Esta perspectiva ocupa a primeira parte do texto. A segunda se encarregará de apresentar a perspectiva de educação intercultural com base no pensamento de Candau (2008), referência nacional e latino-americana por suas pesquisas sobre as relações entre educação e cultura. Para essa autora, a perspectiva intercultural se apresenta como alternativa contra-hegemônica de construção social, política e educacional, ao promover uma educação para o reconhecimento do outro, e o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais.

A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. Com o intuito de adensar o debate será exposto o pensamento de Celso Frederico (2016; 2020) para quem cultura é um processo que se desenvolve no interior de um modo de vida determinado. O estudo da cultura se volta às instituições e aos processos sociais, embora seja honesto demarcar que a abordagem realizada pelo autor conecta a cultura à ideologia, sendo esta definida não como abstração ou ilusão, mas, como um sistema de ideias, significados e valores, conectados com a produção da vida material.

Como ensaio teórico, esse texto se limita a apresentar em seus dois blocos, não de modo exaustivo, mas ilustrativo, o pensamento dos autores referidos, reservando às conclusões as posições das autoras.

Educação na ordem do capital – preparação para o mercado de trabalho

Historicamente, a educação para os diferentes grupos sociais da classe trabalhadora direciona-se no sentido de habilitá-los social, técnica e, sobretudo, ideologicamente para o trabalho. Nesta perspectiva,

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução. (FRIGOTTO, 2000, p. 30).

Nesta direção, cumpre relevar o sentido global do desenvolvimento do modo de produção capitalista que responde, por sua vez, a duas orientações dialeticamente articuladas: uma universalizadora, que se estabelece dada a necessidade intrínseca do capital de se expandir e de se concentrar em nível mundial - ultrapassando os espaços locais; outra, particular, que se determina pelas formas singulares pelas quais se materializa e se objetiva essa tendência universal, em experiências históricas concretas. É coerente, portanto, considerar:

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalista não se perpetuam automaticamente. (MÉSZÁROS, 1981, p. 260).

A educação cumpre, pois, a função de imprimir nos indivíduos humanos os valores dominantes de uma dada sociedade; fala-se aqui das ideias que configuram e consagram o ideário da classe dominante. Mézáros (1981) afirma que somente nos últimos séculos de desenvolvimento que o capital pode consolidar-se como um “sistema social global”, por meio da produção generalizada de mercadorias, da degradação dos seres humanos à condição restrita de “custos de produção” e “força de trabalho necessária”, tratando o trabalho humano vivo estritamente como mercadoria comercializável, sujeita, desta feita, a determinantes das exigências tão próprias da compulsão econômica. Complementa este pressuposto aquilo que o autor designou de taxa de utilização decrescente de mercadorias, altamente pertinente ao se pensar no caráter volátil da produção e das necessidades superficiais de consumo, socialmente produzidas, no mundo atual.

Assim, este sistema apresenta-se como “o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97):

Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como estrutura de comando singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, es-

tabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre economia e política. (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

Mészáros (2008) trata da relação consubstancial entre a educação – que tem sua concepção redimensionada em seu sentido mais ampliado possível, como aspecto fundamental da vida humana – e a totalidade dos processos de produção e reprodução da vida social. O que está a se afirmar é o papel absolutamente vital da educação tanto para a manutenção daquilo que o autor define como sistema sociometabólico do capital, quanto para o processo de transformação social qualitativa.

Nesta mesma direção, pode-se afirmar que:

Sob o sistema sociometabólico do capital, a educação tem o sentido de internalização dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema, não devendo ser compreendida como restrita ao que ocorre em uma instituição formal de ensino, pois, embora o período de educação institucionalizada seja limitado a uns poucos anos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a vida dos indivíduos. (ANTUNES, 2010, p. 06).

Há de se reconhecer que, diante da conformação societária própria desta fase de desenvolvimento do capitalismo, em nível mundial, os processos educativos ou a instrução formal tornou-se peça central no processo de acumulação e expansão capitalista, fornecendo conhecimentos e capacitando força de trabalho para a maquinaria produtiva, além de atuar no sentido de garantir a transmissão de um conjunto de valores que legitimam e perpetuam os interesses das classes dominantes. Adquire acentuado destaque, neste contexto demarcado, a subordinada função social assumida pelos processos educativos, a fim de responder demandas econômicas estabelecidas pelo capital. Os efeitos do econo-

micismo na política educacional, reforçado pela ideologia conservadora, se expressam, negativamente, de várias formas

[...] pelo dismantelamento da escola pública e reforço da educação como “negócio”; pelo dualismo que materializava uma quantidade e qualidade de serviços educacionais diversos para as classes trabalhadoras e classe dominante; pelo tecnicismo e fragmentação que diluíram e esmaeceram o processo de conhecimento; pela proletarização do magistério público etc (FRIGOTTO, 2000, p. 19).

A educação, nesta conjuntura de capitalismo (ultra) neoliberal, passa a ser encarada como um investimento no capital humano individual, ou seja, a formação escolar é defendida como possibilidade de vincular o aluno ao mercado de trabalho pela via da qualificação profissional para a indústria e o comércio. Nesse novo contexto, o indivíduo é que terá de exercer a sua capacidade de escolha, visando adquirir os meios que lhes permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E, o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um instrumento de capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que na forma atual de desenvolvimento capitalista “não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo” (SAVIANI, 2011, p. 430).

A teoria do capital humano compatibiliza-se com o novo reorde

namento econômico em que a competitividade impera sendo a exclusão um mero apêndice numa lógica em que parece possível à economia continuar maximizando os lucros e a produtividade ampliando, assim, a mais-valia. A teoria do capital humano advoga que, no sistema neoliberal embrutecido e voraz, a educação comparece como uma forma de se “humanizar” o avanço do capital e além de oportunidade de mudança social.

O Brasil, apesar do crescimento econômico alcançado em anos recentes e anterior à crise instalada a partir de 2014, é, reconhecidamente, um país de acentuada desigualdade social e a estratégia enaltecida para a superação da pobreza passa, necessariamente, nos termos dessa teoria, pela via da educação, pois esta seria capaz de tirar o indivíduo de um estado de pobreza e alçá-lo ao sucesso profissional. Tal inovação conceitual coaduna-se a uma nova sociabilidade produzida a partir das alterações no mundo do trabalho, no próprio modo de produção capitalista e na reorganização da economia mundial. A educação vê-se compelida a adequar-se com a finalidade de formar o trabalhador de acordo com as demandas impostas pelo mundo do trabalho reestruturado.

Desta forma, a noção de direitos sobre a qual assenta a teoria do capital humano ganha traços nitidamente individualizantes e mercantis em detrimento dos direitos sociais e coletivos. Os projetos pedagógicos decorrentes desta teoria enfatizam conhecimentos específicos moldados para a inserção no mercado de trabalho, ignorando, de fato, que este não dispõe de colocação digna para todos. A noção de capital humano finca-se, no horizonte da classe dominante, na ideia da educação como

forma de integração, ascensão e mobilidade social. Além disso, com a crescente incorporação de capital morto com a ciência e tecnologia como forças produtivas diretas e a ampliação do desemprego estrutural e de um contingente de trabalhadores supérfluos, as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade indicam que não há lugar para todos e o direito social e coletivo se reduz ao direito individual (FRIGOTTO, 2007).

O neoliberalismo vocaliza-se por meio dos discursos oficiais impulsionados nesta teoria em que, acredita-se, os conhecimentos necessários para uma boa colocação no mercado de trabalho potencializam e contribuem para o desenvolvimento econômico. E ser detentor deste conhecimento especial e especializado é privilégio de poucos e, em contrapartida, exclui-se do mercado de trabalho um contingente expressivo de pessoas. O neoliberalismo, na forma que aparece no campo educacional, mas não só, substitui a reflexão teórica pela afirmação de um catálogo de princípios e verdades irreversíveis de caráter doutrinário e, portanto, ideológico, (FRIGOTTO, 2014). Nos termos do autor, constata-se, portanto, que a educação atualizada a partir da teoria do capital humano encerra uma visão mecanicista, encarada como porta de acesso exclusivo ao desenvolvimento econômico, a partir de uma relação utilitarista de custo/benefício (FRIGOTTO, 2007).

Entretanto, como afirma Frederico (2016), fora das relações de mercado, contudo, concentra-se a massa de indivíduos privados, não de subjetividades desejantes, mas de empregos estáveis. No interior do mercado coexistem as diferentes classes sociais que se debatem, não

pelo reconhecimento de suas diferenças, mas pela posse da riqueza produzida pelo trabalho social. Tal observação guarda relação com a discussão realizada pelo autor quando indaga sobre como deveriam conviver as diversas culturas no Estado democrático de direito. Segundo Frederico (2016), há, pelo menos, duas respostas possíveis. A primeira confere ênfase às diferenças culturais e étnicas para, em seguida, propor a “luta pelo reconhecimento” de tais diferenças como forma de compensar as desigualdades e viabilizar uma integração social que preserve as diferenças. Essa resposta é orientada por uma lógica cultural. A segunda, ao contrário, desloca a ênfase da cultura para a esfera socioeconômica, reivindicando uma política pública que favoreça a integração no mercado de trabalho, como condição para a realização da cidadania e dos valores comuns à sociedade. Objetiva, dessa forma, evitar que as diferenças culturais se enrijeçam e ponham em perigo a democracia.

As respostas, segundo o autor, apontam para caminhos diferentes: ou se considera a nação como um conjunto de etnias diferenciadas ou se aposta numa visão assimilacionista, que valoriza o hibridismo como constitutivo da nacionalidade e da cidadania. Atualiza-se, assim, no campo político, a oposição entre os direitos particularistas (das chamadas “minorias”), defendidos pelos diversos movimentos sociais e os direitos universais do cidadão, estabelecidos com a Revolução Francesa de 1789. Nessa disputa encontram-se, segundo Frederico (2016), argumentos sólidos em cada corrente.

A defesa do particularismo tem razão, segundo o autor, quando denuncia o caráter abstrato de um universalismo centrado na ideia falsa

de cidadania que proclama que todos os homens são iguais perante a lei, embora sejam desiguais na vida real. Os defensores do universalismo, por seu turno, têm razão ao criticar a ênfase exagerada nos interesses particularistas, afirmando que eles impedem a convivência democrática e o entendimento entre os homens. Está-se, portanto, nos termos do autor, diante de um confronto que perpassa o campo da cultura, da política e da filosofia.

Recorreu-se, aqui, ao pensamento de Frederico (2016) para estabelecermos conexões entre a perspectiva marxista que vê na educação, sob a ordem do capital, instrumento de disseminação da ideologia pautada nos valores burgueses que dão sustentação ao sistema econômico, além de finalidades diferenciadas segundo as classes sociais. À classe trabalhadora reserva-se formação precária para o trabalho para a disputa no mercado de trabalho igualmente precário, inseguro, incapaz de absorver o contingente de trabalhadores, resguardando os interesses do processo de acumulação do capital. Essa foi a discussão realizada nesse primeiro momento. Importa-nos, agora, debater sobre os sentidos da educação, a partir da centralidade que nela ocupa a questão cultural.

Os sentidos da educação e a questão cultural

Os marxistas, afirma Frederico (2022), independentemente, de suas heterogêneas orientações, sempre afirmaram que a cultura não é uma esfera autônoma e que, de uma forma ou outra, ela mantém vínculos com a base material da sociedade. Esse consenso, entretanto, deixa

de existir quando se relaciona a ideologia com a cultura. São tantas as concepções de ideologia que os nexos com a cultura permanecem um tema aberto e sujeito às mais diferentes interpretações. Para os fins deste ensaio, embora reconhecendo sua importância, não nos ateremos ao tema da ideologia, mas à questão cultural que hoje se encontra em disputa, seja na política de educação propriamente dita, na academia e no ativismo social.

A educação é uma das dimensões constitutivas da vida social, exercendo função estratégica na dinâmica da reprodução social, isto é, nas formas de reprodução do ser social em uma sociedade estruturada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção.

A educação, como um complexo constitutivo da vida social visa assegurar, principalmente, a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico, que reponham contínua e amplamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integram, aliada a outras dimensões da vida social, o acervo de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação, (CFESS, 2013).

Para Candau (2008), as sociedades atuais se distinguem pelas inúmeras formas de acesso ao conhecimento, e, a escola, por outro lado, vai perdendo a exclusividade em realizar essa função, considerando, especialmente, o impacto dos meios de comunicação de massa e, particularmente, a revolução nas formas de construir conhecimentos causada pelas Tecnologias da Informação. Sua propagação e realidade são incontestes, potencializadas, sobretudo, pela intensidade de seu uso no contexto da Pandemia da Covid-19, iniciada no ano de 2020.

A cultura escolar, por seu turno, continua a autora, estimula a produção do mediano, do comum, do padrão, assentada na falsa premissa de que naquele espaço “todos são iguais”. Entretanto, as escolas vêm sendo cada vez mais confrontadas e desafiadas a dar conta dos problemas advindos das diferenças e da pluralidade cultural, étnica, social e religiosa dos seus sujeitos e atores. Para a autora, a escola será conclamada a ser, nos próximos anos, mais do que um espaço de apropriação do conhecimento socialmente relevante, o científico, mas, especialmente um espaço de diálogo entre diferentes saberes – científico, social, escolar, etc. – e linguagens distintas. Deverá ser portadora de análise crítica, estimulando o exercício da capacidade reflexiva, a partir de uma visão diversa e pelo caráter histórico do conhecimento, da ciência, da tecnologia e das diferentes linguagens. A escola será obrigada a se situar, reconhecendo a interseção e a interação a partir do reconhecimento de sua dimensão histórica e social (CANDAUI, 2008, p. 14).

O multiculturalismo dispõe, para sua compreensão, de duas perspectivas: uma descritiva e outra propositiva. A perspectiva descritiva

entende o multiculturalismo como um dado da realidade, ou seja, como uma característica determinada das sociedades, cujo formato e configuração variam em cada contexto sócio-histórico e político-cultural. Sua ênfase incide sobre a descrição e a (re)construção da configuração assumida por cada contexto. Por outro lado, a visão propositiva concebe o multiculturalismo como um modo de atuação, capaz de intervir e de transformar a dinâmica social por meio de projetos político-culturais que mirem as relações culturais de uma dada sociedade, construindo políticas públicas e estratégias pedagógicas radicalmente democráticas. Uma observação importante realizada por Candau (2008, p. 49) é de que é preciso ter sempre presente que o multiculturalismo não emerge nas universidades ou em ambientes correlatos:

São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os relacionados às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo, os relacionados às identidades negras, que constituem o lócus de produção do multiculturalismo. Sua penetração na academia deu-se num segundo momento e, até hoje, atrevo-me a afirmar, sua integração no mundo universitário é frágil e objeto de muitas discussões, talvez exatamente por seu caráter profundamente marcado pela intrínseca relação com a dinâmica dos movimentos sociais.

As abordagens multiculturalistas, sejam elas descritivas ou prescritivas se desdobram em três direções: o multiculturalismo assimilacionista; o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural; e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade. A abordagem assimilacionista parte da afirmação de que vivemos numa sociedade multicultural, no sentido descritivo. Nessa sociedade multi-

cultural as oportunidades não são iguais para todos; não existe igualdade de oportunidades. Há grupos, como os indígenas, negros, homossexuais, pessoas oriundas de determinadas regiões geográficas do próprio país ou de outros países e de classes populares e/ou com baixos níveis de escolarização, que não têm o mesmo acesso a determinados serviços, bens, direitos fundamentais que têm outros grupos sociais, em geral, de classe média ou alta, brancos e com altos níveis de escolarização. Uma política assimilacionista, no âmbito da perspectiva prescritiva, intenta favorecer que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica.

No entanto, não almeja a alteração da ordem vigente; a matriz da sociedade permanece inalterada. Limita-se a assimilar os grupos marginalizados e discriminados aos valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica. Em relação à educação, a política pretendida é a da universalização da escolarização, sem que se coloque em questão o caráter monocultural próprio de sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes sujeitos que se encontram em posições e lugares diferentes. A ideia é que todos tenham acesso aos bens serviços disponibilizados pelas instituições sem questionar o seu caráter excludente. Essa posição defende o projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores “diferentes”, pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores explícita ou implicitamente. Amparada em McLaren, Candau reproduz seu pensamento: “um pré-requisito para juntar-se à turma é

desnudar-se, desracializar-se, e despir-se de sua própria cultura” (1997, p. 115).

A segunda concepção, denominada multiculturalismo diferencialista, baseia-se nas ideias de Amartya Sen (2006), que alcunha essa perspectiva de monocultura plural. Essa abordagem parte da afirmação de que, quando se enfatiza a assimilação, se termina por negar a diferença ou por silenciá-la. Propõe, então, colocar a ênfase no reconhecimento da diferença e, para garantir a expressão das diferentes identidades culturais presentes num determinado contexto, propiciar espaços para que as diferenças possam ser explicitadas. Defende-se tão somente que aos diferentes grupos socioculturais seja garantida a liberdade de manter suas matrizes culturais de base o que, segundo Candau, culmina numa visão estática e essencialista da formação das identidades culturais.

Enfatiza-se o acesso aos direitos sociais e econômicos e, ao mesmo tempo em que se privilegia a formação de comunidades culturais homogêneas com suas próprias organizações – bairros, escolas, igrejas, clubes, associações etc. Na prática, de acordo com Candau (2008, p. 51), “em muitas sociedades atuais terminou-se por favorecer a criação de verdadeiros apartheids socioculturais”. Essas duas posições são prevalentes nas sociedades. Algumas vezes convivem de maneira tensa e conflitiva. São elas que, em geral, são focalizadas nas polêmicas sobre a problemática multicultural.

A interculturalidade, abordagem de que compartilha a autora, promove a interrelação estatuída entre distintos sujeitos e grupos socioculturais, presentes em uma dada sociedade. Tal entendimento confron-

ta-se tanto com as perspectivas diferencialistas, quanto as assimilacionistas. Em contrapartida, rompe com a visão essencialista das culturas e das identidades culturais, concebendo-as em uma dinâmica contínua de construção, desestabilização e reconstrução. Reconhece-se, pois que as sociedades são submetidas a processos de hibridização cultural intensos e de construção mobilizadora permanente, o que supõe o combate ao purismo cultural, ao se admitir que as culturas não são estáticas, sendo permeadas por mecanismos de poder, preconceito e discriminação em relação a determinados grupos socioculturais. Mais que isso, a autora é rigorosa ao demarcar que “sempre que a humanidade pretendeu promover a pureza cultural e étnica, as consequências foram trágicas: genocídio, holocausto, eliminação e negação do outro” (CANDAUI, 2008, p. 51).

Uma última característica assinalada pela autora diz respeito ao fato de não desvincular as questões da diferença e da desigualdade presentes hoje de modo particularmente conflitivo, tanto no plano mundial quanto em cada sociedade. A perspectiva intercultural afirma essa relação, que é complexa e admite diferentes configurações em cada realidade, sem reduzir um polo ao outro.

A abordagem intercultural partilhada pela autora aproxima-se do multiculturalismo crítico de McLaren (1997). O multiculturalismo crítico e de resistência funda-se na constatação de que o multiculturalismo tem de ser situado a partir de uma agenda política de transformação, sem a qual corre-se o risco de se reduzir a outra forma de acomodação à ordem social vigente. Postula que as representações de raça, gênero e

classe são produtos das lutas sociais sobre signos e significações. Defende a transformação das relações sociais, culturais e institucionais em que os significados são produzidos, recusando-se a conceber cultura como não-conflitiva e que a diferença deve ser afirmada; nos termos de McLarem “dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social” (1997, p. 123).

Candau (2008) defende uma perspectiva intercultural capaz de promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais e que se realize como negociação cultural, que enfrenta os conflitos produzidos pela assimetria de poder entre os diferentes grupos presentes na sociedade e que seja capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Aos seus argumentos Candau (2008) alia-se à Catherine Walsh - coordenadora do programa de doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos da Universidad Andina Simon Bolivar (sede Equador), que vem desenvolvendo trabalhos interessantes e inovadores sobre a questão intercultural hoje na América Latina, especialmente a partir da experiência dos países andinos. Segundo Wash (2005, p. 25):

O conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico – outro – um pensamento crítico de/ desde outro modo, precisamente por três razões principais: primeiro porque está vivido e pensado desde a experiência vivida da colonialidade [...]; segundo, porque reflete um pensamento

não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global.

Ainda de acordo com Candau (2008), os intercâmbios devem ser construídos entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, almejando estabelecer um novo sentido entre elas na sua diferença, constituindo verdadeiros espaços de negociação e de tradução, nos quais as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não sejam ocultados, mas revelados, reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.

Para Frederico (2016), a discussão sobre o multiculturalismo repõe a oposição entre universal e particular referida não mais às categorias da lógica, mas para dar conta do embate entre os direitos universais consagrados pela Revolução Francesa e as reivindicações particularistas dos movimentos sociais que pleiteiam o reconhecimento de suas especificidades. O autor ampara-se em Rouanet (2009) que denomina a primeira posição de “igualitarismo abstrato”, pois abole as particularidades, e, a segunda, de “diferencialismo abstrato”, para o qual só a diferença, considerada um valor em si mesma, existe. Ainda em seus termos, a crítica ao “igualitarismo abstrato” possui razões para existir.

Tal crítica, conduziu o multiculturalismo a uma visão estática e essencialista de cultura e a um relativismo exacerbado que trouxe con-

sequências problemáticas à ação política. O relativismo, que acompanha as diferentes versões do multiculturalismo, propiciou intensos debates políticos. Resultados que não poderiam ser outros, pois a cultura é o campo minado em que a alteridade se exaspera em oposição e contradição, observa o autor. Ela nos interpela a rever a crítica ao universal, que é o ponto de partida do multiculturalismo.

A denúncia do “universalismo abstrato” e sua concepção, segundo a qual, “lei é igual para todos” constata, com razão, que ele iguala os desiguais e impõe uma pretensa uniformidade. Ainda segundo Frederico, tal concepção remonta ao Iluminismo que concebendo os homens, genericamente como seres racionais, não atentava para as diferenças individuais. Contra esse nivelamento, o romantismo se opôs, exaltando a singularidade e colocando-a em oposição ao universal.

Se a cultura, pondera o autor ao reproduzir a afirmação de Habermas (1995), é um campo “pré-político e, historicamente, só produziu as esgarçadas formas tradicionais de integração social” (FREDERICO, 2016, p. 247), faz-se necessário, portanto, recuperar a dimensão da política, da democracia, do ideário republicano e da emancipação social, pois é aí que o universal pode progressivamente se realizar. Por essa razão que, alguns autores, voltando à concepção dialética, preferem falar em “universalismo concreto” para dar conta de um processo pelo qual a lei poderá produzir a igualdade para todos. Só assim é possível sair da “pequena política”, da fragmentação cultural dos particulares que não se entendem, para a “grande política”: a luta contra a exploração econômica, fonte primária da desigualdade e dos conflitos contra as formas

de discriminação social das diferenças.

Do conjunto de ideias aqui apresentado resulta a constatação de que, na sociedade capitalista, a educação submete os indivíduos particulares, nos termos de Mészáros (2008), a valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural. A educação não se circunscreve às dimensões formais produzidas pelas instituições de ensino. Consiste, pois, num processo de doutrinação permanente consensualmente internalizada como um sistema de crenças positivo, compartilhado de maneira legítima pela sociedade livre estabelecida e totalmente não objetável. Logo, não é inadequado aventar, tampouco constitui-se inverdade afirmar, que na sociedade do capital o indivíduo se encontra em contradição consigo mesmo, quer na condição de indivíduo singular quer como cidadão. Em sua forma acabada, o Estado político supõe e se realiza em oposição aos interesses privados sejam de natureza material como a propriedade privada, sejam de natureza espiritual, cultural (MARX, 2010). No limite, em se pensando num contexto sociopolítico diferente do atual, em que o Estado político se expresse em sua plenitude, a educação, no máximo, consegue resvalar numa possibilidade de realização da emancipação política pensada por Marx, como uma espécie limitada que já não pode ir além de suas condições práticas, dos limites da sociedade civil ao não ultrapassar as barreiras da sociedade burguesa.

Somente quando o homem individual, real, se reapropriar em si mesmo do cidadão abstrato, quando tiver se tornado ser social como homem individual em sua vida empírica, em seu trabalho individual,

em suas relações individuais, quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais e não mais separar de si a força social na forma de força política, é que a emancipação humana poderá se realizar. Esta corresponde a um estágio material e socialmente avançado de desenvolvimento de forças sociais humanas e apenas sob uma nova ordem societária, poderá ser a educação a forma de reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos particulares e sua sociedade. Assim, e ainda transitando nos caminhos seguros de Mészáros, a necessidade da emancipação humana requer uma educação socialista, o que constitui na fase atual do capitalismo, um imenso desafio, pois a contrainternalização de valores da classe dominante pressupõe um processo educativo que não tome a educação formal como a única forma legítima de se garantir formação profissional, cidadã e diversa - e que permita aos indivíduos se apoderarem do acervo cultural produzido pela sociedade de modo geral, e pelo seu grupo social de modo particular.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio S. **Trabalho, alienação e emancipação: a educação em Mészáros.** (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Revista Brasileira de educação, Rio de Janeiro. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios Para A Atuação De Assistentes Sociais Na Política De Educação,** CFESS, Brasília, 2013.

FREDERICO, Celso. **Ideologia e Cultura: Notas para uma Pesquisa.** MATRIZES/ Revista USP. V.16 - Nº 1 Jan./abr. 2022 São Paulo – Brasil, p. 101-118.

_____. **O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular.** Estudos Avançados 30 (87), 2016. São Paulo – Brasil, p. 237-254.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, out./2007.

_____. **As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos.** In: CIAVATA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

CAPÍTULO 2

FILOSOFIA UBUNTU E O RECONHECIMENTO DE HUMANIDADES DISSIDENTES DO SISTEMA RAÇA-GÊNERO

Vicente Tchalian

Jeniffer Regina Rodrigues de Lima

Considerando ser uma demanda urgente no Brasil em 2021, dados os altos índices de violência contra pessoas negras e/ou dissidentes de gênero, o objetivo desse capítulo é discutir o conceito de humanidade, partindo do pensamento Iluminista, para chegar na crítica da Filosofia Ubuntu, que será apresentada como uma possibilidade de reconhecimento de humanidade até hoje negadas a esses grupos.

Humanos. O que (nos) faz humanos? Repare, o uso do substantivo masculino não consiste aqui na mera reprodução das regras de generificação da Língua Portuguesa, ao contrário, o uso do substantivo-masculino é intencional. Neste texto, discutiremos as questões acima apresentadas e algumas normas e padrões que são utilizados para definir quem é e quem não é humano, bem como as consequências desses discursos sobre humanidade e alternativas para vislumbrar outros futuros possíveis.

Além de pensar quem são essas pessoas consideradas humanas, precisamos também considerar a maneira violenta como alguns huma-

nos agem em relação a todos aqueles que não são considerados parte da mesma categoria; não se trata apenas da crítica cultura-natureza, mas em um aprofundamento desta, que implique uma mudança paradigmática na forma como nos relacionamos com o planeta e em sociedade.

Voltando às questões iniciais, o que pretendemos destacar aqui é que da mesma forma que há critérios a serem observados na atribuição de humanidade aos corpos, há também uma série de ações perpetradas por estes que são caracterizados como humanos, a fim de manter as regras do jogo, para sustentarem sua permanência e garantirem seus privilégios. Não à toa, tem-se perpetuado um repertório discursivo embasado em ideais modernos que localizam na masculinidade branca, cisgênera e heterossexual, o ideal de humanidade e, por consequência, quem faz parte da sociedade e quem pode participar da elite política que define suas regras.

Judith Butler (2017), aprofunda a discussão sobre o direito à vida, ao luto e à proteção de um estado-nação, sobretudo pensando nas relações de guerras promovidas com base em distinções étnico-raciais, geopolíticas e/ou religiosas que vêm servindo como critério para definir quem faz parte ou não de um povo e, desta forma, quem está dentro ou fora dos esquemas de proteção e participação nas sociedades. Para além disso, é possível pensar sobre as relações de chances de vida e morte dentro de um mesmo território, entre pessoas falantes da mesma língua e com um espectro de filiação religiosa bastante próximo. Esse é, infelizmente, o caso do Brasil, pois temos chances de vida extremamente diferentes quando observamos alguns fatores como identificação

étnico-racial, identidade de gênero e orientação sexual, dentro de um mesmo povo.

Partindo da análise de discursos hegemônicos sobre os conceitos de humanidade, focando os processos desencadeados nos anos iniciais do pensamento moderno, propomos em seguida alternativas a esses discursos pautados na Filosofia Ubuntu.

Um discurso sobre a humanidade

A identificação de que existe algo de específico que define “ser humano”, traz a necessidade de uma abordagem crítica dessas concepções, visto que ela define a garantia (ou não) de direitos em sociedade e a garantia de vida na mesma.

Abbagnano (2007) em seu Dicionário de Filosofia, oferece definições do conceito de Humanidade, destacando também o seu aspecto histórico e a contribuição do pensamento filosófico para o tema. Para compreender os significados disponíveis, podemos fazer o percurso histórico a seguir.

Na antiguidade, pensavam a humanidade (*humanitas*) como “forma acabada, ideal ou espírito do homem” (ABBAGNANO, 2007, p. 518). Na Idade Média, influenciados pela filosofia aristotélica, “ser humano” significava os princípios essenciais da natureza humana, sem levar em consideração aspectos individuais. Já na modernidade, com os ideais iluministas de apelo à razão, passa a significar “natureza racional”, aquilo que o dignifica enquanto ser humano.

Os ideais humanísticos da modernidade influenciaram e influenciavam as noções contemporâneas de humanidade. Por este motivo, vamos destinar mais esforços para compreender esse processo e o seu período histórico.

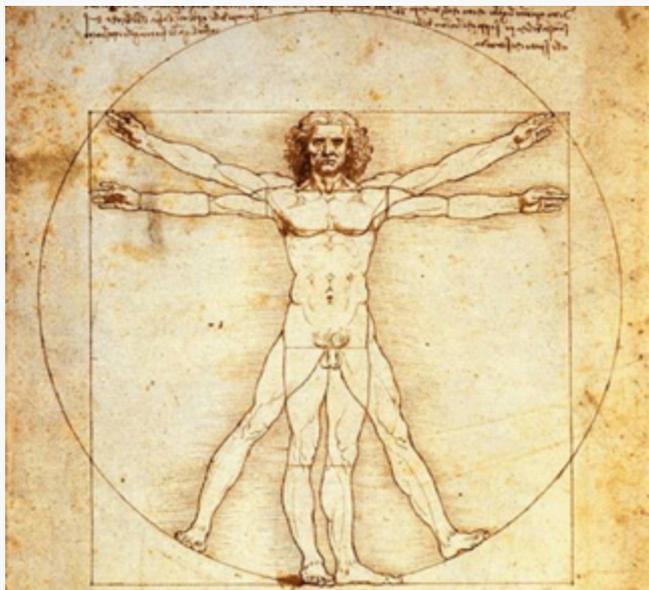
Segundo Abbagnano (2007), a partir da segunda metade do século XIV, nasceu na Itália o movimento literário e filosófico chamado Humanismo, que posteriormente se difundiu em outros países da Europa, se tornando a origem da cultura moderna, num período compreendido como Renascimento.

As bases fundamentais deste Humanismo são o reconhecimento do homem enquanto totalidade e possuidor de corpo e alma, apto a viver no mundo e dominar a natureza; reconhecimento do homem enquanto ser histórico que se relaciona com o seu passado, mas que também compreende a sua diferença; reconhecimento das disciplinas humanísticas como essenciais para a formação humana, por serem consideradas próprias do homem; reconhecimento do homem como um ser natural, conhecedor da natureza, tomando esse conhecimento como essencial para o sucesso e para a vida (ABBAGNANO, 2007).

Neste contexto do Renascimento, e pensando esses ideais humanísticos, foi redescoberta pelos artistas da época, a obra do arquiteto romano Marcos Vitruvius Pollio, que descreveu um homem considerado exemplar, representando o ideal de beleza e proporções. Ao longo do tempo a imagem desta descrição foi perdida; diante disto, alguns artistas tentaram representá-la em seus desenhos. A ilustração que ficou mais conhecida foi a de Leonardo da Vinci, em 1490 retratada abaixo

(Figura 1):

Figura 1 - “O homem Vitruviano”, de Leonardo da Vinci.



Fonte: Estadão, 2017

A imagem do Homem Vitruviano expressa o ideal de humanidade pensada na época e também aplicada como norma: de masculinidade, beleza, raça e inteligência. Arelada à essa concepção estabelecida pelas formas, o homem foi se consagrando também como ser racional e centro de todo universo e conhecimento a partir do período Iluminista (séculos XVII e XVIII). Desta forma, podemos perceber nitidamente que raça e gênero constituem características basilares para a atribuição de humanidade aos corpos.

Sobre o conceito de raça, durante o período Iluminista, vários discursos foram construídos pensando a humanidade e a possibilidade de categorizar as “diferenças”, utilizados para justificar o colonialismo e o eurocentrismo. Nos escritos de filósofos como Kant, Hume e Hegel,

encontramos exemplos dos discursos direcionados para a população negra e a comparação entre as supostas raças diferentes. Apresentaremos alguns exemplos.

“Eu me inclino a suspeitar que os negros são naturalmente inferiores aos brancos. Praticamente nunca existiu uma nação civilizada com aquela compleição, nem sequer um indivíduo eminente seja na ação, seja na especulação. Não existem manufaturas engenhosas entre eles, nem artes, nem ciências. Em contrapartida, mesmo os mais rudes e bárbaros dos brancos, como os antigos ALEMÃES ou os TÁRTAROS no presente, apresentam algo de eminente entre eles, em seus valores, em sua forma de governo ou qualquer outro aspecto particular. Semelhante diferença, uniforme e constante, não poderia acontecer em tantos países e épocas se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre essas raças e homens” (HUME, 2004, p. 344).

“Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores” (KANT, 1993, p.78).

“É bem possível haver, nessas palavras, algo que deva ser levado em conta; só que, para ser breve, esse sujeito era preto da cabeça aos pés, argumento suficiente para considerar irrelevante o que disse” (KANT, 1993, p. 80).

“O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-los. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano” (HEGEL, 1999, p. 83-84).

Estes discursos racistas encontrados nas obras desses filósofos considerados “clássicos”, evidenciam a noção da suposta superioridade da raça branca e inferioridade da raça negra. Como a razão estava no centro dos discursos sobre humanidade, os europeus, criadores de sua autoimagem como únicos seres humanos - e os outros não tão humanos - se intitularam também como os únicos detentores da racionalidade e também produtores de conhecimento; com uma grande missão: humanizar os outros povos, utilizando a violência; privação de liberdade; extermínio de suas culturas; exclusão das suas formas de pensamento; e roubo de suas riquezas.

O pensamento Iluminista deu base para as teorias raciais do século XIX, defendendo a ideia de que os fenótipos determinariam o futuro no que compete ao sucesso e ao fracasso. Foram também estas teorias que buscaram “provar” a diferença natural existente entre as raças, na qual os brancos seriam o ideal de civilização e destinados, pela própria natureza, a dominar os povos considerados inferiores e levar sua cultura.

O discurso médico construído nesta época deu continuidade e força a um processo de definição de quais corpos eram normais, e assim serviriam como medida aos demais, e quais seriam a medida do que devia ser evitado, proibido, mudado e mantido fora dos parâmetros da normalidade. Durante esse processo, coube aos médicos, em sua maioria

homens brancos, cisgêneros e habitantes do norte político global, dizer o que era normal e saudável e o que era anormal e patológico. Temos desse período histórico as primeiras descrições de pessoas dissidentes do sistema sexo/gênero cisgêneros, que são pessoas cujas sexualidades orbitavam fora da matriz heterossexual e cujas formas de expressão social passaram a ser caracterizadas como desviantes e indesejáveis. Podemos observar que essa caracterização e estes discursos sobre quem seria humano, excluiu da categoria de humanidade vários grupos.

Os efeitos do discurso sobre raça e gênero

O discurso moderno sobre a humanidade e a caracterização da norma que deveria ser seguida baseada numa visão etnocêntrica de mundo, utilizou como principais pilares as concepções de raça e gênero para caracterizar quem poderia ser considerado humano e ter assim a garantia de direitos e de vida. Esse discurso teve como um grande aliado o conhecimento científico da época.

Essas ideias sobre raça e gênero permanecem no imaginário social e podem ser identificadas analisando os gráficos de violência no Brasil. Quais os grupos em situação de maior vulnerabilidade? Quais os com menor representação na política? Quais os que mais sofrem violência e perdem o direito à vida?

Os exemplos não precisam ser tão extremos, já que a desigualdade é vivenciada diariamente quando se pensa o acesso à educação, ao trabalho e à saúde. Quando uma pessoa negra tenta entrar numa loja e a

funcionária não abre por medo de ser um assalto. Quando pessoas trans são perguntadas o que elas são e não quem elas são, identificando exatamente uma coisificação, uma inserção na categoria de não-humano. Quando é identificado que mulheres negras recebem menos anestésias no parto. Quando pessoas trans não conseguem atendimento médico adequado. Considerando esses cenários, parece prudente pensar sobre o que propõe Butler (2017) com relação às normas de reconhecimento e, por conseguinte, atribuição ou não de humanidade:

O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada. Que novas normas são possíveis e como são forjadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? Em outras palavras, o que poderia ser feito para mudar os próprios termos da condição de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos? (BUTLER, 2017, p. 20).

Pensamos que as soluções podem estar distantes ou de difícil acesso, entretanto podemos começar a tarefa de buscar soluções para problemas tão complexos e profundos, justamente observando as entranhas das relações humanas. A ontologia das relações modernas entre pessoas nos mostra um caminho cada vez mais direcionado ao individualismo exacerbado, chegando a atual crise do capitalismo e suas severas consequências.

Desde a relação com o eu, o outro e as outras formas de vida existentes no nosso planeta, o homem moderno (branco, cisgênero, he

terossexual, racional, colonizador e individualista) foi e vem sendo desligado do resto do mundo, e de si mesmo, com isso, a lógica da dominação e exploração a quaisquer custos funciona de forma a manter esse pequeno grupo no poder. Desta forma, temos que quanto mais distantes desse grupo, mais vulneráveis estamos. Como então fazer para mudar as regras do jogo?

Ubuntu: “eu sou porque nós somos”

Apresentamos até o momento o discurso sobre a humanidade, destacando a caracterização excludente dessas ideias que permanecem se manifestando na exclusão das diferenças e, como diz Dussel (1993), no encobrimento do outro. As concepções modernas de humanidade elegeram um padrão ideal de beleza e racionalidade que deveria ser seguido por todas as pessoas, com a pretensão de ser racional e emancipador, ao mesmo tempo em que era utilizado como justificativa para violências.

Podemos encontrar exemplos dessa justificativa da violência no nosso cotidiano, utilizada como mecanismo de aplicação das normas. Muitas pessoas sofrem violência simplesmente por serem quem são. Outro fator importante a ser considerado é que muitas vezes os agressores se sentem na obrigação de utilizar a violência para disciplinar corpos transgressores.

Determinar ou não quem é humano e quem tem direito à vida é uma ação que favorece a manutenção do poder e a garantia de privilégios de um determinado grupo e a exclusão de outros não encaixados na

norma, ou seja, é uma lógica de exclusão das humanidades dissidentes do sistema raça e gênero.

Como já dito anteriormente, é também um dos objetivos deste capítulo apresentar alternativas, referenciais sobre a humanidade, pautados no reconhecimento de humanidades plurais e na valorização do coletivo, diferentemente do individualismo e prática de exclusão ocidental, que é a Filosofia Ubuntu.

Ubuntu é a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre ubuntu. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano, deriva de ubuntu, com o qual é conectado indivisivelmente (RAMOSE, 1999).

Como aponta Mogobe Ramose (1999), a filosofia Ubuntu é considerada a raiz da filosofia africana. Uma humanidade africana que se faz na relação com o outro, ou seja, um ser-com-os-outros e um ser-para-os-outros. As noções de pessoa e comunidade (que estão presentes no conceito de ubuntu) são compartilhadas e estruturadas como elementos fundantes da cosmovisão africana em conjunto com a ancestralidade. Ainda segundo o autor, para compreender melhor o aspecto filosófico do termo, é necessário entendê-lo de forma separada:

Ubuntu é atualmente duas palavras em uma. Consiste no prefixo ubu- e na raiz ntu. Ubu evoca a ideia da existência, em geral. Abrindo-se à existência antes de manifestar a si mesmo na forma concreta ou no modo de existência de uma entidade particular. Ubu aberto à existência é sempre orientado para um desdobramento, que é uma manifestação concreta, incessantemente contínua, através de formas particulares e modos de ser.

Neste sentido, ubu é sempre orientado para um ntu. (RAMOSE, 1999, p. 50).

A separação dos termos indica um processo constante de movimentação. Ubu, a existência em termos gerais é sempre orientada para ntu, a manifestação da existência de forma concreta, sendo assim, apresentam dois aspectos da mesma realidade. Percebe-se a importância do movimento como princípio da existência.

Segundo Wanderson Flor do Nascimento (2016), o objetivo da filosofia ubuntu “é refazer a imagem, a representação dos povos africanos e, assim, refazer a imagem da própria humanidade e de suas diversas relações internas e com as outras instâncias da existência” (p. 240). Aqui destacamos o valor da filosofia Ubuntu também para pensar sobre gênero e o reconhecimento de humanidades negadas nesse sistema.

Ubuntu é então a filosofia do reconhecimento da humanidade, eu sou apenas na minha relação com a outra pessoa. Francisco Antônio de Vasconcelos (2017) ao refletir sobre os principais aspectos dessa filosofia da humanidade afirma que a ética ubuntu é capaz de fortalecer o convívio social, atribuindo valores considerados fundamentais aos seres humanos.

Segundo Nogueira (2012, p. 148), a tradução de Ubuntu pode ser “o que é comum a todas as pessoas”, refletida na máxima zulu e xhosa umuntu ngumuntu ngabantu (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas), ou seja, indica que a realização do ser está na humanização das outras pessoas. Esta ética ubuntu, se pensada como uma das definições de humanidade e aplicada na nossa dinâmica social, compre-

enderá que as humanidades são plurais e dependentes desta humanização, do apelo ao que se diz comunidade.

Buscamos ao longo deste capítulo discutir os processos de produção e corporificação de discursos sobre a humanidade partindo das produções modernas. Durante este período, as concepções de humano e sub-humano começaram ser delineados para privilegiar determinados grupos e justificar o processo de exclusão de outros. Desta forma, os mesmos grupos de pessoas que corporificam a norma vêm ocupando posições de controle e destinando esforços para manter-se no poder, deixando cada vez mais à margem quem está de fora. A ideia de humanidade ocidental é, portanto, ancorada na exclusão do outro e continua se manifestando cotidianamente.

Após a compreensão dessa perspectiva sobre a humanidade, buscamos identificar seus efeitos na sociedade atual, apresentando os gráficos de violência contra pessoas negras e pessoas trans, de forma a evidenciar quais os resíduos dos discursos construídos na modernidade, e que permanecem no imaginário social, perpetuando a falsa premissa de que determinados grupos não são humanos, ou tão humanos quanto outros, e por isso não possuem direito à vida plena em sociedade.

Diante desse cenário de exclusão do outro, propomos a reflexão sobre a humanidade com base na Filosofia Ubuntu a fim de impulsionar novas formas de nos relacionarmos em sociedade. Pensar em diálogo com a Filosofia Ubuntu, cuja ideia de humanidade se realiza justamente na humanização dos outros seres humanos, remete uma antítese ao individualismo ocidental contemporâneo, oferecendo novos repertórios

para pensarmos tanto os limites e linhas que definem quem é ou não humano, quanto as características que vêm servindo como régua para atribuir diferentes valores às vidas. Talvez assim possamos caminhar rumo a sociedades mais justas, igualitárias, efetivamente democráticas.

Sonhar nem sempre é uma tarefa fácil, imaginar outros mundos nem sempre é possível. A chegada do ano de 2020 e com ele a pandemia de Covid-19, no Brasil somada ao governo de Jair Bolsonaro, tem feito com que nossa capacidade de imaginar melhorias a curto prazo fique cada vez mais enfraquecida, esperamos que em meio ao caos nossas palavras venham a ser tijolos se ligando para construir pontes entre o mundo que vivemos e o mundo que sonhamos. Esperamos que essas pontes possibilitem diálogos, trocas e principalmente esperança.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136 p.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 288 p.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. SILVA, Matheus Arcelo Fernandes

(org.). **Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. 197 p.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferência de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. **Aproximações Brasileiras Às Filosofias Africanas: Caminhos Desde Uma Ontologia Ubuntu**. Prometeus Filosofia, ano 9, número 21, Dezembro/2016.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. 2 ed. Brasília: EDUNB, 1999. 373p.

HUME, David. **Ensaio morais, políticos & literários**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Editora Papirus. 1993.

NOGUERA, Renato. **Ubuntu como modo de existir**. Revista da ABPN. v. 3, n. 6. nov. 2011/fev. 2012, p. 147-150.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. **Filosofia ubuntu**. Logeion: filosofia da informação, v. 3, n. 2, p. 100-112, 2017.

CAPÍTULO 3

TRANSVESTIGÊNERES, MODOS DE SUBJETIVIDADE E VIDAS PRECÁRIAS: NOTAS PARA UM DEBATE INTERSECCIONAL SOBRE OS “NÓS” QUE TECEM AS TRABALHADORAS SEXUAIS NA QUEBRADA DA PISTA EM REALIDADE INTERIORANA

Marco Jose de Oliveira Duarte

Dandara Felícia Silva Oliveira

O termo transvestigêneres vem sendo usado por ativistas do movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneres e intersexos e mais (LGBTI+) nos últimos seis anos. Acreditamos na potência do termo pela sua importância, uma vez que subverte a ótica colonial e medicalizada fundamentada nos outros termos criados pela ordem médica para determinar as identidades e classificar os corpos dos sujeitos dissidentes do cisteheterossexismo.

Assim, nossa proposta é desenvolver uma breve análise a respeito dos conceitos em questão para a fundamentação da discussão e posteriormente analisar a contribuição da ativista e militante Indianarae Siqueira criadora do termo em tela.

Pensamos ser importante também trazer para a análise o conceito de precariedade da vida, termo estudado pela filósofa Judith Butler,

para debater os enquadramentos midiáticos dos cidadãos que definem quem são os humanos que devem viver e quem são aqueles que devem morrer.

A interseccionalidade de gênero, raça, classe, sexualidade e território é característica que demonstra como os “nós” das opressões se interlaçam, compõem e normatizam os modos de subjetivação das travestis trabalhadoras sexuais de Juiz de Fora. Desta forma, pensar a interseccionalidade na perspectiva analítica apontada por Collins e Bilge (2021) é pertinente e estratégico para o debate que nos propomos neste texto.

Nesse sentido a partir da agência das travestis trabalhadoras sexuais, desde o início da pandemia da COVID-19, com a organização de uma rede de solidariedade que se conforma desde então para auxiliar essas mulheres em situação de precariedade de vida, é que se pode analisar os modos de subjetivação destas pela analítica da interseccionalidade, no sentido de propor políticas públicas que as façam inseridas em vez de excluídas dessa construção.

Tranvestigêneres: a emergência de um conceito

O primeiro relato de pessoa tranvestigênera no Brasil é de Xica Manicongo, segundo Jesus (2019), baseando-se nas pesquisas de Mott (1999). A autora situa a cidade de Salvador, perto de 1591, ao fazer referência a uma africana escravizada vinda do Congo, propriedade de um sapateiro, que descia e subia as ruas desta cidade, a serviço do seu

senhor e para ter seus encontros. Assim, a primeira travesti preta que se tem registro nesse país foi denunciada à Inquisição, por crime de sodomia (TREVISAN, 2018) e “para continuar viva, abriu mão de se vestir como lhe convinha e adotou o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época” (JESUS, 2019, p. 253).

Para entender os modos de subjetivação das transvestigêneres e inclusive como emerge esse conceito na atualidade brasileira, faremos um panorama sobre as categorias transexual, transgênera e travesti com o intuito de entender como esses conceitos, identidades e subjetividades foram construídos e utilizados no Brasil, bem como tratar analítica e teoricamente como o conceito de transvestigêneres vem sendo incorporado pelo movimento social LGBTI+, mas em particular, da população “T”.

Transexual

Segundo Jesus (2012), a transexualidade é uma questão de identidade, não é caracterizada como doença mental ou perversão, também não tem a ver com orientação sexual. Identificada pela autoidentificação e não pelas cirurgias que são feitas, assim muitas travestis que ainda mantêm o órgão genital de nascimento seriam, em teoria e por autoidentificação, transexuais.

Muito embora seja necessário um aporte teórico sobre os problemas de gênero, como nos aponta Butler (2018), o que se pretende aqui, rompendo com a lógica positivista de como se conformam os discursos do sistema sexo-gênero, é a crítica de como esses discursos foram uti-

lizados na sociedade para dominar e gerir as identidades de gênero e sexualidades dissidentes.

A análise que Leite Júnior (2008) faz sobre a historicidade da categoria transexual é importante para percebermos como o discurso biomédico, caracterizado e analisado pela ótica do biopoder, além de criar uma categoria de âmbito internacional e no Brasil, fez com que o apagamento de algumas identidades fosse facilitado. Para o autor, portanto, o discurso do hermafrodita, essa figura mitificada e que podia ter dois sexos, extravasou da mitologia para ocupar o centro das discussões médicas sobre o que entendemos hoje como sexo e gênero pela ótica do biopoder.

Assim a categoria transexual não nasce de uma vez só. Esta vem sendo construída desde o mito do hermafrodita que se transforma em pseudo-hermafrodita. O caminho traçado passa pelo ganho de poder da ordem médica que se dá através da implementação da gestão do biopoder, quando a política de garantia e gerência da vida começa a ser implementada. É, portanto, o saber-poder médico que vai penetrar e adestrar os tipos físicos mais variados, adotando um padrão universalizante (LEITE JÚNIOR, 2008)

Desta forma, a sociedade disciplinar, instaurada a partir do poder disciplinar, como analisado por Foucault (2008), é baseada na vigilância individual e contínua, na punição, na recompensa e na correção, formando e transformando o indivíduo de acordo com certas normas (FOUCAULT, 2008).

Essa sociedade panóptica que vigia e pune para controlar, pretende incluir as novas categorias de indivíduos, inclusive os abjetos, na

participação da sociedade.

O *abjeto* designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (BUTLER, 2018, p. 230, grifos da autora)

Portanto, a ideia é de captura desses corpos e inseri-los, antes, na estrutura das prisões e dos manicômios, como instituições de controle, no exercício do seu poder, de modo que as barreiras físicas que separavam os “anormais” se transformem em barreiras normativas de conformação para cada sujeito.

Nesse sentido, o abjeto começa a ser colocado de acordo com o discurso médico, no exercício do seu poder de moldar as identidades e de tutelar os corpos, ordenando os sujeitos de acordo com a norma cisheterossexista que precisa de gêneros e sexualidades concordantes (BENTO, 2017)

Para Leite Júnior (2008), a história da transexualidade, pelo viés da modernidade e da medicalização, tem sua gênese na segunda Guerra Mundial, a partir dos experimentos científicos de Hitler. No entanto é, em 1952, que o tema ganha destaque mundial, depois que um ex-combatente americano vai para a Dinamarca e começa a terapia hormonal para a mudança de sexo, retirando logo em seguida os testículos. Essa mesma³ paciente faz então a remoção do pênis e a criação dos grandes

³Optamos por manter os pronomes de acordo com a identidade de gênero desejada pela paciente.

lábios. O canal vaginal, entretanto, não é construído, desencorajado pelos médicos, uma vez que a paciente queria se passar por mulher e não ter intercursos sexuais.

É neste contexto que a imprensa começa a dar atenção a história peculiar de uma ex-combatente, o avesso da masculinidade militar, que resolveu se transformar em uma mulher sedutora. Com essa atenção, a paciente consegue controlar inclusive como a mídia constrói suas notícias. Christine então se aproveita deste holofote para propagar a ideia que já era comum à época, de se descrever como “uma mulher presa em um corpo de homem” (LEITE JÚNIOR, 2008, p. 137).

Enquanto a transexualidade como categoria médica distinta era criada a partir da década de 1950, nos Estados Unidos da América, com os três principais estudiosos do tema, como Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller, no Brasil, a temática só começa a ser debatida dissociada da criminalidade e discutida pelos meios de comunicação de massas, a partir dos anos de 1980, com o fenômeno Roberta Close (LEITE JUNIOR, 2008).

É a medicalização da diversidade de gênero que cria o conceito, pela via biomédica, higienizando e redesignando os corpos para a convenção estrutural ao sujeito universal branco, sem traço de promiscuidade, perversão, marginalidade ou raça. Um corpo jovem, branco, da elite e passável que começará a dar a tônica do discurso transexual no Brasil.

Roberta encarnava perfeitamente os valores morais e estéticos de beleza e feminilidade esperados de uma “verdadeira” mu-

lher burguesa, e não se parecia em nada com o estereótipo da figura da travesti do imaginário social da época, ou seja, um homem grotescamente vestido de mulher (LEITE JÚNIOR, 2008, p. 202).

Assim, a travesti que desafia e rompe as barreiras de gênero definidas pela burguesia branca precisa ser higienizada, por intermédio do biopoder que pretende classificar e organizar essa mulher que está no corpo errado e precisa se tornar a “mulher verdadeira”.

Nesse momento, existe um rompimento entre as categorias, fazendo com que inúmeras travestis comecem a se assumir transexuais para ter menos problemas com a sociedade - uma vez que o discurso biomédico e higienizado do corpo errado reforça esse lugar da travestilidade longe da marginalidade e próxima da doença inevitável.

Transgênera

Butler (2018), em sua obra, *Problemas de gênero*, lançado em 1990, rompeu paradigma nos estudos feministas e de gênero. Para a autora, a ideia de um sexo natural que reproduziria uma concepção baseada na genitália, embora pareça natural em si, não o é.

Assim, contrariando a ótica da naturalidade do sexo biológico, a autora centra-se na discussão indo além da centralidade da genitália, como esta é veiculada, pois é constitutiva da sociedade cisheterossexista compulsória, para manter pulsante a produção e reprodução da vida.

Portanto, baseando-se na perspectiva crítica sobre a ideia de “gênero biológico”, para dizer desse “sexo” natural, atribuído no nasci-

mento de acordo com a genitália nos parece central, na medida em que a distinção entre sexo e gênero é nula, essa naturalidade também o é. Desta forma, o “gênero biológico” vem substituir o que a sociedade denomina de sexo biológico quando operamos nossa análise crítica sobre gênero.

Cabe ressaltar que o termo “transgenderism” foi utilizado pela primeira vez em 1955, na obra *Sexual Hygiene and Pathology: a Manual for the Physician*, do psiquiatra John F. Oliven, da Universidade de Columbia, contrapondo ao termo transexualismo, uma vez que não existia uma mudança na sexualidade, mas sim na questão do gênero da pessoa.

Para Jesus (2012), a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade. É o caso das pessoas conhecidas como travestis e transexuais, que são tratadas coletivamente, como parte do grupo denominado de “transgênero” (JESUS, 2012, p. 6).

Segundo Butler (2018), o sexo não causa o gênero e o gênero não pode ser visto como reflexo do sexo. Enquanto o sexo é fato, gênero é adquirido, sendo assim, transgêneros são aqueles que transgridem as barreiras do “gênero biológico” para um devir, com “inúmeras possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2018, p. 192).

Assim, pensar na questão química da isomeria geométrica proposta para a discordância cis-trans para designar pessoas trans, parece ser muito pouco. Por isso, proporemos o transgênera, que se erradica a partir dos transviados, dos transgressores, daqueles que estão em trân-

sito e dos que requerem a performatividade *queer* para transformar o abjeto em potência.

Travesti – com quantos paus se faz uma?

Nossa proposta de escrevivência, já que uma das autoras é travesti, é no sentido de construir uma epistemologia travesti para todes. Por isso o subtítulo provocativo, que trata de uma questão crucial entre travestis e transexuais, a manutenção do *pau* ou a sua retirada, que tem como fundo o essencialismo, que se baseia na ideia de corpos errados e da redesignação sexual.

Kulik (2009) afirma que:

O termo travesti deriva do verbo transvestir, que pode ter o sentido de vestir roupas do sexo oposto (ou cross-dress, em inglês). Porém, as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo o Brasil, é que elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagens femininas, pronomes de tratamento femininos, além de consumirem grande quantidade de hormônios femininos e pagarem para que outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos, com o objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes (KULIK, 2009, p. 21).

O autor afirma que muito mais do que a inversão de um conjunto de práticas carnavalescas, nós, travestis, elaboramos determinadas configurações de sexo, gênero e sexualidade típicas de nosso modo de subjetivação. Assim, através dessa elaboração dissidente, a cisgeneridade

extrai “seus significados e sua capacidade de parecer natural” (KULIK, 2009, p. 28).

Embora a análise de Kulik (2009) não seja a primeira, acreditamos que seja a mais fiel à realidade subjetiva das travestis, uma vez que as produções e pesquisas mostram problemas com a apresentação por parte de pesquisadores/as para esta população ao ser analisada (KULIK, 2009)

A primeira questão a destacar a respeito da identidade travesti é que ainda quando não sabemos o que somos, somos atacadas. Assim, a primeira constituição da nossa identidade é a ubiquidade da violência. Esse fenômeno se expressa em nossas maneiras de socialização umas com as outras e na forma como encaramos a performatividade *queer* no ataque, quando somos minimamente confrontadas e às vezes até quando não somos. Mesmo com toda a violência que recai sobre nós, é sobre nós que recai a pecha de pessoas afeitas ao crime e que espalhamos o caos (KULIK, 2009).

Travestis tem uma outra ordem de configuração de moradia e afetividade, baseada em casas divididas por várias de nós, onde nos ajudamos mutuamente e onde brigamos também. Essas brigas estão ligadas à beleza e aos preconceitos, inclusive o racismo. Isso se dá em razão da socialização transfóbica em uma sociedade que promove a cisheteronormatividade, por intermédio do cisheterossexismo estrutural.

Quase todas nós fomos reprimidas na infância, sendo ou não efeminadas. O próprio fato de um homem dar seu *cu* e a família descobrir, era um fator amedrontador. Assim, travestis que expressam seu dese-

jo por homens e pela transição de gênero cedo, muito provavelmente apanharão dos homens da família ou serão expulsas de casa (KULIK, 2009)

É o convívio com outras travestis e as trocas de informação sobre hormônios que se dá o marco divisório entre travestis e transformistas, na medida em que se afirma que nós vivemos 24 horas por dia como mulher e alteramos nossos corpos através do uso de hormônios (KULIK, 2009). Quando esses já não estão fazendo efeito, então é o uso do silicone injetável, ou de próteses, que darão à tônica da modificação corporal.

A prática da aplicação de silicone é feita pelas *bombadeiras* e embora seja prejudicial à saúde, mais barato e acessível, sabemos que é ainda a prática mais recorrente entre as travestis. Por isso, pelo viés antiproibicionista, apostamos na política de redução de danos na aplicação de silicone injetável.

Uma constatação que Kulik (2009) ressalta em sua pesquisa, apesar da sugestão por parte dele às suas informantes, é a de que existe a certeza, entre as travestis, de que nós não somos mulheres presas em corpo de homem.

Embora existam outras perspectivas autorais que unam a ideia de que travestis modificam o corpo para se prostituírem, acreditamos, assim como Kulik (2009), que essa perspectiva ignora o fato de que nós começamos a fazer isso antes de pensarmos que precisaremos nos prostituir. Essa perspectiva afasta a investigação sobre como usamos nossos corpos em contextos não profissionais e apaga a dimensão crucial de construção de nossos corpos que é a nossa subjetividade (KULIK, 2009).

Transvestigênera – a gênese

Nosso primeiro questionamento quando pensamos em tratar do conceito de transvestigêneres, em nossa pesquisa, era sobre as referências teórico-bibliográficas. Assim, no processo de busca em bases de dados virtuais, achamos informações esparsas de que o termo teria sido criado pelas transativistas Indianarae Siqueira (Rio de Janeiro) e Erika Hilton (São Paulo) em uma mesa de bar na cidade do Rio de Janeiro.

Não duvidamos da procedência do termo, mas tínhamos dúvidas sobre sua etimologia, ou seja, como o termo foi pensado. Assim, resolvemos entrevistar a transvestigênera, como ela mesma se identifica, Indianarae Siqueira, sobre a questão. Por fim, a partir de tal instrumento de coleta de dados para a nossa pesquisa qualitativa, analisamos, no referido processo, a narrativa da entrevista, que, parcialmente, apresentamos seu resultado abaixo.

Segundo a ativista, é no bojo das lutas sociais dos movimentos “T” (travestis, transexuais e transgêneros) que a disputa pela construção de um termo que não fosse medicalizado começa. Assim, em 1997, na plenária do *V Encontro Nacional de Travestis, Transexuais e Transgênero*, o debate se reacendeu sobre o termo transgênero, inserido por Camile Cabral -médica transgênera brasileira, radicada na França. A disputa se deu porque uma parte das presentes defendia o termo travesti, cunhado na América Latina.

No entanto, conforme nos informa Indianarae, o próprio termo travesti é criado a partir da prática do travestismo, que diz daquelas

peessoas que adotam o outro gênero pelas roupas, o que não se aplica também às travestis, uma vez que a questão se centra na identidade e não somente nas práticas de vestimentas.

Segundo Indianarae, em 2009, no contexto de uma nova edição do encontro nacional de travestis e transexuais, emergem dois grupos de trabalho que determinariam a conceituação dos termos travesti e transexual. Definiu-se, portanto, pela contradição debatida acima, que travestis seriam as transexuais que não queriam se operar.

Diante de tal questão, Indianarae relata que ao pedir a palavra, diz que não se identificava com nenhuma das duas opções, porque no seu trabalho junto a base existia uma problemática interseccional a ser analisada para não reproduzir opressões e fazer uma determinação rasa do ser. A plenária então decide por excluir as pessoas que não se identificavam em nenhuma das duas opções postas pelo movimento.

Segundo Indianarae, tal operação de exclusão se deu para retirar uma pessoa do movimento que se identificava como travesti, mas que em alguns momentos não performava toda a feminilidade exigida. Após esse debate acalorado, Indianarae resolve se designar, “mulher transgênera normal de peito e de pau” (SIQUEIRA, 2021).

Assim, após inúmeras contestações, e a sensação de que os três termos que nos definiam não eram da nossa comunidade, mas termos criados pela sociedade cisgênera para nos definir, a ativista registra pela primeira vez a palavra tranvestigênera em um vídeo para o *Prepara-Nem*, o pré-vestibular organizado pela Casa Nem, casa de acolhimento coordenada por ela.

Portanto, se somos além da vestimenta, da genitália, inclusive do gênero, da identidade transgênero e do uso das performances de gênero, devemos buscar o rompimento com a norma. É neste sentido, então, que a ativista resolve unir as três palavras em um único termo, ampliando o uso para todes e sendo confortável, inclusive, para não-binários e intersexes que resolvessem usá-lo. Emerge então o conceito de transvestigêneres, que serve para contestar a ótica da cisgeneridade medicalizada e higienizada sobre nossos corpos e, ao mesmo tempo, para definir que as performances de gênero que todas as pessoas não-cis possuem, constroem ou utilizam, sejam performances que procurem romper com o binarismo cissexista (SIQUEIRA, 2021).

Vidas precárias e a interseccionalidade de gênero, raça, classe e território

O conceito de precariedade da vida vem sendo estudado pela filósofa Judith Butler para analisar como a política neoliberal vem influenciando nos enquadramentos de quais vidas merecem ter a precariedade da vida afastada.

Para Butler, essa percepção de que nossos corpos são frágeis e podem se desfazer pelo capricho de outro traz medo e luto (BUTLER, 2019a). Esse luto é permanente na vida de pessoas transvestigêneres que vivem no país que mais mata pessoas trans no mundo, segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), organizados por Benevides e Nogueira (2021).

Contudo, esse não é um luto público. Essas pessoas morreram única e exclusivamente pelo fato de serem pessoas transvestigêneres. A morte é colocada aos corpos que ousam serem ininteligíveis, abjetos e execráveis pela moral sexual dominante e seu enquadramento social. Esses enquadramentos são gerenciados pelo sujeito universal que diz quais vidas podem viver e quais devem morrer (BUTLER, 2019a; BUTLER, 2019b).

Para Butler (2019a), enquanto a filosofia centra a questão da “identidade pessoal” nas características pessoais, nossa pergunta deve ser, o quanto de norma, ou de ideal normativo, existe na identidade e no lugar da experiência?

Assim, o entendimento é de que a sociedade cria determinadas categorias de vida que estão vivas, mas não podem ter vida, como afirma Butler (2019b),

Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. Situa-se fora do enquadramento fornecido pela norma, mas apenas como um duplo implacável cuja ontologia não pode ser assegurada, mas cujo estatuto de ser vivo está aberto à apreensão (BUTLER, 2019b, p. 22 grifos da autora).

Nesse sentido, o quanto de nossa identidade é identidade porque somos o que somos e o quanto é contribuição da sociedade para que possamos existir? O que é feito com os corpos ininteligíveis, abjetos, lixados que não estão em consonância com a inteligibilidade que determina quais “gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido,

instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2019a).

O senso comum brasileiro criou um enquadramento para as pessoas transvestigêneres de afeitas ao crime e voltada para a prostituição. Esse enquadramento diz respeito em como consideram a precariedade da vida das pessoas transvestigêneres. Mudarmos e estabelecermos novos enquadramentos aumentariam a possibilidade de reconhecimento e consequente diminuição da precariedade? (BUTLER, 2019b)

Assim, é nesse ponto, portanto, que se levanta a questão, pois se o Brasil é o país que mais mata transvestigêneres no mundo fundamentado, no enquadramento marginal e abjeto desses corpos, podemos estabelecer que há uma relação direta de escolha da sociedade que estabelece quem pode viver e quem deve morrer? Afinal, “quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?” (BUTLER, 2019b, p. 28). Afirma a autora, “há *sujeitos* que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há *vidas* que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas (BUTLER, 2019b, p. 17, grifos da autora).

Logo, podemos perceber que se não enquadrarmos pessoas transvestigêneres sobre a ótica da interseccionalidade, para entender como os problemas de justiça social se sobrepõe nessas vidas precárias, estaremos de alguma maneira desconsiderando e colocando a margem uma parte dessas pessoas, relegando-as ao sofrimento no isolamento. Esse é o principal motivo por que o debate da interseccionalidade de gênero, raça, classe, sexualidade e território é necessário (DUARTE; OLIVEI-

RA; IGNACIO, 2020) para entender como se dão os processos de subjetivação e com elas as construções de identidade na precariedade da vida.

Notas para um debate interseccional sobre os “nós” que tecem as trabalhadoras sexuais na quebrada da pista em realidade interiorana

É público e notório que a gênese do conceito de “interseccionalidade” é atribuída a Kimberlé Crenshaw (1989), mas é indiscutível que a perspectiva feminista negra interseccional sempre foi a marca nas produções de Patricia Hill Collins, uma de suas referências. Assim, em recente publicação, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) debruçam sobre o conceito de interseccionalidade. Nele as autoras descrevem os diferentes usos para a interseccionalidade como categoria analítica e como eles ajudaram a entender por exemplo as relações de poder do futebol internacional, a ascensão do feminismo negro no Brasil e o reconhecimento da crescente desigualdade social global.

Collins e Bilge (2021) analisando o Festival Latinidades, de 2014, problematizam o uso que este fez da interseccionalidade, de maneira analítica, para estruturar a conferência, ilustrando questões anteriores que se referem ao compromisso das afro-brasileiras de desafiar o racismo e o sexismo apesar do mito da democracia racial.

Os padrões distintos de interseccionalidade que moldaram, através da miscigenação consensual ou não, diversas formas de beleza negra e diversos termos voláteis para caracterizar cada uma, também

moldaram a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais (COLINS; BILGE, 2021)

Nesse sentido, procuramos construir, nos parágrafos a seguir, para uma analítica interseccional, para pensar em como as intersecções de gênero, raça, classe, sexualidade e território influenciam e precarizam a vida de transvestigêneres no interior de Minas Gerais.

A cidade de Juiz de Fora é a quarta cidade mais populosa do estado. Descendente e situada em um dos estados mais escravocratas do Brasil, ela nega sua origem e tem no conservadorismo, no sexismo e no racismo, sua marca de lugar construído pelo sangue negro escravizado.

Essa configuração de cidade obviamente determinou os lugares onde a elite branca frequentaria, ocuparia e viveria, dos lugares onde o restante do povaréu poderia se agrupar. Assim, há bairros inteiramente negros, normalmente, aqueles que ficam distante do centro e na periferia da cidade (BARRETO; BARCELLOS, 2019). Existem especulações de que a rua mais importante da cidade era vetada aos negros até o ano de 1930.

É importante frisar essa configuração porque, necessariamente, o racismo e as opressões que se conformam a partir dele vão determinar a precariedade da vida e quais pessoas vão ser assistidas pelo Estado ou não.

É nessa cidade, por intemédio do Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), programa de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que pudemos realizar, a pedido da agência e da demanda das travestis profissionais

do sexo da cidade, a Campanha TranSolidariedade⁴, no contexto da pandemia da COVID-19, desde março de 2020.

Assim, procurados pela representação das meninas, por parte da equipe do CeR-LGBTQIA+, que buscavam saber quais ações poderíamos desenvolver no intuito de ajudar as trabalhadoras sexuais transvestigêneres - que estariam sem possibilidade de ganho na batalha da pista e com a conseqüente eminência da fome como mais um elemento nas suas vidas precárias.

Nesse sentido o CeR-LGBTQI+ se organizou para atuar em três frentes: a) a doação de cestas básicas e “kits” de higiene; b) a doação em dinheiro arrecadado via vaquinha online divulgada nas redes do CeR-LGBTQI+, e dos perfis pessoais da equipe; e c) na criação de um grupo de “*whatsapp*” para socialização de informações e orientações referentes aos benefícios governamentais federais, uma vez que todas essas trabalhadoras, consideradas como informais ou autônomas e até mesmo desempregadas, com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, enquadravam-se nas exigências para o seu recebimento (BRANDÃO et al, 2021).

Assim, tanto na organização dos dados cadastrais utilizado para sistematização das informações básicas relativa ao público-alvo das ações propostas pela referida campanha, quanto no processo de entrega dos itens relacionados acima, de forma presencial por parte da equipe,

⁴ A esse respeito, para maiores detalhamentos da referida Campanha, ver: DUARTE; OLIVEIRA, 2021; DUARTE, 2021; BRANDÃO; OLIVEIRA; PEREIRA; DUARTE, 2021 e DUARTE, 2020

podemos construir uma analítica da interseccionalidade que atravessa essas sujeitas e suas corpos.

Desta forma, podemos registrar que a grande maioria dessas mulheres se identifica como travesti e todas sobrevivem da prostituição das ruas, que nesse caso é exercida em uma parte do centro da cidade que não tem transeuntes a noite, ou que esses transeuntes são aquelas pessoas negras que fazem esse caminho para acessar os pontos de ônibus que oferecem transporte público para a periferia da cidade.

Pelos nossos dados, cerca de 50% dessas mulheres possuem o fundamental incompleto e apenas uma delas possui nível superior. Esta caracterização do nível de escolaridade das meninas, é corroborada pelas escassas pesquisas a respeito do acesso à educação por pessoas trans no Brasil, que nos informam que cerca de 82% das pessoas transvestigêneres no Brasil abandonam a escola dos 14 aos 18 anos (INSTITUTO UNIBANCO, 2020).

Quanto a questão racial, a maioria dessas transvestigêneres se identifica como negra e algumas delas são egressas do sistema de privação de liberdade, seja por conta de desentendimentos na rua, seja por envolvimento com drogas. Esses dados também são respaldados quanto à crítica sobre o encarceramento em massa da população negra brasileira.

Por fim, a última caracterização sobre a identidade dessas mulheres é curiosa e tem a ver com a faixa etária, que vai dos 19 aos 57 anos. Isso revela que, embora os dados da ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021) indiquem que a expectativa de vida das transvestigêneres seja de 35 anos, em Juiz de Fora algumas conseguiram sobreviver

ao massacre transfóbico que nos mata todos os dias. No entanto, o lugar da prostituição compulsória diz respeito a uma precariedade da vida que não é afastada nem mesmo com a velhice (BRANDÃO et al, 2021).

Felizmente, por conta dos esforços da Campanha TranSolidariedade, nenhuma das transvestigêneres trabalhadoras do sexo que compunham o nosso público-alvo, precisou ser internada por conta do novo coronavírus e não se teve registro de nenhum óbito.

O Brasil é o país que mais mata transvestigêneres no mundo em números absolutos. Essa transfobia que se reflete em caos de óbitos é construída com base em um sujeito universal branco cisheterossexista que tem o poder de definir aqueles que podem viver e aqueles destinados a morrer, ou a viverem mortos.

Dos relatos de homicídios de LGBT no mundo, a Transgender Europe (TGEU), que é uma rede de diferentes organizações, registrou a existência de 3.314 homicídios de transgêneros em 74 países no período de janeiro de 2008 a setembro de 2019, sendo que 61% dos vitimados trabalhavam como profissionais do sexo (MENDES et al. 2020, n/p).

Ao pensarmos a categoria analítica da interseccionalidade, apontamos para os “nós” de opressões que determinam o nível de precariedade da vida de transvestigêneres no país, mas, em particular, para a realidade interiorana, que expressa o conservadorismo que molda a organização sócio-histórica brasileira, que se dá em torno da exclusão dos corpos abjetos que rompem com a lógica da normatização da vida em geral.

Assim, nossa análise focou-se na articulação das possibilidades

dos *nós*, a partir da interseccionalidade de gênero, raça, classe, território e sexualidade, retratando as precariedades da vida de transvestigêneres trabalhadoras de sexo, alvo da Campanha TranSolidariedade, revelando como determinados humanos não conseguem nem mesmo ter acesso às políticas públicas do Estado, em particular aos benefícios assistenciais governamentais, e dependam da rede de apoio e de solidariedade informal para sobreviver e resistir à maior pandemia do século XXI.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. C. de J.; BARCELLOS, W. de S. **A racialização do espaço urbano em Juiz de Fora-MG**: uma experiência no bairro Dom Bosco. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 28, p. 299-318, 2019.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EdUFBA, 2017.

BRANDÃO, B. C.; OLIVEIRA, D. F. S.; PEREIRA, M. J. F. DUARTE, M. J. O. **Campanha TranSolidariedade no contexto da pandemia da COVID-19**: um relato de experiência. IRINEU, B. A. et. al. (Org.). Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e

resistências, v. 2. Campina Grande; Salvador: Realize editora; Devires, 2021.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

_____. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: 4 out. 2021.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. **LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 48, v. 19, jul./dez., p. 153-168, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revista-empauta/article/view/60303/38412>>. Acesso em 30 set. 2021.

_____. **Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica:** questões para o Serviço Social. In: LOLE, A. et al. (Org.). Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

_____. **Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica:** impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A. D. de. (Org.). População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19. Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020.

_____.; OLIVEIRA, D. F. S.; IGNACIO, K. M. R. **Gênero, raça e sexualidade:** uma proposta de debate interseccional?. In: IRINEU, B.

A. et al. (Org.). Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes. Salvador: Devires, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 35^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

INSTITUTO UNIBANCO. Preconceito contra travestis e transexuais impacta no direito à educação. São Paulo, 29 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/preconceito-contra-travestis-e-transexuais-impacta-no-direito-a-educacao/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

JESUS, J. G. de. **Xica Manicongo:** a transgeneridade toma a palavra. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro. v. 3, n.1, p. 250-260, jan./abr., 2019.

_____. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ª rev. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidade-sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CON-CEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.

KULIK, D. **Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

LEITE JÚNIOR, J. **“Nossos corpos também mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008, 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

MENDES, W. G.; DUARTE, M. J. O.; ANDRADE, C. A. F.; SILVA, C. M. F. P. **Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT.** Ciência & Saúde Coletiva [periódico na internet] (2020/Out). Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/revisao-sistemica-das-caracteristicas-dos-homicidios-contra-a-populacao-lgbt/17788?id=17788>>. Acesso em: 04 out. 2021.

SIQUEIRA, Indianarae. Entrevista I [jun. 2021]. Entrevistadora: Dandara Felícia Silva Oliveira. Juiz de Fora, 2021. 1 arquivo .mp3 (120m).

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

CAPÍTULO 4

DA DEFICIÊNCIA COMO LIMITAÇÃO CORPORAL À DEFICIÊNCIA COMO OPRESSÃO: A DIMENSÃO EDUCATIVA DAS LUTAS E DOS MOVIMENTOS EMPREENDIDOS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Joseane de Souza

Imar Domingos Queiroz

Nos seus processos de organização e luta, os movimentos sociais progressistas e emancipatórios contestam as relações de exploração e de opressão; denunciam as desigualdades e as violências; constroem novas identidades e subjetividades; inscrevem novos direitos; elaboram novas gramáticas e concepções de mundo; provocam mudanças culturais, políticas, sociais e éticas, em oposição às concepções produtoras de desigualdades e hierarquias, fundadas no patriarcado, no racismo e no capitalismo.

Nos embates e confrontos estabelecidos com a sociabilidade existente, os sujeitos dos movimentos sociais se educam, e também a sociedade, ou pelo menos os seus segmentos mais sensíveis às injustiças sociais, sobre as diferentes faces da opressão, forçando o Estado a legitimá-los como interlocutores das questões que apresentam na esfera pública, e a reconhecer suas demandas, além de construírem experiências de democracia substantiva, baseadas na participação direta e na

coletividade, enfim, ampliam os espaços da política.

Esse processo de anunciar e denunciar as opressões e as contradições constitutivas da/ou potencializadas pela sociabilidade capitalista; de enfrentar as estratégias permanentemente formuladas pelas classes dominantes, visando a manutenção de seus interesses e privilégios; e os aprendizados obtidos com as resistências construídas, configuram o que alguns autores denominam como dimensão pedagógica e/ou caráter educativo dos movimentos sociais, visto que ao expressarem suas denúncias, reivindicações e proposições, os sujeitos que participam dos movimentos sociais “mudam não apenas a sua autoimagem, mas também a imagem que a sociedade constrói sobre eles”, “reeducam o pensamento social”, e “se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos” (ARROYO, 2003, p. 3-4).

Ao tratar dos aprendizados vivenciados na luta política empreendida pelas mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Carvalho-Silva e Tomizaki (2021) mostram como as formas de organização mais abertas e democráticas, e os espaços de debate e de tomada de decisões coletivas existentes no movimento, levam à rejeição às práticas autoritárias, repressivas e violentas do poder público e/ou no âmbito da vida privada (CARVALHO-SILVA; TOMIZAKI, 2021) e ao desenvolvimento da participação e do sentido de pertencimento. Para Carvalho-Silva e Tomizaki (2021, p. 32), “a dinâmica e a organização internas do movimento encerram em si mesmas uma pedagogia do engajamento que atua diretamente no processo de politização de suas militantes” e as ocupações são, ao mesmo tempo,

resistência e espaço de “aprendizado de princípios, valores e práticas democráticas”.

Se referindo ao princípio educativo contido no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Caldart (2001, p. 213) destaca que: “há uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social”, e os movimentos sociais são “espaços de formação de sujeitos sociais e de seres humanos” (CALDART, 2001, p. 212), que educam para uma determinada postura diante da vida, na medida em que possuem uma intencionalidade política direcionada à transformação social.

A dimensão pedagógica, convém assinalar, não é exclusividade das lutas empreendidas pelos movimentos sociais populares urbanos e rurais, como o MTST e o MST. Nos estudos sobre a temática são irrefutáveis as contribuições dos chamados movimentos sociais identitários, como os feministas, negro e LGBTQIA+ para uma nova compreensão sobre as questões relacionadas ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo, e sobre as imbricações existentes entre estes sistemas de dominação e de opressão e as desigualdades, violências e discriminações cotidianamente vivenciadas por esses segmentos.

A atuação do movimento negro, por exemplo, tem sido fundamental para a derrocada do mito da democracia racial, a valorização da negritude e as crescentes denúncias e manifestações de repúdio ao racismo e à discriminação (OSÓRIO, 2021). Assim como os movimentos feministas e LGBTQIA+ têm sido imprescindíveis para combater a violência e as desigualdades de gênero; para a instituição de novos modelos familiares; a criminalização da homofobia; a defesa do direito

ao aborto seguro e legal e a maior abertura à questão da diversidade sexual (IRINEU, 2019; BULGARELLI, 2018). Na mesma direção, o MST e MTST ao questionarem o latifúndio e a acumulação capitalista, no campo e na cidade, contribuíram para uma nova compreensão em relação às questões agrária e urbana, e para o reconhecimento da legitimidade de suas lutas.

Ancorando-se nos pressupostos teóricos e epistemológicos dos chamados Estudos da Deficiência (*Disability Studies*)⁵, o presente capítulo analisa, a partir de revisão bibliográfica, o caráter educativo das lutas e do movimento social pelas pessoas com deficiência contra a discriminação, a desigualdade e a opressão, bem como suas contribuições para uma nova compreensão sobre a deficiência, concebida não mais como resultado de limitações corporais, mas como construção social das desigualdades e, portanto, como forma de opressão potencializada por sistemas de dominação-exploração como o capitalismo, o racismo, o patriarcado e o capacitismo.

Por movimento social das pessoas com deficiência se entende aqui as manifestações, as reivindicações e as pressões efetuadas pelas organizações civis de luta por emancipação, direitos e enfrentamento às discriminações e opressões vivenciadas pelas pessoas com impedimentos físicos, intelectuais e sensoriais.

Este capítulo está estruturado em duas seções. A primeira abor-

⁵ Corrente teórica e política formulada no campo do pensamento social crítico marxista para pensar, discutir e denunciar a deficiência como uma forma particular de opressão social (DINIZ, 2009).

da, a partir das críticas efetuadas pelo modelo social da deficiência ao modelo biomédico, a dimensão educativa das lutas empreendidas pelo movimento das pessoas com deficiências na Inglaterra e Estados Unidos - incluindo as críticas e as contribuições das teóricas feministas da deficiência aos teóricos (militantes) da primeira geração do modelo social. A segunda, o caráter educativo das lutas empreendidas pelo movimento no Brasil, suas contribuições para uma nova compreensão sobre a deficiência e as repercussões do fortalecimento do conservadorismo e das políticas ultraliberais sobre suas conquistas.

Conclui-se que a compreensão da deficiência como expressão da diversidade humana, construída a partir das lutas empreendidas pelo movimento, nas últimas décadas, vem sendo ameaçada pela implementação das políticas ultraneoliberais e pelo fortalecimento das práticas e políticas capacitistas, que reforçam o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência.

A deficiência na perspectiva do movimento social das pessoas com deficiência

A discussão sobre a dimensão educativa contida no movimento social das pessoas com deficiência por igualdade de direitos, autonomia, dignidade e emancipação, tem como referência central os paradigmas explicativos (biomédico e social) sobre a deficiência, em função da relação de contestação e crítica que o movimento estabeleceu com o primeiro (paradigma médico), e a relação construtiva e dialética que

mantém com o segundo (paradigma social), construído a partir da militância das pessoas com deficiência.

Importante destacar, que na produção teórica sobre o movimento social das pessoas com deficiência, assim como nos estudos sobre outros movimentos sociais, militância política e produção acadêmica se articulam dialeticamente. Em geral, os militantes desses movimentos são também os primeiros a construir paradigmas teórico-epistemológicos contra hegemônicos sobre as questões que apresentam para debate na esfera pública, e em torno das quais articulam suas lutas.

Assim, as primeiras críticas feitas ao modelo biomédico emergem da organização política das pessoas com deficiência que, a partir desse engajamento e conhecimento produzidos, questionaram o lugar atribuído a essas pessoas, denunciando seu confinamento e exclusão da convivência em sociedade e tutelados hegemonicamente pelos saberes médicos.

As primeiras críticas feitas ao modelo biomédico surgiram nas décadas de 1960/70 na Inglaterra e Estados Unidos, com a organização política das pessoas com deficiência⁶. É a partir do engajamento e do conhecimento produzidos por elas, questionando o lugar atribuído ao deficiente, seu confinamento e exclusão da convivência em socieda

⁶ Segundo Diniz (2009), a organização da *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), protagonizou as primeiras reflexões e questionamentos acerca da concepção da deficiência pautados nos pressupostos e questionamentos teóricos e epistemológicos dos estudos da deficiência.

de pela ciência médica, que se constitui, a partir do modelo social, o campo dos chamados Estudos sobre Deficiência (*Disability Studies*)⁷ e um novo entendimento sobre a questão (DINIZ, 2009). Para o modelo social:

É deficiência toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. Lesão, por sua vez, engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implica em restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade (DINIZ, 2003, p. 2).

Para os saberes médicos, a deficiência é compreendida como uma desvantagem natural inerente ao corpo disfuncional/defeituoso, uma tragédia pessoal e/ou um infortúnio da vida, e que levaria as pessoas com deficiência a não terem capacidade para interagir plenamente em sociedade. O conceito do modelo biomédico nutre uma visão exclusiva que compõe as práticas de reabilitação e medicalização, no qual esses corpos devem ser normalizados tanto quanto possível, para que possam ser devolvidos para a sociedade (MAIOR, 2016; DINIZ, 2009).

Ao contrário do modelo médico, no âmbito dos *Disability Studies*, a deficiência é concebida como resultado da opressão ao corpo, como uma desvantagem social e como restrição de participação social ao corpo com impedimentos. Deficiência, portanto, passou a ser um

⁷ Filiados à tradição marxista, os teóricos dos *Disability Studies* mostraram como o sistema capitalista potencializa as formas de opressão social sobre as pessoas com deficiência, uma vez que estas guardam relações não só de poder, mas também de processos históricos hegemônicos de dominação-exploração imbricados pelas narrativas biomédicas.

conceito utilizado para “denunciar a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos” (DINIZ, 2009, p. 66).

Para os tributários do modelo social, a deficiência é um conceito relacional e em constante mudança. É o resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras comportamentais e ambientais que as impedem de participar na sociedade de forma igualitária, e as expressões anteriormente adotadas para se referir às pessoas com deficiência, “deficientes”, “pessoas deficientes” e “portadores de necessidades especiais”, por exemplo, demonstram que, na abordagem biomédica, a deficiência sempre esteve em primeiro plano - reforçando os estereótipos e os estigmas atribuídos às pessoas com deficiência. Portanto, a sua definição como uma interação parte do pressuposto de que a “pessoa” está acima desta questão.

Como enfatizado anteriormente, os movimentos sociais têm sido fundamentais para a construção de novos referenciais éticos e culturais, para a crítica aos mecanismos de produção das desigualdades e opressões, bem como para a construção de alternativas para seu enfrentamento. Ao desvelarem as relações de poder e os mecanismos de produção/reprodução de desigualdades, eles colocam em crise os paradigmas hegemônicos. É um processo de aprendizagem que, segundo Gohn (2016), não está na estrutura simbólica edificada e corporificada de prédios ou instituições, mas nos diálogos tematizados que movimentam as lutas e as reivindicações dos movimentos sociais.

A dimensão educativa e/ou pedagógica do movimento social das

peças com deficiência se expressa nas críticas à concepção individualizante do modelo biomédico, que atribui as desigualdades e as desvantagens vivenciadas por estas pessoas às suas lesões corporais, sem relacioná-las com as estruturas que as impedem de conduzir suas vidas com dignidade e autonomia; nas denúncias de discriminação, maus tratos e confinamentos sofridos; nas lutas por direitos, cidadania e políticas públicas; e nos debates, que estabelece internamente (no movimento) e com a sociedade, acerca da necessidade de um outro olhar sobre a deficiência, como requisito para a construção de um mundo mais justo e democrático.

Ao argumentar que as desvantagens vivenciadas pelas pessoas com deficiência resultam muito mais da falta de oportunidades (decorrentes das opressões estruturais) do que de suas limitações corporais, o movimento contribuiu para modificar a percepção da sociedade sobre a deficiência e sobre o lugar das pessoas com deficiência na sociedade, bem como para o reconhecimento da importância da implementação de políticas públicas para a redução das desigualdades vivenciadas pelo segmento.

No início da década de 1990, as teóricas feministas da deficiência criticaram o modelo social apontando os limites dos teóricos da primeira geração, que eram ecentrados na crítica ao capitalismo, nas lutas pela igualdade de direitos e pela inserção no mercado de trabalho, como condição para emancipação - além de discordarem da ideia (presente tanto no modelo médico como no modelo social)⁸ de que a deficiência

⁸ Segundo Diniz (2009), tanto o modelo médico como o modelo concordavam com a ideia de que a lesão era um tema da alçada dos cuidados médicos.

é somente um fato orgânico.

Para estas estudosas, os teóricos da primeira geração (todos, homens, brancos e membros das classes dominantes) não contemplaram as questões relacionadas ao gênero e ao cuidado que afetam, especialmente as mulheres, visto que a deficiência é marcada por processos de gênero. Destacaram, ainda, o fato de que não importa o grau de comprometimento que as pessoas com deficiência tenham (mesmo aquelas consideradas mais independentes), elas sempre serão excluídas da sociedade, pois jamais conseguirão corresponder à corponormatividade⁹ imposta pela sociabilidade capitalista, que prima pela cultura da normalidade (MELLO, NUERNBERG, 2012; DINIZ, 2003).

Mais recentemente, elas passaram a questionar também a ideia de corpo como um dado da natureza e a problematizar as experiências do corpo doente e sobre a dor, chamando a atenção para a necessidade de se levar em consideração a abordagem interseccional da deficiência nos estudos, debates e políticas públicas articuladas às categorias de gênero, de raça, de classe social e de orientação sexual - uma vez que as pessoas com deficiência são, em algum momento de suas vidas, atravessadas por esses marcadores sociais da diferença (MELO; NUERNBERG, 2012).

⁹ Conceito que acompanha as discussões sobre o capacitismo. Pauta a dicotomia entre aquilo que se considera capacidade/incapacidade e normalidade/anormalidade, visando hierarquizar as pessoas em função das suas conformações corporais, segundo os padrões estabelecidos pela sociabilidade capitalista.

O caráter educativo das ações e lutas do movimento das pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil, as manifestações do movimento das pessoas com deficiência surgiram no contexto das lutas por democratização ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando são realizados os primeiros encontros nacionais¹⁰, impulsionados pelas lutas das diversas forças sociais e políticas por direitos, cidadania e democracia, e pela declaração do Ano Internacional das Pessoas Deficientes pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1981 (LANA JÚNIOR, 2010).

O período que remonta à Assembleia Nacional Constituinte, em meados da década de 1980, marcou o início do protagonismo e da visibilidade destas pessoas, com manifestações e mobilizações pela inclusão de suas demandas no texto constitucional. Entre as principais reivindicações, nesse momento, estão a igualdade de direitos, a autonomia e o questionamento à tutela e à segregação presentes no anteprojeto da Constituição, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, intitulado “Tutelas Especiais”, específico para as pessoas com deficiência.

Para o movimento, a separação era discriminatória, os direitos deveriam ser iguais e os dispositivos constitucionais voltados para as pessoas com deficiência deveriam integrar os capítulos dirigidos a todos os brasileiros, a questão da deficiência deveria ser transversal no

¹⁰ O Primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes foi realizado em 1980, seguido de vários encontros nacionais nos anos seguintes.

texto constitucional (LANA JUNIOR, 2010).

Esse foi também um período de luta pela afirmação, na sociedade brasileira, de uma nova compreensão sobre a questão da deficiência; de disputa por nomeação de expressões mais sintonizadas com o conteúdo ético e político dos debates e das formulações elaboradas no interior do movimento. Nesse sentido, a reação foi de criticidade à forma pela qual as pessoas com deficiência eram tratadas, apontando a discriminação presente na utilização de expressões, como: “retardado mental”, “paralítico” e “deficiente físico” (LANA JUNIOR, 2010), que reforçavam a abordagem biomédica centrada nos impedimentos corporais.

As mobilizações e as críticas desencadeadas nesse período foram decisivas para a incorporação do tema da deficiência nos diversos dispositivos que compõem os capítulos da Constituição Federal de 1988, incorporando, nos planos legal e normativo, a igualdade de direitos e as questões relacionadas com discriminação, autonomia, acessibilidade, trabalho, transporte, prevenção habilitação e reabilitação, direito à informação, educação básica e profissionalizante e participação na vida pública (LANA JUNIOR, 2010; MAIOR, 2017).

Posteriormente, essas demandas foram contempladas com a implementação de políticas públicas, ainda que nos limites das políticas sociais neoliberais, residuais e compensatórias - e após o golpe parlamentar midiático de 2016, cada vez mais sujeitas ao desfinanciamento, ao desmonte e/ou à reorientação conservadora.

Além dessas conquistas, é importante mencionar, neste momento, a arquitetura institucional criada para dar suporte à implementação

de políticas públicas destinadas à população com deficiência, como a criação da Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1986; a aprovação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em 1989; a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) em 1999; e a transformação da CORDE em Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoas com Deficiência em 2010 (LANA JÚNIOR, 2010).

No cenário internacional, as lutas empreendidas pelo movimento das pessoas com deficiência, desde os anos de 1960/70, contra a discriminação, por dignidade, igualdade de direitos e autonomia resultaram na aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela ONU, em 2006, e na adoção de um novo paradigma sobre a deficiência, que passou a ser concebida como expressão da diversidade humana e como uma questão dos direitos humanos e de justiça social (DINIZ, 2009).

A partir da Convenção, a questão da participação adquire relevância no debate político e na formulação das políticas públicas. Pela perspectiva adotada, assegurar a vida digna não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos, exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais, ou seja, condições de participação (DINIZ, 2009).

Em 2008, o Brasil ratificou esse compromisso, bem como seu

Protocolo Facultativo¹¹, e em 2015 aprovou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)¹², adequando a legislação e as políticas públicas existentes às recomendações e orientações contidas na Convenção - o que significa que o novo conceito de deficiência deve nortear as ações do Estado brasileiro na garantia de justiça a essa população (MAIOR, 2017). De acordo com a LBI, pessoa com deficiência é: aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei nº 13.146/2015. Art. 2º).

A incorporação da concepção de deficiência, tal qual recomendada pela ONU, como “expressão da diversidade humana”, a adequação dos instrumentos jurídico-normativos à Convenção e a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e autonomia das pessoas com deficiência, nas décadas anteriores, em alguma medida se traduziram em maior participação do segmento na esfera pública e na ampliação da abertura da sociedade brasileira para a convivência com a diferença (DINIZ, 2009). Entretanto, esse cenário vem sofrendo as inflexões impostas pela orientação conservadora, autoritária e ultraneoliberal na condução das políticas e programas sociais, especialmente, a partir de 2018, com a ascensão da extrema direita ao poder central.

¹¹ No Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada com base § 3º do artigo 5º da Constituição Federal, incluindo a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, passando a marco constitucional.

¹² Lei nº 13.146/2015.

O recrudescimento dos critérios de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), por ocasião da contrarreforma da previdência, buscando restringir ainda mais o acesso a este, a ampliação do tempo de contribuição para aposentadoria e a exigência de comprovação de impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; a tentativa de extinção do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)¹³; bem como a apresentação do Projeto de Lei nº 6.159/2019, que modifica a Lei de Cotas¹⁴ e a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SE-CADI), são alguns dos ataques do governo de Jair Messias Bolsonaro aos direitos e às políticas destinadas às pessoas com deficiência.

O Decreto nº 10.502/2020, aprovando a Política Nacional de Educação Especial (PNEE)¹⁵, é mais um exemplo da tentativa de desmonte operada pelo atual governo. Ao atribuir à família a responsabilidade pela definição do tipo de escola para os filhos, a PNEE desobriga a escola de ser inclusiva, além de incentivar o retorno às políticas segregacionistas e a atuação de instituições filantrópicas e privadas na

¹³ Em 11 de abril de 2019, Jair Messias Bolsonaro publicou o Decreto nº 9.759/19 extinguindo os conselhos que integram a Política Nacional de Participação Social (PNPPS), porém o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de liminar, limitou o decreto presidencial, deliberando pela não extinção dos conselhos e de outros colegiados cuja existência conste em lei.

¹⁴ Lei nº 8.213/91, que determina que empresas com mais de 100 funcionários mantenha em seus quadros entre 2% e 5% das vagas para contratação das pessoas com deficiência.

¹⁵ O referido Decreto foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro do mesmo ano, após ação movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que alegou a inconstitucionalidade da política e aguarda julgamento do mérito do caso.

Educação Fundamental, com o retorno às práticas assistencialistas e a mercantilização da educação.

O Decreto está na contramão do modelo de educação defendido pelas organizações de defesa das pessoas com deficiência, entidades e profissionais militantes comprometidos com a educação inclusiva, que há décadas criticam as iniciativas integracionistas, que impossibilitam a convivência com a diferença e a possibilidade de construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, além de expressar uma visão assistencialista e preconceituosa em relação às pessoas com deficiência. O texto também busca atender aos interesses privados do setor educacional, na medida em que abre a possibilidade de atuação de entidades filantrópicas no setor.

Este processo de aceleração e de aprofundamento dos pressupostos do neoliberalismo, denominado por alguns autores de ultraneoliberalismo¹⁶, tem levado ao fortalecimento de posições ultraconservadoras e antidemocráticas (MIGUEL, 2021) com a apologia à violência, à defesa do irracionalismo, à disseminação de ressentimentos e ódios contra grupos minoritários; a perseguição aos militantes e às ideias da esquerda, a imigrantes e aos direitos humanos e à defesa do Estado mínimo.

No entanto, o retrocesso não se limita à desregulamentação e/ou tentativa de desregulamentação de direitos e desmonte das políticas e das instituições responsáveis por sua implementação, atinge também os

¹⁶ Por ultraneoliberal se entende aqui a radicalização na adoção dos pressupostos do neoliberalismo com relação à intervenção Estatal na regulação social, que deve se restringir ao máximo.

avanços e as conquistas culturais e éticas das últimas décadas em relação às minorias, como a maior abertura para a convivência com a diferença e a diversidade, e o entendimento de que a deficiência não é uma questão da vida privada ou de cuidados familiares, mas uma questão de justiça. Portanto, compete ao Estado a criação de políticas públicas para a eliminação das barreiras estruturais que impõem limitações à vida e à dignidade das pessoas com deficiência.

Em um contexto marcado pelo crescimento do desemprego estrutural e pelo aprofundamento das desigualdades e da pobreza, agravados pela pandemia da COVID-19, a luta do movimento não tem sido pela ampliação de políticas públicas que viabilizem os direitos previstos, mas contra as políticas que buscam desregulamentar ou restringir os direitos existentes e os discursos que incentivam atitudes capacitistas, que se recusam a reconhecer as pessoas com deficiência em suas capacidades, potencialidades criativas e produtivas, considerando-as inaptas para a vida, para o trabalho e a convivência social. Daí a defesa da atuação de instituições filantrópicas e assistencialistas, cujos programas e ações reforçam a condição de subalternidade, dependência e invisibilidade a que, historicamente, têm sido submetidas as pessoas com deficiência. O que está em questão é a condição de sujeito de direitos, a perda da identidade e da subjetividade afirmadas e construídas em décadas de luta.

A política conservadora e antidemocrática do governo Jair Bolsonaro, refratária a qualquer forma de regulação e proteção social, e indiferente às necessidades das populações pauperizadas, se expressa

nas manifestações constantes de preconceito e de desprezo aos grupos mais vulneráveis das classes subalternas, usuários dos programas sociais e minorias, muito atingidas pela política de morte.

O estudo abordou o caráter educativo das ações e lutas empreendidas pelo movimento das pessoas com deficiência, partindo das críticas apresentadas pelo movimento ao paradigma biomédico no contexto na Inglaterra e Estados Unidos, para então discutir a questão no contexto brasileiro.

Ao denunciar a discriminação e a segregação impostas às pessoas com deficiência em decorrência de uma abordagem centrada na lesão corporal e não nas estruturas produtoras de opressão e de desigualdades, o movimento não apenas ajudou a construir uma nova percepção sobre a questão, mas também a produzir mudanças nas estruturas que provocam e/ou reforçam a deficiência, ao reivindicar a igualdade de direitos e a implementação de políticas públicas para inseri-las na esfera pública com igualdade de condições.

Na dinâmica e trajetória do movimento são inegáveis suas contribuições para a formação da subjetividade e identidade das pessoas com deficiência; a compreensão da deficiência como uma condição humana e não como uma doença; a formação de sujeitos coletivos orientados para a luta emancipatória e para a construção de uma sociedade livre da opressão, aberta à convivência democrática com as diferenças e a diversidade humana. Ainda, que essas conquistas não tenham se traduzido em mudanças substantivas nas condições de vida das pessoas com deficiência (as estatísticas sobre desemprego, pobreza e desigualdade

entre o segmento não deixam dúvidas quanto isso), não se pode ignorar sua importante atuação para mudanças no pensamento social, na esfera discursiva e dos valores, e para a intervenção estatal na área, ainda que com políticas públicas residuais e compensatórias.

Com o golpe parlamentar midiático de 2016, e a ascensão da extrema direita, essa maior abertura para a convivência com a diferença e a construção de uma sociedade mais plural e democrática, foi fortemente atacada pelo fundamentalismo reacionário e pelo aprofundamento das políticas de ajuste estrutural, que levaram não apenas à desregulamentação e à flexibilização dos direitos sociais e à exacerbação das desigualdades e da pobreza, mas também ao crescimento das ideias capacitistas que, incentivadas pelo discurso de ódio e de desprezo às minorias, subestimam e inferiorizam as pessoas com deficiência – que são consideradas inaptas para o labor, pessoas de menor valor e, por isso, devem estar sujeitas às políticas segregacionistas, que reforçam a subalternidade e sua exclusão da convivência social.

Sob o governo de Jair Messias Bolsonaro (PL)¹⁷ se intensificam o discurso de ódio, a violência e a discriminação contra mulheres, indígenas, quilombolas e população LGBTQIA+, reforçando o racismo, o sexismo, a misoginia e a LGBTQIfobia enraizados na sociedade brasileira. Também foram ampliados os ataques à democracia, aos direitos

¹⁷ Eleito Presidente da República em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), em novembro de 2021, visando concorrer à reeleição, Jair Messias Bolsonaro se filia ao Partido Liberal (PL), um partido político de direita fundado e registrado oficialmente em 2006. Atualmente o PL detém a maior bancada na Câmara dos Deputados.

sociais e à desqualificação da política e dos espaços de participação, em contraposição com a apologia irrestrita aos interesses do mercado, o incentivo ao individualismo, à competitividade, à defesa do direito de propriedade e o aprofundamento das políticas e da desregulamentação necessárias aos avanços destrutivos do capital e aos interesses do capital rentista (DEMIER, 2017; SOLANO, 2018).

Vive-se em um contexto em que a barbárie já não se apresenta apenas como um horizonte possível, mas como uma realidade tangível, com a morte de mais de 660 mil brasileiros e outros 19 milhões submetidos à fome e à indigência, em decorrência da pandemia da COVID-19. A política de morte adotada por esse governo aprofundou e tornou mais transparentes os efeitos da crise capitalista. É nesse contexto, que se manifestam e se organizam as resistências contra hegemônicas, antipatriarcais, antirracistas, anticapitalistas e anticapacitistas, cujos desafios consistem em articular suas lutas em uma agenda suficientemente ampla para enfrentar as forças destrutivas do capitalismo e do fundamentalismo.

Nesses tempos de barbárie, de negacionismo, de manifestações fascistas, de perseguição às oposições políticas, à ciência, à cultura e ao conhecimento, e de discriminação e preconceito exacerbados contra as minorias, os movimentos sociais, enquanto sujeitos coletivos que se opõem à lógica da exploração e da opressão, se constituem as forças sócio-políticas imprescindíveis para o enfrentamento à desconstrução dos valores libertários e dos retrocessos civilizatórios em direção a uma nova ordem societária, baseada na solidariedade e na emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Pedagogias Em Movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BEHRING, Elaine R.; CISLAGHI, Juliana F.; SOUZA, Giselle. **Ultranoliberalismo e bolsonarismo: impacto sobre o orçamento público e a política social**. In: BRAVO, Maria I.; MATOS, Maurílio C. de; FREIRE, Silene de M. (Orgs.). Políticas Sociais e Ultranoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BULGARELLI, Lucas. **Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010**. In: GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. (Org.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educação**. In: Estudos Avançados, 15 (43), 2001. <Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbG-Zp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 13.11.2021.

CARVALHO-SILVA, Hamilton. H. de; TOMIZAKI, Kimi. **Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres do MTST**. In: Linhas Críticas. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27, 2021. <Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36690/29699>>. Acesso em 07.11.2021

COSTA, M. C. de A.; NEPOMUCENO, M. F.; REZENDE, M. G. & GOMES, R. P. **Estudos Sobre Deficiência e Discriminação no Brasil: Direitos Humanos em Foco**. Pesquisas e Práticas Psicos-

sociais 6(1), São João del-Rei, janeiro/julho 2011. https://www.researchgate.net/publication/317341780_Estudos_Sobre_Deficiencia_e_Discriminacao_no_Brasil_Direitos_Humanos_em_Foco/link/5934545845851553b6e48703/download. Acessado em 28.10.2021.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DINIZ, Debora. **Deficiência e Políticas Sociais** – entrevista com Colin Barnes. Revista SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013.

_____. **Modelo social da deficiência**. A crítica feminista. Série Anis 28, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15250/1/ARTIGO_ModeloSocial-Deficiencia.pdf. Acesso em 10.11.2021.

_____.; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wenderson Rufino dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>. Acesso em 31.10.2021.

GOHN, M. da G. **Educação não formal nas instituições**. Sociais. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. (Org.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015)**. 1ª ed. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MAIOR, Izabel de Loureiro. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência**. Disponível e: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/30808>. Acesso em: 30.10.2021

MELLO, A. G; NUERNBERG, A. H. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Texto para discussão. IPEA: Rio de Janeiro, 2021.

CAPÍTULO 5

DESEMPENHO EM LEITURA E ESCRITA: COMPARAÇÃO ENTRE MENINAS E MENINOS

Victor Hugo de Souza

Julia Zanetti Rocca

Ricardo Fernandes Campos Junior

Deisy das Graças de Souza

Pesquisas nacionais e internacionais têm apontado uma tendência de melhores resultados entre meninas em avaliações de leitura e escrita, com algumas exceções. Considerando o cenário mundial, o exame *Progress in International Reading Literacy Study* (PIRLS), 2016, realizado pela *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA), foi conduzido por amostragem em larga escala de estudantes de quarto ano escolar em 50 países diferentes. De acordo com os resultados publicados, e disponíveis em sua página oficial na internet¹⁸,

[...] as meninas alcançaram melhores resultados que os meninos em 48 dos 50 países participantes do PIRLS 2016, e os meninos não obtiveram melhores resultados em nenhum deles. A lacuna entre os gêneros na aprendizagem de leitura vem favorecendo as

¹⁸ Disponível em: <http://timssandpirls.bc.edu/pirls2016/international-results/pirls-summary/>. Acesso em 21 out. 2022.

meninas desde 2001 (quando foi realizado o PIRLS pela primeira vez) e parece não estar diminuindo¹⁹ (MULLIS et al., 2017).

O exame internacional Programme for International Student Assessment (PISA), conduzido pelos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em mais de 25 países, vem revelando resultados similares em que as meninas obtêm melhor pontuação em habilidades de leitura e escrita em todos eles. Stoet e Geary (2013) analisaram os resultados deste exame referentes aos anos de 2000, 2003, 2006 e 2009 e reiteraram tais achados. Lynn e Mikk (2009) analisaram os resultados dos exames PIRLS (2001 e 2006) e PISA (2000, 2003 e 2006) e concluíram que os resultados favorecem às meninas, tanto entre estudantes de dez anos quanto de quinze anos.

Países do ocidente que realizaram periodicamente levantamentos sobre o tema na última década têm encontrado cenário semelhante. Nos Estados Unidos, o *National Assessment of Educational Progress* (NAEP), exame que avalia leitura entre estudantes do quarto, oitavo e décimo segundo ano escolar em todo país, aponta para a mesma direção. De acordo com o levantamento de 2017, feito entre estudantes do quarto ano escolar, a diferença entre os gêneros no desempenho em leitura favoreceu as meninas. Em uma amostra significativa, Reilly, Neumann e Andrews (2018) pesquisaram os resultados do NAEP e relataram me

¹⁹ Tradução livre do texto em inglês: “Girls had higher average achievement than boys in 48 of the 50 PIRLS 2016 countries, and boys did not have higher achievement in any countries. The gender gap in reading achievement has favored girls since 2001 and does not appear to be closing”.

lhor desempenho entre garotas em leitura e escrita em todos os anos. No Canadá, o Pan-Canadian Assessment Program 2016 (PCAP) que avaliou, entre outras habilidades, a leitura de estudantes do oitavo ano escolar, também relatou o mesmo resultado nas quatro áreas de leitura avaliadas.

No entanto, há autores que encontraram resultados diferentes. Hyde e Linn (1988) realizaram uma meta-análise de 165 estudos que investigaram o desempenho em leitura e escrita de crianças e adolescentes e compararam o desempenho por gênero. As autoras concluíram que as diferenças foram irrisórias e consideraram que não é possível dizer que ela exista. Neste mesmo sentido, Hyde (2005) sustenta a hipótese de que não há diferenças relevantes entre os gêneros no que diz respeito a habilidades gerais envolvendo a linguagem.

No caso dos estudos brasileiros levantados, há dados que colaboram para essa discussão, sem que, no entanto, sejam estudos com foco em avaliar a diferença no desempenho por gênero/sexo dos participantes. O desempenho de meninas e meninos é apresentado, mais recorrentemente, como forma de caracterizar a amostra, em geral pequena, e não com objetivo central de comparação entre gêneros.

Destaca-se o estudo de Alves e Ferrão (2019) que analisaram os dados da Prova Brasil, importante instrumento de medida da educação do país e que avalia habilidades de leitura e matemática em estudantes do Ensino Fundamental. As autoras buscaram verificar se houve melhora no desempenho nos últimos anos e quais estudantes alcançaram essa melhora, considerando variáveis como raça, gênero e nível socioeconômico. Segundo este estudo, em todos os anos entre 2007 e 2017, a

porcentagem de meninas que alcançou nível satisfatório em leitura foi superior à de meninos. Houve melhora para ambos os gêneros ao longo dos anos, mas o desempenho não se igualou e manteve-se a diferença a favor delas.

Melhor desempenho entre garotas também foi encontrado no estudo de Silva, Witter e Carvalho (2011), que buscou avaliar as possíveis diferenças entre os gêneros, no que diz respeito à compreensão em leitura e produção escrita. Participaram deste estudo 60 estudantes do terceiro e quarto ano de escolas públicas da cidade de São Paulo: 30 meninas e 30 meninos, que passaram por avaliação pela Técnica Cloze e pela EAVE. Utilizando esses mesmos instrumentos, a pesquisa de Robbi (2013) também encontrou resultados favorecendo meninas. Dela participaram 202 crianças (109 meninas e 93 meninos), com idades entre 8 e 10 anos.

Resultados semelhantes foram encontrados por Marturano e Pizzato (2015) ao aplicarem o Teste de Desempenho Escolar (TDE) (STEIN, 1994) em estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental. Também Capellini, Tonelotto e Ciasca (2004) observaram resultado superior para os testes de leitura e de escrita no TDE, aplicado a 184 crianças de oito a onze anos.

Esse mesmo instrumento, o TDE, aplicado a estudantes de 5 a 11 anos, resultou em diferenças estatisticamente significativas na habilidade de escrita de estudantes de quinta e sexta séries, novamente com resultado favorável às meninas (FLORES-MENDOZA *et al.*, 2007). Nos subtestes de leitura e de escrita aplicado a outras séries, elas também

obtiveram melhores resultados, porém a análise estatística não verificou diferença significativa para a variável gênero.

Outros estudos, entretanto, têm encontrado desempenhos semelhantes entre meninos e meninas, como o de Santos e Fernandes (2016), que não encontrou diferenças estatisticamente significativas entre os resultados da aplicação dos testes Cloze, TDE e EAVE. No entanto, as autoras destacam que o resultado superior das meninas no teste Cloze vem sendo discutido na literatura como fato relevante. A diferença estatisticamente significativa entre gêneros nos subtestes de leitura e escrita do TDE não foi encontrada no estudo de Ribeiro e de Freitas (2018). Também em Vieira *et al.* (2006), a quantidade de erros cometidos por meninos e meninas da quarta série em tarefas de leitura e escrita não diferiu.

Ressalta-se que em nenhum dos estudos encontrados foram reportados resultados médios superiores de meninos em testes de leitura ou escrita aplicados em crianças e adolescentes.

Como pode ser observado, não há consenso estabelecido na literatura da área sobre a relação entre gênero e desempenho em leitura e escrita. Parte dos estudos afirma haver tal relação, com melhor desempenho de meninas em leitura e escrita, enquanto outros estudos não a encontraram. Contudo, é preciso levantar a discussão em torno das medidas de significância estatística, que requerem grande número de participantes, nem sempre alcançado nos estudos. Além disso, a ausência de significância estatística não é evidência definitiva de ausência de diferença entre os grupos conforme argumentam Amrhein, Greenland e

McShane (2019).

Estudos internacionais têm buscado explicações possíveis para esse fenômeno, denominado “*gender gap*”²⁰, em diversos fatores como os encontrados em contextos educacionais (GESKE; OZOLA, 2009; HEK; BUCHMANN; KRAAYKAMP, 2019; ZUZE; REDDY, 2013), características dos tipos de questões utilizadas nos exames (LAFONTAINE; MONSEUR, 2009; SOLHEIM; LUNDETRÆ, 2018), diferenças na motivação para leitura entre meninos e meninas (MARINAK; GAMBRELL, 2010; WOLTER; BRAUN; HANNOVER, 2015) e em diferenças biológicas relacionadas à maturação e estrutura do sistema nervoso (BURMAN; BITAN; BOOTH, 2007). Contudo, a complexidade envolvida no desenvolvimento da leitura torna difíceis as interpretações sobre fatores responsáveis por eventuais diferenças de gênero.

Dada a escassez de dados a respeito da população brasileira, esta pesquisa teve como objetivo verificar e comparar o resultado alcançado pelos meninos e pelas meninas nas tarefas de leitura de palavras isoladas e escrita em ditado. Uma vez que a amostra é constituída por estudantes encaminhados a serviços de apoio escolar, em diversas cidades de todas as regiões do Brasil, o intuito é conhecer a relação de tal variável com a aprendizagem de leitura e escrita, para a população que tem apresentado maior dificuldade na aprendizagem destes conteúdos ainda na infância.

A Avaliação Comportamental de Leitura e Escrita (ACoLE) é um

²⁰ Lacuna entre gêneros ou distância entre gêneros, tradução dos autores.

instrumento que tem por objetivo avaliar minuciosamente a leitura e a escrita de leitores em fase inicial de aquisição, incluindo alguns de seus requisitos. Ela está fundamentada no paradigma de equivalência de estímulos (SIDMAN, 1994, 2000; SIDMAN; TAILBY, 1982), que concebe leitura e escrita como uma rede complexa que resulta da aprendizagem de relações entre estímulos e de relações entre estímulos e respostas (DE ROSE; DE SOUZA; HANNA, 1996; STROMER; MACKAY; STODDARD, 1992). Os estímulos críticos, nesse caso, são palavras ou outras unidades (mais ou menos extensas) da fala, seus correspondentes escritos e seus referentes, incluindo figuras. As respostas de interesse são faladas, escritas e/ou gestuais (no caso da língua de sinais).

A ACoLE permite analisar e descrever o repertório do leitor iniciante de forma detalhada, mensurando 13 habilidades constituintes do repertório de leitura e escrita, fundamentadas no referencial teórico deste trabalho. Os dados obtidos com este instrumento indicam (a) habilidades aprendidas; (b) as que estão em processo de aprendizagem; e (c) as que ainda não foram dominadas pelo estudante. A partir dos resultados, pode-se traçar um perfil, identificando pontos fortes e/ou fracos para cada aluno. Esse perfil, ou diagnóstico, pode ser usado em pesquisa (por exemplo, como medidas de pré e pós-teste) e, também, para propósitos de planejamento de ensino, favorecendo a construção de um programa com atividades para promover as demandas de aprendizagem específicas para cada aprendente.

A ACoLE é um instrumento informatizado, para aplicação individualizada, e vem sendo utilizado como parte do programa de ensi-

no *Aprendendo a Ler e a escrever em Pequenos Passos* (ALEPP) (DE ROSE *et al.*, 1996; DE SOUZA; DE ROSE, 2005; DE SOUZA *et al.*, 2009), com a finalidade de identificar alunos com desempenhos insuficientes; aqueles que possam se beneficiar do programa de ensino; e para monitorar os progressos dos seus usuários ao longo e ao final de sua aplicação; bem como em avaliações de seguimento, para verificar a manutenção da aprendizagem. Contudo, a ACoLE também pode ser utilizada independentemente do ALEPP.

Devido à grande quantidade de crianças com histórico de fracasso na aprendizagem de leitura e escrita, e dos impactos desses problemas no processo de escolarização como um todo, torna-se relevante compreender as variáveis relacionadas a esse fracasso (RIBEIRO; DE FREITAS, 2018). No cenário brasileiro, tem sido investigado o papel de diferentes dimensões, desde as sociais mais amplas, do sistema de ensino, da própria escola (como sua localidade e estrutura), até características do ensino e aquelas relacionadas ao próprio aluno (nível socioeconômico, estilo parental, problemas de saúde, necessidades especiais de ensino, entre outras). Este estudo examinou seus resultados na ACoLE com relação ao gênero dos estudantes.

Foram analisados os resultados da ACoLE disponíveis na plataforma de *software* Gerenciador de Ensino Individualizado por Computador (GEIC)²¹. Esse instrumento consiste em uma avaliação informatizada que emprega palavras comuns da língua portuguesa em uma série

²¹ Disponível em: www.geic.ufscar.br/site/

de tarefas, incluindo leitura e ditado. A avaliação é dividida em até três sessões, de aproximadamente 20 minutos, de acordo com o desempenho do aluno (FONSECA, 1997).

Foram utilizados neste estudo os dados de 2388 estudantes, com idade entre 6 e 12 anos, que haviam realizado a avaliação entre 2009 e 2017. A maior parte (64,9%) situou-se na faixa entre 7 e 9 anos. Foram avaliados 1486 meninos e 902 meninas (Tabela 1). Os participantes eram estudantes encaminhados por professoras(es) para serviços de apoio escolar em razão do baixo desempenho em leitura e escrita durante a fase de alfabetização em séries posteriores.

Tabela 1 - Características dos participantes quanto a idade e gênero

Gênero Idade	Meninas		Meninos		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
6	35	1,5	38	1,6	73	3,1
7	194	8,1	275	11,5	469	19,6
8	211	8,8	344	14,4	555	23,2
9	198	8,3	327	13,7	525	22,0
10	144	6,0	216	9,0	360	15,1
11	90	3,8	150	6,3	240	10,1
12	30	1,3	136	5,7	166	7,0
TOTAL	902	37,8	1486	62,3	2388	100

Fonte: Banco de dados da ACoLE, 2018.

Os dados foram analisados como médias de acertos para cada tarefa da ACoLE. A partir disso, foram construídos tabelas e gráficos para descrever o desempenho comparando resultados de meninos e meninas.

As avaliações foram realizadas em 16 cidades de 7 estados nas regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil. O contexto

de avaliação variou, incluindo escolas municipais, escolas estaduais, programas de apoio escolar ou ensino complementar, escolas especiais e entidades filantrópicas (ver detalhes em de Souza, 2020).

Para avaliar a relação entre a variável de interesse, gênero, e os resultados nas diferentes tarefas, e foram utilizados modelos generalizados aditivos (GAM – *Generalized additive models*) por meio do pacote *mgcv* (WOOD, 2011). Esse modelo foi utilizado porque os dados obtidos nos resultados das avaliações não se distribuem na curva normal, mas na quasibinomial, e o GAM capta melhor essas variações, na medida em que constrói um modelo linear usando funções com curvas suaves [*smooth functions*]. Todos os testes estatísticos foram realizados utilizando a linguagem de programação R (R CORE TEAM, 2016). Os gráficos foram construídos utilizando o pacote *ggplot2* (WICKHAM, 2009) e *cowplot* (WILKE, 2019).

Ao comparar a distribuição percentual de acordo com o gênero, verifica-se que mais de 60% dos indicados para avaliação, devido à falta de aprendizagem de leitura e escrita, eram meninos, conforme mostra a Tabela 1. Como mostra a Tabela 2 e a Figura 1, os meninos também alcançaram escores relativamente inferiores aos das meninas nas diferentes tarefas da ACoLE. Considerando leitura e ditado de palavras, as médias para os dois grupos foram, respectivamente, de 57,5% e 62,1% para leitura de palavras; 54,7% e 60,3% para ditado por composição, no qual o estudante deve selecionar letras na tela do computador para formar a palavra; e 59,9% e 61,8% para ditado manuscrito.

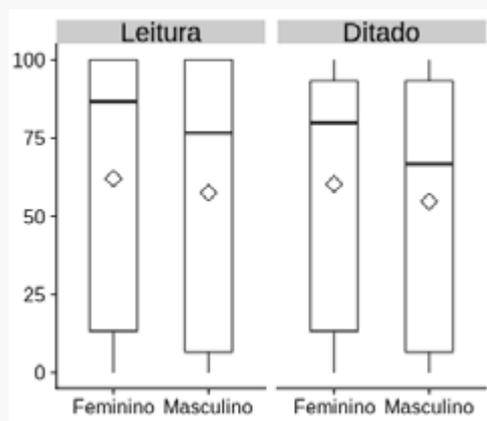
Tabela 2 - Média, mediana e desvio padrão das habilidades de leitura (de palavras, vogais, consoantes e sílabas) de ditado (AE) e em tarefas de seleção, de acordo com o gênero.

Habilidades	Média (%)		Mediana (%)		DP	
	F	M	F	M	F	M
Leitura de palavras	62,1	57,5	86,7	76,7	42,3	42,4
Ditado por composição	60,3	54,7	80	66,7	40	40
Ditado manuscrito	61,8	59,9	80	73,3	40	39,3

Fonte: Banco de dados da ACoLE, 2018.

No gráfico de distribuição dos dados (Figura 1), cada barra horizontal separa os resultados em quartis, portanto, o primeiro e o quarto quartil são representados pelas linhas verticais, enquanto o segundo e o terceiros são os retângulos (ou caixas). As barras horizontais dentro dos retângulos indicam a mediana da amostra, enquanto os losangos, a média aritmética. Pontos distribuídos verticalmente representam casos específicos de alunos que obtiveram resultados distantes da tendência central da amostra.

Figura 1 - Percentual de acertos, em quartis, nas tarefas da ACoLE



Fonte: Banco de dados da ACoLE, 2018.

Legenda: Leitura de palavras, ditado por composição e seleção da figura a partir da palavra, de acordo com o gênero dos alunos. A linha horizontal representa a mediana e losango representa a média.

Por meio de GAM foi avaliada a relação entre gênero e os resultados das diferentes habilidades mensuradas no teste. Para isso, o modelo gera uma função linear entre o fator explicado (desempenho) e o explicativo (gênero). A partir desta, ele retorna os resultados referentes ao intercepto, que é ponto do eixo Y, quando a função de X apresenta valor 0, e ao efeito, que estima a inclinação da curva. Também retorna o R quadrado, que estima a força explicativa da variável, ou seja, a proporção dos resultados que podem ser previstos usando essa função. Como a variável explicativa gênero é categorial, foi atribuído arbitrariamente 0 para o gênero feminino e 1 para o masculino, de modo que efeitos negativos indicam resultados melhores para mulheres (Tabela 3).

O GAM demonstrou haver relação significativa entre gênero e quase todas as habilidades avaliadas, com exceção de leitura de sílabas;

seleção da palavra escrita, a partir da palavra ditada; e ditado manuscrito, quando considerado o limite de 5% para p . Contudo, em todos os casos, o R-quadrado da análise foi menor que 1% (Tabela 4). Esse resultado indica que a variável gênero é importante na determinação do resultado, mas a maior parte da variância observada deve vir de outras fontes.

Tabela 3 - Relação entre a variável gênero e o desempenho de habilidades medidas pela ACoLE. Foi atribuído arbitrariamente valor 1 para o gênero masculino.

Variáveis		Modelo linear generalizado (GAM)			
Independente	Dependente	Intercepto	Efeito	R ²	p
Gênero	Leitura palavra	0,49 (+-0,05)	-0,19 (+-0,07)	<1%	<0,001*
	Ditado (AE)	0,42 (+-0,05)	-0,22 (+-0,06)	<1%	<0,001*
	Ditado (AF)	0,48 (+-0,06)	-0,08 (+-0,07)	<1%	0,249

Fonte: Banco de dados da ACoLE, 2018.

Legenda: Os asteriscos indicam habilidades cujo desempenho esteve relacionado de forma relevante com o gênero (onde, $p < 0,05$).

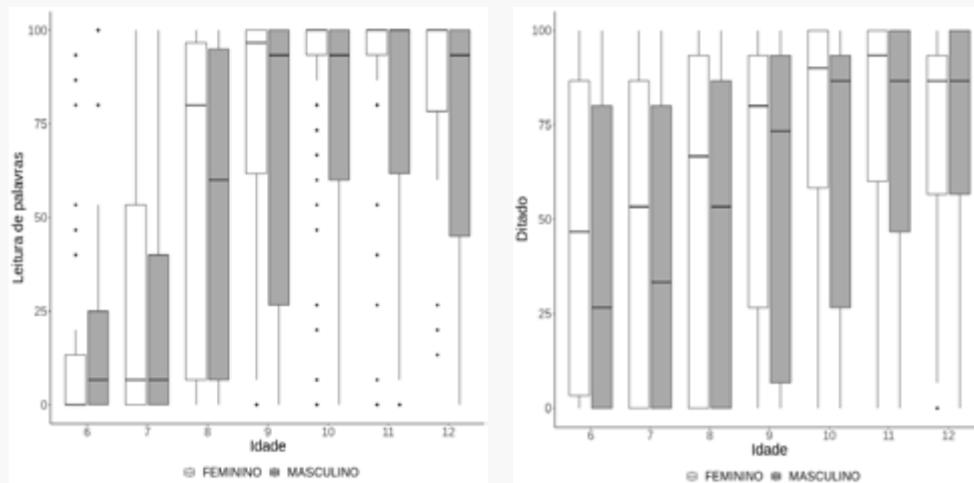
As meninas de 12 anos acertaram, em média, 84,4% das palavras. No caso dos meninos, o resultado mais alto foi para o grupo de onze anos, com 77,1%. A distribuição dos resultados pode ser observada no painel inferior da Figura 2.

Para avaliar se a diferença entre o desempenho de meninos e meninas de diferentes idades é significativa, foi realizada GLM utilizando o gênero como variável independente e o desempenho como variável

dependente. Novamente, foi atribuído arbitrariamente 0 para meninas e 1 para meninos, sendo assim, efeitos negativos indicam maior desempenho para as meninas. Verificou-se diferenças significativas no desempenho de leitura de palavras para estudantes de 9 e 10 anos. Em ambos os casos, o efeito indica desempenho melhor entre elas (-0,335 e -0,959) com R-quadrado de valor baixo, de 0,007 e 0,045 respectivamente. A partir disso é possível depreender que a variável gênero afeta o desempenho dos alunos, entretanto, seu fator explicativo é menor que 1%.

No caso do ditado, três grupos etários apresentaram diferenças significativas entre meninos e meninas, as idades de sete, nove e dez anos. Os efeitos foram -0,321, -0,322 e -0,398, demonstrando melhores resultados para elas, e uma tendência de efeito crescente para crianças mais velhas. Entretanto, dado o fato de que nem todos os grupos obtiveram diferenças significativas, não há dados para afirmar essa tendência. O R-quadrado foi menor que 1% em todos os casos, indicando que a influência do gênero é significativa, mas não permite previsão do desempenho de alunos individualmente.

Figura 2 - Percentual de acertos, em quartis, nas tarefas de leitura de palavras, ditado e seleção de palavra impressa a partir da figura de acordo com o gênero e a idade dos participantes.



Fonte: Banco de dados da ACoLE, 2018.

Além disso, a significância observada nas diferenças entre grupos é afetada pelo número de participantes de diferentes idades, de modo que a ausência desta para as crianças menores (seis e sete anos) e maiores (onze e doze anos) pode ser uma função do N reduzido, e não da ausência de diferença entre os grupos. Nesse sentido, se o valor de p menor que 10% for adotado, haveria diferenças significativas na leitura de alunos com sete e onze anos. Também a diferença no desempenho do ditado para o grupo de alunos de oito anos.

Os participantes deste estudo foram crianças encaminhadas a serviços de apoio escolar porque não estavam aprendendo a ler e a escrever no ritmo esperado pela escola. Portanto, é preciso observar que os resultados aqui reportados não podem ser generalizados a crianças e adolescentes em geral, mas apenas a essa população específica, que

vem enfrentando problemas na aprendizagem de leitura e escrita.

A maior parte da amostra deste estudo constituiu-se de estudantes do gênero masculino (n=1486). Outras pesquisas têm apontado na mesma direção e revelado maior dificuldade dos meninos na aprendizagem de leitura e escrita e na escolarização em geral (BRITO, 2006; DE CARVALHO; SENKEVICS; LOGES, 2014; SANTOS; GRAMINHA, 2006; RODRIGUES; MAZZOTI, 2013). Em se tratando da escolarização de modo mais amplo, destaca-se o estudo de Rodrigues e Mazzotti (2013) que, ao investigarem cadernos de registros de escolas municipais do Rio de Janeiro, acerca das reprovações e evasão escolar documentadas, encontraram associação positiva entre o gênero masculino e as taxas de reprovação. E também Santos e Graminha (2006), que realizaram um estudo no qual requisitaram a professores que separassem estudantes em grupos de alto desempenho e baixo desempenho acadêmico, com o objetivo de identificar problemas emocionais e comportamentais associados à performance escolar no Ensino Fundamental.

Os autores constataram a maior quantidade de meninos no grupo com menor desempenho e a maior quantidade de meninas com mais alto. No primeiro grupo também foi constatada maior prevalência de problemas de comportamento, que podem acarretar dificuldades de aprendizagem. Além da maior quantidade de meninos nesse grupo, no presente estudo, os resultados médios obtidos nas avaliações deles também foram relativamente inferiores aos delas.

Pesquisas como o de Robbi (2013), Silva, Witter e Carvalho (2011), Flores-Mendoza *et al.* (2007), Marturano e Pizato (2015), Ca-

pellini, Tonelotto e Ciasca (2004) também encontraram a diferença de acordo com o gênero. Em todos eles, houve uma média de resultados significativamente superior no grupo feminino.

Na tentativa de compreender e explicar este fenômeno, foram adotadas diversas perspectivas de investigação conforme apresentado por Reilly, Neumann e Andrews (2018). Algumas mantêm o enfoque em processos biológicos, como a maturação e as diferenças nas estruturas cerebrais entre homens e mulheres, enquanto outras investigam fatores ambientais e socioculturais do desenvolvimento humano.

Dwyer (1973) discute as explicações para que meninas aprendam a ler mais cedo e melhor que meninos devido a fatores maturacionais e diferenças metabólicas, relacionados ao sistema nervoso. Tais teorias, de acordo com Reilly, Neumann e Andrews (2018), levantam a hipótese de que, sendo o fator maturacional preponderante para explicação do *gender gap* em leitura e escrita, seria apenas uma questão de tempo para que meninos alcançassem as meninas no desempenho médio nessas tarefas. No entanto, em contraponto a essa explicação, alguns estudos como os de Kutner *et al.* (2007), Lynn e Mikk (2009) têm mostrado que a diferença permanece entre a população em idades mais avançadas e inclusive durante a vida adulta.

No presente estudo, constatou-se que a vantagem feminina na tarefa de leitura de palavras isoladas foi mais significativa para os grupos de 9 e 10 anos do que para os grupos de 6, 7 e 8 anos; em ditado, ela foi constatada nos grupos de 7, 9 e 10 anos; e na tarefa de combinação Palavra-Figura, o grupo com maior diferença entre gêneros foi o de 9

anos, e não os grupos com crianças menores. É possível que a diferença estatisticamente significativa não tenha aparecido para alguns grupos (como os grupo de crianças com 6, 11 e 12 anos) devido ao número de participantes serem menores. No entanto, é possível afirmar que a diferença não tendeu a diminuir se considerados os participantes entre 7 e 10 anos, o que é um indício de que a maturação pode não ser a principal razão desta diferença.

Seguindo a vertente de investigações que consideram preponderante o desvelar das variáveis socioculturais, está a pesquisa de Carvalho (2015). A autora apresenta e discute hipótese de que as diferenças na socialização entre os gêneros têm produzido efeitos significativos no desempenho escolar das crianças. As entrevistas e observações que efetuou em oito famílias, com crianças de ambos os gêneros, na cidade de São Paulo, foram base para conclusão de que a socialização das meninas nas famílias estudadas as ensinou repertórios que facilitaram a inserção e aprendizagem no ambiente escolar. Por outro lado, a socialização masculina não favoreceu a aprendizagem de comportamentos que a escola exige como, por exemplo, disciplina, organização e submissão, que são ensinadas com mais ênfase às meninas ainda em casa, antes de adentrarem ao ambiente escolar. Importante ressaltar que tais explicações não são universalmente válidas, mas decorrentes da situação observada naquela pesquisa como bem destaca a própria autora. Estes comportamentos tidos como “femininos” podem facilitar a aprendizagem de leitura e escrita nas situações vividas em sala de aula, uma vez que os métodos utilizados pela escola nesse processo requerem

exatamente tais comportamentos aprendidos em casa, para os quais as meninas estão mais inclinadas a emitir em todas as situações.

Estudos internacionais têm discutido o *gender gap* e buscado compreender as variáveis que estão relacionadas à melhor performance das meninas nos testes que avaliam a aprendizagem de leitura e escrita em todo o mundo (VAN HEK; BUCHMANN; KRAAYKAMP, 2019; MARINAK; GRAMBELL, 2010; SOLHEIM; LUNDETRÆ, 2018, WHITE, 2007; WOLTER; BRAUN; HANNOVER, 2015; ZUZE; REDDY, 2014).

O trabalho de Wolter, Braun e Hannover (2015), denominado *Leitura é coisa de meninas!?*²², investigou o impacto das concepções acerca de gênero de professoras sobre a aprendizagem de leitura crianças. Os autores utilizaram uma escala que contém afirmações acerca dos papéis “masculinos” e “femininos” para avaliar o quão “tradicional” ou “igualitária” era a postura da professora, quanto à questão dos papéis de gênero, e compararam os resultados correlacionando com o desempenho em leitura de alunos e alunas. Segundo as autoras, quanto mais próxima do perfil tradicional era a concepção carregada pela professora, maior o impacto negativo sobre a motivação para ler e para aprender a ler dos meninos. Quanto às meninas, estas não foram impactadas pela concepção trazida para a sala de aula. Neste trabalho é discutida amplamente a existência de estereótipos de gênero e suas influências sobre comportamentos de leitura, que podem auxiliar na compreensão deste fenômeno.

²² Do original em inglês “Reading is for girls!?”

O instrumento utilizado neste estudo, a ACoLE, tem sido utilizado em escolas, clínicas e universidades e em diversas cidades brasileiras, tanto para fins de pesquisa quanto de ensino. Os dados analisados são resultados desse uso, mas ainda é necessário ampliar a produção acadêmica no que diz respeito ao reporte dos dados em aplicações deste instrumento.

O resultado das análises realizadas auxilia na caracterização da população que vem mostrando progresso lento na aprendizagem de leitura e escrita na infância. A importância da pesquisa reside na compreensão mais ampliada do fenômeno que servirá para dar suporte no desenvolvimento de métodos e técnicas voltadas para a resolução dos problemas apresentados, considerando as especificidades do público relatadas. Também é importante levantar discussão acerca da realidade brasileira no que diz respeito à alfabetização na infância e suas especificidades, as dificuldades encontradas e as propostas para superação do quadro.

A pesquisa apresenta as limitações típicas de um estudo transversal. Os dados apresentados não podem ser utilizados para inferir causas acerca da maior prevalência de meninos entre estudantes com dificuldades escolares de estudantes encaminhados a serviços de apoio escolar. Estudos longitudinais são requeridos para este caso e podem auxiliar na compreensão posterior mais profunda acerca do efeito das variáveis estudadas neste trabalho e de outras que originam e interferem no fenômeno.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FERRÃO, M. E. **Uma década da prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n.75, p.688-720, 2019.

AMRHEIN, V.; GREENLAND, S.; MCSHANE, B. **Scientists rise up against statistical significance.** Nature, v. 567, p. 305-307, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC anuncia Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/56321>
Acesso em: 30 de Abril de 2022.

BRITO, R. S. **Intrincada trama de masculinidades e feminilidades: fracasso escolar de meninos.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 129-149, 2006.

BURMAN, D. D.; BITAN, T.; BOOTH, J. R. **Sex differences in neural processing of language among children.** Neuropsychologia, Atlanta, v. 46, n. 5, p. 1349-1362, 2008.

CAPELLINI, S. A.; TONELOTTO, J. M. D. F.; CIASCA, S. M. **Medidas de desempenho escolar: avaliação formal e opinião de professores.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 21, n. 2, p. 79-90, 2004.

CARVALHO, M. **The influence of family socialisation on the success of girls from poor urban communities in Brazil at school.** Gender and Education, Londres, v. 27, n. 6, p. 583-598, 2015.

DE CARVALHO, M. P.; SENKEVICS, A. S.; LOGES, T. A. **O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar?** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 717-734, 2014.

DE ROSE, J. C. **Análise comportamental da aprendizagem da leitura e escrita.** Revista Brasileira de Análise do Comportamento, Belém, v. 1, n. 1, p. 29-50, 2005.

_____; DE SOUZA, D. G.; HANNA, E. S. **Teaching reading and spelling: Exclusion and stimulus equivalence.** Journal of Applied Behavior Analysis, v. 29, n. 4, p. 451-469, 1996.

DWYER, C. A. **Sex differences in reading:** An evaluation and a critique of current theories. Review of educational research, University Park, v. 43, n. 4, p. 455-467, 1973.

FLORES-MENDOZA, C. MANSUR-ALVES, M., LELÉ, A. J. BANDEIRA, D. R. **Inexistência de diferenças de sexo no fator g (inteligência geral) e nas habilidades específicas em crianças de duas capitais brasileiras.** Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 20, p. 499-506, 2007.

FONSECA, M. L. **Diagnóstico de repertórios iniciais de leitura e escrita:** uma análise baseada na concepção de relações de equivalência. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

GESKE, A.; OZOLA, A. **Different Influence of Contextual Educational Factors on Boys' and Girls' Reading Achievement.** Online Sub-

mission, v. 6, n. 4, p. 38-44, 2009.

HYDE, J. S. **The gender similarities hypothesis**. American Psychologist, Washington, v. 60, n. 6, p. 581-592, 2005.

_____ ; LINN, M. C. **Gender differences in verbal ability: A meta-analysis**. Psychological bulletin, Washington, v. 104, n. 1, p. 53-69, 1988.

KUTNER, M. GREENBERG, E.; JIN, Y.; BOYLE, B.; HSU, Y.; DUNLEAVY, E. **Literacy in Everyday Life: Results from the 2003 National Assessment of Adult Literacy**. NCES 2007-490. National Center for Education Statistics. 2007.

LAFONTAINE, D.; MONSEUR, C. **Gender Gap in Comparative Studies of Reading Comprehension: to what extent do the test characteristics make a difference?**. European Educational Research Journal, v. 8, n. 1, p. 69-79, 2009.

LYNN, R.; MIKK, J. **Sex differences in reading achievement**. TRAMES: A Journal of the Humanities & Social Sciences, Tallinn, v. 13, n. 1, p. 3-13, 2009.

MARINAK, B. A.; GAMBRELL, L. B. **Reading motivation: Exploring the elementary gender gap**. Literacy Research and Instruction, v. 49, n. 2, p. 129-141, 2010.

MARTURANO, E. M.; PIZATO, E. C. G. **Preditores de desempenho escolar no 5º ano do Ensino Fundamental**. Psico, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 16-24, 2015.

MULLIS, I. V. S.; MARTIN, M. O.; FOY, P.; HOOPER, M. PIRLS 2016 International Results in Reading. 2017. Disponível em: timssandpirls.bc.edu/pirls2016/international-results/ Acessado em: 23 de novembro de 2019.

R CORE TEAM. R: **Language and environment for statistical computing**. R Foundation for statistical computing: Vienna, 2006.

REILLY, D.; NEUMANN, D. L.; ANDREWS, G. **Gender differences in reading and writing achievement**: Evidence from the National Assessment of Educational Progress (NAEP). *American Psychologist*, Washington, v. 74, n. 4, p. 445, 2019.

ROBBI, D. D. M. P. **Compreensão leitora e desempenho em matemática e escrita**: Estudo com alunos do Ensino Fundamental 1. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

RIBEIRO, D. O.; DE FREITAS, P. M. **Inteligência e desempenho escolar em crianças entre 6 e 11 anos**. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 12, n. 1, p. 84-91, 2018.

RODRIGUES, C. A. G.; MAZZOTTI, T. B. **Representação social de gênero no fracasso escolar de meninos**. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 22, n. 48, p. 45-59, 2013.

SANTOS, A. A. A. D.; FERNANDES, E. S. D. O. **Habilidade de escrita e compreensão de leitura como preditores de desempenho escolar**. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 465-473, 2016.

SANTOS, P. L.; GRAMINHA, S. S. V. **Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento acadêmico**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 11, n. 1, p. 101-109, 2006.

SIDMAN, Murray. **Equivalence relations and behavior: A research story**. Authors Cooperative, 1994.

_____. **Equivalence relations and the reinforcement contingency**. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, Wilmington, v. 74, p. 127- 146, 2000.

_____; TAILBY, W. **Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm**. Journal of the Experimental Analysis of behavior, Wilmington, v. 37, n. 1, p. 5-22, 1982.

SILVA, E. M. T.; WITTER, G. P.; CARVALHO, P. D. **Leitura e escrita em alunos de escola pública: 3º vs 4º ano**. Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 301-309, 2011.

SOLHEIM, O. J.; LUNDETRÆ, K. **Can test construction account for varying gender differences in international reading achievement tests of children, adolescents and young adults? A study based on Nordic results in PIRLS, PISA and PIAAC**. Assessment in Education: Principles, Policy & Practice, v. 25, n. 1, p. 107-126, 2018.

STEIN, L. M. TDE: **Teste de desempenho escolar: manual para aplicação e interpretação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

STOET, G.; GEARY, D. C. **Sex differences in mathematics and reading achievement are inversely related: Within-and across-nation**

assessment of 10 years of PISA data. PloS one, San Francisco, v. 8, n. 3, 2013.

STROMER, R., MACKAY, H. A., STODDARD, L. T. **Classroom applications of stimulus equivalence technology.** Journal of Behavioral Education, v. 2, n. 3, p. 225-256, 1992.

VAN HEK, M.; BUCHMANN, C.; KRAAYKAMP, G. **Educational systems and gender differences in reading:** A comparative multilevel analysis. European Sociological Review, Oxford, v. 35, n. 2, p. 169-186, 2019.

VIEIRA, R. M. R. GROSSO, P. M. P.; ZORZI, J. L.; CHIAPPETTA, A. L. M. L. **Estudos comparativos sobre a influência da leitura nos erros da escrita entre meninos e meninas de quarta série.** Revista CEFAC, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 281-288, 2006.

WICKHAM, H. **GGplot 2:** Elegant graphics for data analysis. Springer-Verlag, New York, 2009.

WILKE, C. O. **cowplot:** Streamlined plot theme and plot annotations for ‘ggplot2’. R package version 0.9.4. Disponível em: cran.r-project.org/web/packages/cowplot/index.html. 2019.

WOLTER, I.; BRAUN, E.; HANNOVER, B. **Reading is for girls!?** The negative impact of preschool teachers’ traditional gender role attitudes on boys’ reading related motivation and skills. Frontiers in psychology, v. 6, p. 1-11, 2015.

WOOD, S. N. **Fast stable restricted maximum likelihood and mar-**

ginal likelihood estimation of semiparametric generalized linear models. Journal of the Royal Statistical Society: Series B (Statistical Methodology), v. 73, n. 1, 3-36, 2011.

ZUZE, T. L.; REDDY, V. **School resources and the gender reading literacy gap in South African schools.** International Journal of Educational Development, v. 36, p. 100-107, 2014.

CAPÍTULO 6

SABERES FERVIDOS: AFETOS, CONFLITOS E POLÍTICAS NO SUL GLOBAL

Vinícius Alves da Silva

O presente texto tem por objetivo apresentar um processo de construção do que vou considerar aqui como saberes fervidos. Eles são aqueles construídos em torno do que tenho também chamado de experiência fervográfica. Ou, nos termos do professor Thiago Neves, de uma cartografia do fervo ou uma fervografia (NEVES, 2018). Conceitualmente estamos falando da experiência empírica junto a festividades produzidas pelo que chamei, a partir de 2019, de uma geração fervida.

Acompanhei, ao longo do processo de pesquisa do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA), um conjunto dessas experiências. Elas foram produzidas por uma geração de artistas, produtoras e coletivos culturais, que tomavam como partida de suas produções o combate a um conjunto de desigualdades sociais, ao tempo em que pregavam a alegria, a celebração da vida, a valorização dos corpos negros, a erotização dos corpos gordos e assim por diante. Acompanhar os deslocamentos dessas produções, em diferentes profundida-

des (de produtor a público), me permitiu refletir sobre um conjunto de saberes emergentes daqueles circuitos e contextos. Todos eles sempre recortados em torno de afetos, conflitos e políticas, e tomando o cuidado, o *close* e o *corre*, como expressões orgânicas dessa complexa rede de relações. Reuni aqui, brevemente, alguns percursos, reflexões e discussões iniciais.

O *Coletivo Drags da Prevenção*, assim como o *Movimento Drag Power*, a *Plataforma Fervo2k20* e o *Observatório das Artes e Culturas LGBT da Bahia*, foram determinantes para o desenvolvimento do meu estudo de mestrado sobre o fervo. Conceituei, em 2017, no meu trabalho de conclusão de curso (TCC), no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD-UFBA), o fervo como sendo um conjunto de deslocamentos protagonizados por jovens negras(os), mulheres e LGBT, de e com trajetória de periferia em torno de festividades politicamente engajadas em Salvador-Bahia-Brasil.

O fervo foi e ainda é, portanto, a cena por onde caminhei em diferentes níveis e profundidades para identificar interlocutoras, e construí encontros capazes de impulsionar a articulação de saberes e a construção de inovadoras práticas políticas. Desses encontros da pesquisa com a cena surgem coletivos como as *Drags da Prevenção* – composto por artistas que circulam e formam essa cena em Salvador, nordeste brasileiro, Sul Global.

A ideia de pensar novas tecnologias que ajudassem a comunicar

as informações presentes na mandala da prevenção combinada²³ atravessaram as questões do meu estudo de TCC. A partir da etnografia *Em defesa do fervo: olhares etnográficos sobre a emergência da produção de cuidado no contexto de festividades urbanas em Salvador-Bahia-Brasil*, me aproximei, naquele momento, de um emergente circuito de artistas, sobretudo drags, performers e produtoras, envolvidas em coletivos e coletividades que produziam ou participavam de festividades com algum grau de engajamento político e social.

Entendo como engajamento político uma narrativa posicionada presente na pré-produção, produção e pós-produção, assim como nos encontros e trocas que tive com suas organizadoras e participantes. Existe algum grau de comprometimento, em diferentes níveis de profundidade e organicidade, com as lutas raciais, sexuais, de classe e gênero. Utilizei esse entendimento para marcar um ponto de partida em torno da ideia de construção de uma cena fervida. Ou seja, seria ela a responsável, naquele momento, por apresentar um aberto e engajado compromisso na desconstrução de desigualdades sociais. Mas, antes de

²³ A “mandala da prevenção combinada” diz respeito ao termo utilizado no campo do cuidado em saúde e prevenção ao HIV/AIDS e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), para difundir informações sobre diferentes tecnologias que vão desde a camisinha, até a redução de danos, as profilaxias pré e pós exposição (PrEP e PEP), a testagem e a própria Terapia Antirretroviral (TARV). Ela foi uma forma, brasileira, de não deixar que a dimensão da prevenção se perdesse dentro das novas metas globais 90-90-90. Para saber mais sobre as metas e essa relação ofereço uma leitura e crítica a partir do artigo “O fervo, a Diversidade Sexual e de Gênero e a Pedagogia da Prevenção”, disponível no site da Revista de Estudos da Homocultura (REBEH) através do sítio Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/166>>. Acesso em: 15 dec. 2019.

falar sobre o surgimento do *Coletivo Drags da Prevenção*, vamos apresentar brevemente os conceitos-chave desse texto.

O fervo e seus conceitos

Minha dissertação tem tomado a etnografia e a etnomusicologia, como referências teóricas de partida, mas encontrou na fervografia proposta pelo Professor Thiago Tavares das Neves (2019) um posicionado método de pesquisa.

O sentido figurado dado à palavra *fervo* no Dicionário de Língua Portuguesa, de “agitar-se, exaltar-se, vibrar de entusiasmo”, assume aqui um protagonismo. Submete a conjugação verbal de *ferver* a permeabilidade de seu sentido figurado. Explico: dizer que algo está *fervendo* ou que alguma festa *ferveu*, significa que estava agitado, que havia naquele lugar festivo uma vibração no sentido do entusiasmo coletivo. Ou, como nos propõe Neves (2019) havia ali no *fervo*, “alegria, política e materialidade comunicacional” (NEVES, 2019, p. 13).

No meu TCC (2017), proponho entendermos “o fervo como as festividades urbanas politicamente engajadas, que se propõem de alguma maneira a combater o conjunto de desigualdades sociais e afirmam isso na sua estética, no seu processo de organização, de mobilização e de realização.” (SILVA, 2017, p. 153). Naquele momento eu apontava que o desafio para os estudos sobre o fervo giravam em torno de perceber que

É preciso refletir melhor a partir da experiência com o fervero se o uso das festas tem somente um fim em si mesmo (como propõem setores da esquerda e das organizações tradicionais) ou se, conforme experiências de resistência desde o período colonial e passando pelo pós-abolição, podemos percebê-las de uma outra maneira e referenciar a sua importância na superação de estigmas e com ela no enfrentamento a desigualdades sociais. (SILVA, 2017, p. 155)

Acredito que essa compreensão e apontamento sobre os rumos epistêmicos do fervero, naquele momento, não iam tão longe do sentido dado por Zacariotti e Molina também no ano de 2017²⁴. Embora por percursos metodológicos diferentes, ambas analisamos o que vinha sendo construído por meio de festividades politicamente engajadas organizadas e protagonizadas por jovens, em diferentes cidades do país – ele e ela em Brasília-Distrito Federal, região centro-oeste brasileira; e eu em Salvador, região do nordeste brasileiro, Sul Global. Aprender melhor e registrar o surgimento deste fenômeno dentre as cenas de festividades urbanas foi um ponto comum entre nós.

Particularmente, saí em defesa do *fervo* naquele momento para afirmá-lo como uma emergente “experiência de cuidado e organização social e política” (SILVA, 2017, p. 153). Essas chaves “experiência” e “organização”, me chamaram a atenção no contato que tive com pes-

²⁴ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. “O fervero também é Luta”, de Daniel José de Castro Silva e Anelise Wesolowski Molina. Disponível em https://www.academia.edu/44749218/O_Fervero_Tamb%C3%A9m_%C3%A9_Luta acessado em 15 de Janeiro de 2022.

soas da *Batekoo*, *Afrobapho* e *TOMBO* – três coletivos e festas que acompanhei na construção do meu estudo em meados de 2015, e cujas organizadoras e participantes entrevistei para reunir um conjunto de dados ao longo do ano de 2016. A “liberdade dos corpos”, comumente divulgado nos panfletos digitais da Batekoo, também afetavam meus sentidos e me faziam recortar a minha perspectiva e apreensão sobre a cena fervida. Esse entendimento se conecta muito a descrição do professor Neves (2019).

Em seu artigo *Fervografia: Fervo, Comunicação e ‘Bons Encontros’ num Show de Linn da Quebrada*²⁵, publicado em 2019 no Intercom de Belém-PA, ele nos propõe a reflexão sobre o fervo enquanto um “operador conceitual e epistemológico na criação de um método, a fervografia” (TAVARES, 2019, p.2).

Apresento no Capítulo I da dissertação um conjunto de diálogos com a formulação do professor Neves (2019) por considerar como um qualificado e relevante esforço epistêmico no sentido de conceituar o fervo e o que dele (ou por ele) vibra-se de *vida criativa* (FOUCAULT, 1982). Contudo, para fins desta introdução, trago brevemente a proposta conceitual do professor como forma de fundamentar o referencial teórico-metodológico desse estudo, como a fervografia. Para o autor esse termo qualifica uma cartografia do fervo e torna a experiência fervida uma possibilidade de “apreensão e reflexão sobre a vida” (NEVES, 2019).

²⁵ Artigo publicado no InterCom (2019) pelo Professor Thiago Tavaes das Neves, disponível em https://www.academia.edu/42923704/Fervografia_Fervo_Comunica%C3%A7%C3%A3o_e_Bons_Encontros_num_Show_de_Linn_da_Quebrada acessado em 21 de Novembro de 2021.

O fervo, de alguma forma, também parte daí. Contudo, se mistura a outras experiências apreendidas, na minha perspectiva, pela consequente circulação entre os deslocamentos dessas pessoas, que organizam e participam das festas. Elas são ainda as responsáveis por conectar nossos circuitos e nossa cultura pela diversidade sexual e de gênero, em aliança com os chamados circuitos e cenas independentes ou *undergrounds*. É o fervo quem melhor se conecta ao giro de quem tá no corre.

Nesse novo contexto, nossos lugares deixam de ser exclusivamente os “que exercem atividades relacionadas à orientação e à prática homossexual” como comumente destacado no gueto (MACRAE, 1983) e dão espaços para os espaços construídos também por e com estas cenas independentes e *undergrounds* das grandes cidades urbanas. Foram por esses estabelecimentos, cenas e circuitos, nas diferentes capitais, que passaram nomes já reconhecidos no mainstream da música brasileira como Pablo Vittar, Liniker, Linn da Quebrada, Majur, Hiran, John Hooker e tantos outros expoentes de artistas oriundas e promotoras de uma conexão entre essa geração política fervida.

Concordo com Tavares, quando ele diz que “são múltiplas as entradas numa cartografia. Ao experimentar acompanham-se processos, rastreiam-se passos” (2019, p. 6). Busquei acompanhar processos que estavam em curso de maneira muito próxima a mim. Promovi um pacuado rastreamento de passos de uma geração de artistas, produtoras e coletivos culturais. Produzi e sistematizei dados sobre e com elas. Escrevi e apresentei trabalhos assinando junto com elas. Captamos e distribuimos recursos de maneira comunitária e solidária ao longo da

pandemia, também, juntas. Sempre resguardando a minha posicionalidade, enquanto condutor do estudo, mas levando em consideração sob diferentes perspectivas o desembolar das experiências que dali emergiam.

Para Neves, posicionar o fervo, o afeto e a alegria como “guias dos bons encontros naquela noite”, permitiu tecer um percurso de uma “cartografia agora realizada no fervo, fervografia” (TAVARES, 2019, p.9). Em todos os processos que experimentei o afeto, o conflito e a política estiveram presentes. A alegria me parecia em muitos momentos ser performada em torno do *close* da noite e mais ainda em torno da frase “quem vê *close*, não vê *corre*”. Se o *close* representa a afirmação na arena democrática, a disputa com o que seria “externo” a cena. O *corre* é a arena fértil do conflito interno, onde muitas vezes o cuidado falta, a alegria finda e o afeto gera medo, insegurança e indignação.

Ainda assim, considero que esse conjunto de deslocamentos que chamei de experiência fervográfica, servem, em boa medida, ao acúmulo de forças por um outro mundo possível. Somos parte de uma conexão geracional, de uma geração política, de uma revolução geracional fervida! Mas que ainda tem muitos pontos a gerenciar, sobretudo, entre si. Para melhor ilustrar, vamos apresentar algumas coletividades com quem dividimos o protagonismo na compreensão dessa experiência.

O surgimento do coletivo Drags da Prevenção

Sou ativista orgânico do movimento LGBT²⁶ desde 2007 e participo de coletivos e coletividades formada sobretudo por jovens desde esse período também. Fui Coordenador de Políticas LGBT no Governo da Bahia durante quatro anos (2015-2019). Desenvolvi alguns projetos como o Casarão da Diversidade, o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia (CPDD LGBT) e a Rede de Enfrentamento a Violência contra LGBT da Bahia, ao longo da minha gestão à frente desta coordenação executiva.

A partir do diálogo sobre esses circuitos com projetos presentes no Casarão da Diversidade, baseado sobretudo nas necessidades emergentes que identifiquei ao longo da minha pesquisa na graduação, surgiu a proposta, inicialmente, de uma ação chamada *Drags da Prevenção*. O fato de termos Petra Perón, uma liderança *drag queen* da nova geração de artistas transformistas da cidade na equipe de um dos projetos, fez com que o que eram ideias virassem um plano, de fato, capaz de ser operacionalizado. De início ela pensou um conceito estético em torno da ideia das *Super Drags da Prevenção*, com a construção de personagens que seriam super-heroínas em defesa da prevenção combinada, representadas por algumas artistas da cidade.

²⁶ Atualmente estou Diretor Geral da Associação Beco das Cores – Educação, Cultura e Cidadania LGBT. A Beco das Cores é uma ONG LGBT fundada em 2008 por ativistas oriundas sobretudo do Coletivo Kiu!, o qual fiz parte entre 2007 e 2015, quando me afastei do grupo para assumir a gestão da Coordenação de Políticas LGBT do Governo da Bahia.

Decidiu-se que o nome seria somente *Drags da Prevenção* mesmo, mas a ideia de super-heroínas foi absorvida na construção estética das roupas. Contamos com apoio do Projeto PrEP 15-19, do ISC-UFBA/Fiocruz, para viabilizar uma parceria de custeio das primeiras vestimentas. A Coordenação Executiva do CPDD LGBT, nos encaixou na programação do Sarau Padê, realizado na área de sociabilidade e convivência do Casarão da Diversidade no dia 08 de dezembro de 2018, primeira apresentação. Participei da primeira reunião puxada por Petra Perón, que contou com a presença das *drags*: Eva Sattiva e Malayka SN; da Coordenadora do Casarão da Diversidade, Keila Simpson; além do produtor Vitor Barreto e da professora Dra. Inês Dourado (ISC-UFBA), essas últimas pelo Projeto PrEP 15-19²⁷.

Ajudei a construir e ensaiar a primeira dramaturgia da apresentação do grupo utilizando minhas breves experiências oriundas do NATRAMA²⁸ e no Coletivo Cruéis Tentadores²⁹. Nossos primeiros encon-

²⁷ A coordenadora executiva da Rede de Enfrentamento a Violência contra LGBT da Bahia, do CPDD LGBT, Symmy Larrat, participou do início da reunião, mas precisou se retirar para o cumprimento de outras tarefas.

²⁸ NATRAMA era a sigla do Núcleo de Dramaturgia da Escola de Teatro da UFBA, conduzido pelo dramaturgo e professor Doutor Marcos Barbosa, ao qual fiz parte entre os anos de 2006-2007.

²⁹ O Coletivo Cruéis Tentadores, segundo nosso Blog, foi fundado em 2004, pelo diretor, ator e dançarino Marcelo Souza Brito, com a jornalista, atriz e diretora Tatiane Carcanholo e a modelo e vídeo maker Gabriela Leite, em parceria com diversos artistas de Salvador, o Coletivo Cruéis Tentadores se intitula como uma experiência cênica aberta. Cada trabalho representa a presença de novos atores, dançarinos, arquitetos, cenógrafos, engenheiros, transformistas, músicos, figurinistas, pesquisadores, que de forma geral ajudam e pedem ajuda na hora de compor um produto cênico, com interesse especial na criação de novos espaços nesta arte. Fiz parte de maneira mais orgânica do coletivo entre 2007-2008 na produção do espetáculo Guilda e do audiovisual Maison Guilda.

tros serviram para afinar a primeira apresentação pública da ação no Sarau. Era um evento diverso, com recital de poesias, música, exposições e éramos a única ação educativa-informativa a se apresentar. A expectativa era enorme e o clima de como poderia ser recebido aquele conteúdo também. Ao fim, percebemos que o salão não se esvaziou durante toda a apresentação. Eram jovens, adultos, gestoras, pesquisadoras, poetas, músicos, um público diverso, atento a cada situação performada por Eva, Petra e Malayka, que traziam em si a informação sobre uma das tecnologias presentes na mandala da prevenção combinada. A foto desse dia marca bem a expressão de alegria e fascínio do público na estréia da ação:

Figura 1 – Estreia Drags da Prevenção, Casarão da Diversidade. Dezembro, 2018.



Fonte: Acervo SJDHDS/Governo da Bahia.

Em março de 2019, já após as primeiras apresentações entre o final e início do ano, realizamos um almoço juntas para dialogar sobre algu-

mas estratégias para o projeto. Pensamos alguns planos, que passaram pela criação das nossas redes sociais, de uma conta de correspondência eletrônica, assim como, o desenvolvimento de um projeto básico a ser apresentado para empresárias(os) de saunas, boates e bares com frequência LGBT na cidade - com o intuito de oferecer uma nova tecnologia de prevenção customizada e que se comunicasse com seu público.

Em agosto desse mesmo ano, fomos provocadas por um convite recebido por Malayka SN, via coletivo Afrobapho. Eles foram convidados a ministrar uma oficina junto com a ONG ECOS – comunicação e sexualidade e acharam por bem repassar este convite a nosso coletivo. A partir daí resolvemos reunir presencialmente o grupo para pensar como organizar tal intervenção, que escapava, até então, das apresentações que fazíamos. Após as apresentações realizadas em dezembro de 2018, essa seria marcaria o nosso retorno em 2019 e com um novo desafio: realizar uma oficina com jovens do nordeste, que visava desenvolver e testar novas tecnologias de prevenção entre pares a partir de metodologias inovadoras.

Foi a partir daquele momento que resolvemos nos reconhecer não mais enquanto uma ação, mas sim enquanto um coletivo que se debruçava em pensar novas metodologias de prevenção entre pares, por jovens para jovens. Foi também a partir daí que pedi autorização para que o coletivo fosse parceiro do meu estudo de mestrado, assim como solicitei autorização para gravar nossos encontros, que passaram a acontecer ordinariamente as quartas-feiras na minha residência no bairro do Centro (Largo Dois de Julho). Definimos que o grupo se reuniria

semanalmente e voltaria a operacionalizar uma série de estratégias que havíamos pensado no nosso almoço ainda no meio do primeiro semestre de 2019.

O surgimento do movimento DragPower

Pessoas engajadas em torno de respostas a suas necessidades, construíram coletivos capazes de responder a elas. Esses coletivos, uma vez formados por pessoas oriundas da cena fervida, resolveram se conectar em torno de um Movimento. Em Salvador chamamos a união dessas coletividades de Movimento *#DragPower*. Sua primeira reunião de articulação aconteceu no dia 06 de janeiro de 2020 nas dependências da *Casa Ninja Bahia*.

Figura 2 – Reunião do Movimento *#DragPower* na Casa Ninja Bahia. Janeiro,



Fonte: Gian Martins/Midia Ninja

O lançamento do coletivo aconteceu na mesma noite de abertura da Casa, no dia 14 de janeiro de 2020. No ato, além da apresentação de algumas de suas artistas ao longo da programação da noite, também foi lido um Manifesto #DragPower, que trazia a seguinte redação:

Manifesto Drag Power - conexão, cena e movimento

O Movimento Drag Power é uma iniciativa de ativistas, produtoras e artistas, sobretudo drags, que tem por objetivo difundir informações a partir das diferentes linguagens. Arte, cultura, comunicação e política conduzem a orientação das nossas atividades e ações, que passam pela tag #DragPower, com a divulgação de informações sobre discussões contemporâneas, pelo circuito de festas Drag Power, como forma de aglutinar as experiências de drags e performers na ocupação da noite soteropolitana e pelo Movimento Drag Power, que é a coletividade onde essas estratégias são pensadas e operadas.

O poder drag (drag power) tem forjado uma potente conexão entre uma geração fervida em Salvador, mas não só aqui. A arte drag internacionalmente tem ganhado força entre a comunidade LGBTQI+ e héteras aliadas a partir do seriado Ru Paul's Drag Race – que aproximou, mesmo que roteirizado, o cotidiano desta cena dos sofás de casa (ganhando adultos, jovens, adolescentes e crianças). Numa dimensão mais nacional Pablló Vittar e Glória Groove têm cumprido bem esse papel de expoentes da música, sendo elas, quem diria, drags!

O Drag Power tem aproximado, por meio da festa, discussões sobre performatividades de gênero, combate a masculinidade tóxica, orientações sexuais, respeito às minas, etc. Todas essas agendas e questões apontam uma nova centralidade de poder político na capital baiana. Ou, nos termos da deputada estadual de São

Paulo Érica Malunguinho: um novo marco civilizatório – construído a partir e por meio de uma cena festiva. Esse novo – e fervido – ponto de partida, precisa ser visto com olhos mais atentos.

Ferver é mais do que jogar o corpo no mundo. É assumir, em diferentes graus de compromisso, um reconhecimento sobre a nova partida societária que nós precisamos investir enquanto cidadãos e cidadãs, preocupadas com os rumos que a nossa democracia tem tomado. Possibilitar um encontro geracional muito potente para mudar tudo que aí está colocado goela abaixo pela Nova Era fascista é também poder resistir! O Drag Power está aí e a partir deste manifesto estará ainda mais contornado, circulando e estruturando uma nova centralidade do poder, a partir das dimensões sexuais e de gênero, raciais e de classe.

É chegada a hora de entender que festa, política e poder podem – e devem – caminhar juntas. Sobretudo se tiverem como objetivo proteger vidas e promover cidadania e direitos – atacados por governos autoritários como o que temos na condução da República do nosso país. O Drag Power é uma vanguarda desta nova etapa da nossa revolução sexual e de gênero. E, como diriam as irmãs negras: não tem mais volta! (Texto retirado da matéria do Portal Bahia Notícias sobre o lançamento do coletivo³⁰)

Assinaram esse manifesto as artistas, produtoras e membros de coletivos culturais: Eva Sattiva (Angela Carballal), Malayka SN, Towanda Verde Frita (Andressa Santalucia), Soddi (Solon Diego), Caco,

³⁰ Matéria sobre o lançamento do Manifesto DragPower no sítio Bahia Notícias. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/36876-com-presenca-de-caetano-veloso-artistas-de-salvador-lancam-manifesto-drag-power.html> Acessado em 10 de janeiro de 2020.

KARMALEOA (Anna Louise Rabello), Rainha Loulou (Luiz Santana), Petra Perón (Rafael Pedral), Beatrice Papillon (Miguel Campelo), Matheus Thierry, Alexandre Dias (Ela Vargas), Gilberto Bispo, Mary Jane Beck, Rosa Morena (Crisangelo Cerqueira), Spadina Banks, Ferah Sunshine e Di Cerqueira. Também assinaram as marcas de festas e coletivos ou coletividades como Bateu Uma Onda Forte, Clandestinas, Coletivo Drags da Prevenção, Casa Monxtra e a Terça Mais Estranha do Mundo, Coletivo Afrobapho, MANIFESTO, Festa Pão Com Ovo, Batekoo, Paulilo Paredão, Festa Shantay, Coletivo Bonecas Pretas. Eu também fui signatário do texto e um dos grandes responsáveis por seu lançamento acontecer na abertura da Casa Ninja Bahia. O ato, como já dito, teve repercussão na mídia local baiana.

O Movimento *DragPower* foi responsável ainda pela ocupação de diferentes noites ao longo da programação da Casa. Uma parte das marcas de festas, das artistas e coletivos tiveram a oportunidade de realizar seus eventos ou de participarem de algum outro no espaço. De maneira geral, o movimento foi sendo convocado pela própria produção do local para ocupar sua programação, num gesto de reconhecimento daquela movimentação de artistas, coletivos e coletividades. Contudo, nem todos tiveram o mesmo espaço e acolhimento, o que criou um clima de desconforto entre as que foram preteridas nas agendas.

O Coletivo era visto, até aí, como o principal interlocutor com o espaço, por eu ser seu produtor e ter uma relação mais próxima com o coletivo que dirigia a Casa, o Fora do Eixo, assim como era visto como o maior responsável pelo diálogo do Movimento sobre a compo-

sição de sua agenda de eventos. E, por isso, fui também o mais cobrado pelos que não entraram na programação de alguma forma. Em uma das reuniões ordinárias do nosso grupo, realizada com pauta específica de avaliação da ocupação #dragpower o termo utilizado por membros como Malayka SN foi “*desgastante*”³¹. Fazendo referência ao processo de negociação desses agendamentos internamente entre o movimento e do grupo com a produção da Casa.

Ele afirmou isso com base, sobretudo, em duas situações ocorridas. Uma entre a Batekoo e Paulilo Paredão. A produção da Batekoo operou por fora do movimento #DragPower - mesmo compondo ele - para ocupar a data de 2 de fevereiro da casa, que havíamos previamente pactuado no movimento que seria da festa Paulilo Paredão. A produção da Casa Ninja Bahia, por ter uma relação de mais tempo com a Batekoo acatou o pedido e Paulilo precisou realizar seu evento em outro local na mesma data. Registre-se, inclusive, uma linda festa realizada no Mercado CC, com centenas de pessoas presentes dentro, na porta e no entorno da festa.

A outra situação aconteceu com Soddi, da *Festa Pão com Ovo*. O artista sentiu-se boicotado por não conseguir uma data para a realização da festa nas dependências da casa, mesmo estando com materiais gráficos e artistas convidadas. O evento foi mudado então para a *Casa Charriot*, local onde ele mantinha seu ateliê. Essa foi a última vez que vi Soddi nos palcos. Lembro que quando cheguei na festa, acompanha-

³¹ Diário de Campo 01/2020 – Coletivo Drags da Prevenção: reunião de avaliação #dragpower, p. 5.

do de Ricardo Santana e Agnaldo Almeida, ele estava entrando vestido de *drag* para apresentar a sua performance em um dos sete andares daquele casarão colonial localizado entre a Rua do Taboão, no Pelourinho, e o bairro do Comércio. A música era da *Companhia do Pagode* e chamava *Na dança do streap-tease*. Ele estava vestido com uma espécie de roupão que conforme a música ia evoluindo na letra e melodia, ele ia revelando uma vestimenta de couro, com brinquedos da cultura BDSM. Em que pese toda a produção visual, estética e conceitual da proposta, o espaço estava praticamente vazio, com pouco mais de vinte pessoas presentes.

O clima conflituoso dessas situações contrasta bastante com o texto apresentado no Manifesto. Travou-se um longo e caloroso debate no grupo de *Whatsapp* do Movimento #DragPower, a ponto de algumas pessoas abandonarem o movimento. Se no manifesto parecia existir uma certa unidade em torno da agenda e do horizonte social e político, aqueles conflitos revelaram uma cena ainda frágil do ponto de vista das suas relações internas e afetuosas. A alegria do *close* pareceu dar lugar a boicotes ou, como costumava chamar no movimento LGBT, a um fratricídio - uma autodestruição entre iguais na perspectiva e opinião.

A chamada vanguarda ali presente ainda precisa amadurecer questões elementares. Elementos que são fundamentais para a composição de uma movimentação política consequente não com o instante imediato, mas sobretudo com a memória de histórias e lutas as quais suas participantes e coletivos reivindicam. A gente não vai construir nada se destruindo. E, já temos às estruturas que servem a nossa destruição. Ou,

como me ensinou a DJane Zazi Love, “tudo o que não vier pelo amor, é um pedido de socorro”.

O coletivo Drags da Prevenção, no seu processo de avaliação, entendeu que parte significativa da composição do Movimento #DragPower estava mais interessada em ter visibilidade junto a um espaço tocado por uma grande potência midiática (como a Mídia NINJA³²), do que de fato em construir uma movimentação social e política capaz de por em prática a agenda da qual foram signatárias no Manifesto lançado.

Considereei essa leitura, trazida sobretudo nas falas de Malayka SN, Eva Sattiva e Petra Peron, como pertinentes para entender como nossas posicionalidades nessa situação não foram capazes de alinhar interesses, opiniões e perspectivas (YOUNG, 2006) tão diferentes e divergentes. Processo bem diferente do que acontecia, até então, na construção que tínhamos internamente junto ao *Coletivo Drags da Prevenção*. Até aquele momento, nos sentíamos seguras, acolhidas e preparadas para utilizar das nossas diferenças como força motriz para condução dessa movimentação política tão complexa e conflituosa. Com o passar do tempo, das dificuldades, sobretudo financeiras de alguns membros que vivem em situação extremamente precária, o sentimento de cuidado, acolhimento e segurança foi dando vez a um pragmatismo financeiro ou político eleitoral. E a coisa degringolou³³ igual.

³² A Mídia NINJA é em 2022 a maior rede de mídia alternativa do Brasil, tendo um alcance de seguidores em plataformas como Instagram que ultrapassam 4 milhões.

³³ Termo popular, coloquial, muito utilizado para se referir que algo saiu do controle, degringolou.

Representação, afetos, conflitos e política: potências e limites pandêmicos

O Coletivo Drags da Prevenção surgiu com o intuito de responder a uma necessidade emergente: as novas infecções por HIV entre jovens. Ocupando a cena fervida da cidade de Salvador, foi compondo uma movimentação com diversos agrupamentos, criando assim o Movimento DragPower. Ele se tornou, assim, um coletivo articulador de diferentes experiências fervidas na cidade. Estávamos de maneira muito próxima acompanhando ou participando de um conjunto de festividades no circuito independente, *underground* ou mesmo do tradicional gueto LGBT da cidade. Sentia, mesmo com todos os conflitos, um esforço, a todo momento, de referenciar as questões raciais, sexuais, de classe e gênero, como elementos que deveriam ser determinantes para se pensar a circulação dessa cena. Esse ponto de partida, em si, me alegrava, por me dar base para pensá-lo como um marco civilizatório para um projeto de movimento, cidade, estado e país que queremos e construímos para combater as desigualdades sociais-coloniais.

Nunca foi necessariamente nosso intuito a representação do movimento, embora tenhamos caído nela de alguma forma na relação com o Movimento #DragPower. Abro aqui um parêntese para dialogar com as formulações Iris Marion Young (2006) e seus estudos sobre *Representação política, Identidade e Minorias*.

Ela nos diz que opiniões e interesses diferentes de um grupo social, que não são incompatíveis, compõem um modo de olhar os proces-

tos sociais sem determinar o que se vê, mas considerando o ponto de vista que os membros de um grupo social mantêm sobre eles em função das posições que eles ocupam (YOUNG, 2000; YOUNG, 2006). Os estudos de Young nos apresentam que o interesse seria aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações (YOUNG, 2000; YOUNG, 2006). Eles seriam diferentes das opiniões, uma vez que estas estariam ligadas a ideias, princípios e valores, que fazem com que as pessoas assumam prioridades (idem). A perspectiva seria para ela, portanto, a forma de pensar os indivíduos como posicionados nas estruturas dos grupos sociais, sem que estas determinem suas identidades (ibidem).

O contexto de pandemia do COVID-19 agravou ainda mais as posições que cada pessoa individual e coletivamente possuía. Com os eventos cancelados e a principal fonte de renda e de autonomia dessas pessoas e coletividades afetada, ficou ainda mais grave a situação de precariedade. Nesse contexto, a alegria que o *close* fervido trazia, transformou-se ainda mais em conflito. Ainda assim, conseguimos montar uma movimentação que denominamos *Plataforma Fervo2k20*. A *Fervo2k20* é formada por diferentes pessoas e organizações que resolveram se juntar nesse momento de pandemia para construir uma rede de ações solidárias no campo das artes e culturas LGBTQIA+.

Apresentando-se como uma alternativa de articulação, a Plataforma integra em suas ações as experiências dos estudos de gênero e sexualidade; das artes e culturas LGBTQIA+; das gestoras culturais; das comunicadoras; assim como das ativistas de organizações tradicionais ou

coletivos e coletividades mais contemporâneas. Nossos objetivos giram em torno de: (1) construção de memória e inteligência coletiva; (2) articulação de rede colaborativa; (3) difusão e monetização de produções. Tendo sempre como foco e público-alvo artistas, produtoras e coletivos culturais LGBTQIA+ do Brasil.

Foi a partir da experiência desenvolvida junto a *Fervo2k20*, que criamos um processo de mentoria para disputa de recursos públicos junto à Lei Aldir Blanc. Captamos e executamos mais de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), realizando um conjunto de projetos. Alguns deles, com consequências bem diretas às políticas públicas, como o *Observatório das Artes e Culturas LGBT da Bahia*³⁴.

A representação, o afeto, os conflitos e a política construíram um conjunto de experiências fervográficas que sistematizei até aqui. Sem dúvidas, participar de coletivos, movimentações, plataformas, e criar com elas projetos e ferramentas de pesquisa e políticas públicas, me fez engrandecer e enriquecer o percurso acadêmico. Mesmo com todas as dores, medos e feridas, atravessamos uma importante travessia histórica. Ela, certamente, servirá para amadurecer um conjunto de artistas, produtoras e coletivos culturais junto a ideia de que as estruturas desiguais de poder, gerenciadas pelas desigualdades raciais, sexuais,

³⁴ O Observatório das Artes e Culturas LGBT da Bahia é uma ferramenta criada no meu processo de pesquisa, inicialmente, em diálogo com o Coletivo Drags da Prevenção. Desde 30 de junho de 2021 o Observatório foi incorporado, em comum acordo com das Drags da Prevenção, junto ao Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades (CEGRESS-DIADORIM) da Universidade do Estado da Bahia. Atualmente sou o Pesquisador Coordenador do Observatório.

de classe e gênero, precisam ruir. É preciso resgatar e unir o horizonte presente na letra de A Internacional - “paz entre nós, guerra aos senhores” -, com o nosso “se nós não pudermos ferver, não será nossa Revolução!”. Pela potência alegre, criativa, afetuosa e revolucionária de nossa geração fervida. Até a vitória!

REFERÊNCIAS

MACRAE, Edward. **Em Defesa do Gueto**. In: Novos Estudos CEBRAP. Vol. 2, nº 1, abril de 1983. São Paulo. CEBRAP. 2013. pp. 53-60.

MOLINA, Anelise Wesolowski; ZACARIOTTI, Daniel José de Castro Silva. **O Fervo também é Luta**. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba. 2017. p.1-15.

NEVES, Thiago Tavaes das. **Fervografia: Fervo, Comunicação e ‘Bons Encontros’ num Show de Linn da Quebrada**. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém/PA. 2019.

SILVA, Vinícius Alves da. **Em defesa do fervo: olhares etnográficos sobre a produção de cuidado no contexto de festas urbanas em Salvador-Bahia-Brasil**. Salvador. UFBA. 2017.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias**. In: Lua Nova. 67. São Paulo. 2006. p. 139-190.

CAPÍTULO 7

EM ALGUM LUGAR ALÉM DO ARCO-ÍRIS: A “ESTRADA DE TIJOLOS AMARELOS” ENTRE OS ESTUDOS QUEER E A CULTURA POP

Christian Gonzatti

Vejo na teoria *queer* um ponto de convergência entre os estudos feministas e gays e lésbicos. Mas não só isso. Em relação ao primeiro, ajudou a interrogar as categorias homem e mulher, demonstrando que há uma pluralidade gigantesca de formas de habitar o mundo a partir de um sexo/gênero que se articula a outros marcadores sociais. Para o segundo, veio a contribuição de olhar para a forma como LGBT's são tornados abjetos a partir da criação de binarismos como a homossexualidade/heterossexualidade. A partir de um encontro entre Estudos Culturais e pós-estruturalismo francês (SOUZA, BENETTI, 2013), a vertente teórica *queer* começa a emergir entre o final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, a partir de autoras e autores como Eve Kosofsky Sedgwick, Michael Warner, Teresa de Lauretis, Judith Butler e Paul Beatriz Preciado. Não retomo, aqui, uma historização do conceito em campo teórico brasileiro e internacional, como faz muito bem Marconi (2015), mas busco traços do *queer* que revelam a sua potencialidade para olhar as diferenças e a forma como elas são construídas.

Para Seidman (1996, p. 13), o *queer* seria o estudo de conhecimentos e práticas sociais que organizam a sociedade, “[...] sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais”. Uma realidade que, politicamente, continua a negar e punir o feminino constituído e excluído historicamente, como já demonstrado - uma punição que pesa mais ainda para corpos que estão em desacordo com o determinismo e fundacionalismo biológico: se você tem um pau, deve ser homem e ter uma performance exclusivamente masculina e heterossexual, por exemplo. Inspirado pela colocação de Guacira Lopes Louro (2016, p. 16) – de que

O sujeito pode, sim, interpretar as normas existentes; pode ressignificá-las, dotá-las de um significado distinto; pode, eventualmente, organizá-las de um jeito novo, ainda que isso seja feito de um modo constrangido e limitado. Efetivamente, estamos sempre fazendo isso. Todos os sujeitos interpretam, de seu jeito, continuamente, as normas regulatórias de sua cultura, de sua sociedade.

Assim, trago aqui, notas para pensar aproximações entre o queer e o pop. Uma construção epistemológica que, assim como a estrada de tijolos amarelos em *O Mágico de Oz*, pode levar a lugares pancrônicos que rompem com as leis tomadas como naturais. Na primeira parte, trago noções fundamentais da teoria *queer* que possibilitam um entendimento crítico da sexualidade na contemporaneidade – para a tarefa, tomo como exemplo o musical *The Rocky Horror Picture Show*. Na segunda, demonstro a relação entre morte, acontecimentos e celebrações no contexto da AIDS, trazendo, entre outras inferências, a relação

da morte de Judy Garland com a Rebelião de Stonewall, que deu origem ao movimento LGBT moderno estadunidense. A terceira parte do capítulo é dedicada a desenrolar e ampliar o *queer* a partir da minha vivência com a série musical *Glee*, que traz acionamentos sobre a forma como a música *pop* importa para muitas pessoas LGBTs. Por fim, proponho a imaginação como forma de romper com quadros de pretensa heteronormatividade na cultura *pop*, a partir de interpretações *queer* de obras como a animação *Luca*, lançada em 2021, pela Disney-Pixar.

Aspectos do queer em um sweet transvetite from transexual, transylvânia

Don't dream it - be it.

-The Rocky Horror Picture Show³⁵

O *pop* é político. Tomando as colocações de Soares (2014), que o toma como referência a produções desenvolvidas pelas indústrias culturais, com notável visibilidade, voltadas ao consumo e marcadas por uma estética anglófila-estadunidense, fala diretamente com cada pessoa, em sua mais singela subjetividade, seja a partir das mediações, dos produtos, dos afetos, das sensibilidades. Ele gera uma vivência *pop* cotidiana que articula camadas de sentidos ativados pelos meios de comunicação. Assim, para as pessoas marginalizadas, essa cultura representa estilos

³⁵ Cena no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=1EYjZL7WWKc> Acesso em: 28 set. 2020.

de vida, estética do cotidiano, ditam modas e definem gostos, “[...] revelando o quão tênues se tornaram as fronteiras rígidas entre contracultura e cultura comercial”, apontamento de Rose de Melo Rocha e Ozzie Gheirart (2016, p. 169). Madonna não inventou o *voguing*; assim como RuPaul não inaugurou expressões como *shade*, *realness*; e Lady Gaga o House of Gaga para tratar da moda³⁶. O documentário *Paris is Burning* (1990) relata vivências de pessoas excluídas socialmente tanto por seus comportamentos de gênero quanto pela raça e/ou classe, que foram precursoras de performances nas quais a cultura *pop* bebeu, e a usavam para construir um imaginário que ajudava a superar as barreiras sociais e culturais construídas sobre bases opressoras.

As *bichas*, as *sapatonas* e as pessoas trans estão, nesse sentido, articuladas a construções de experiências em torno do *pop*. A partir desses pressupostos, *The Rocky Horror Picture Show*, um musical de comédia de terror e ficção científica britânico de 1975, dirigido por Jim Sharman, ajuda a compreender algumas complexidades em torno das teorias *queer* e a maneira como as produções midiáticas tornam legítimos acontecimentos que transcendem gerações.

Antes de continuar, gostaria de frisar que não adoto aqui o termo minorias para falar de nós, LGBTQs, e outros grupos marginalizados, como pessoas negras. As chamadas minorias não podem ser traduzidas como uma inferioridade numérica. O foco do termo em sentido sociológico contribui para a noção preconceituosa de que essas pessoas são

³⁶ Para saber mais: <http://www.queerfeed.com.br/paris-is-burning-origem-cultura-lgbt-mainstream-contemporanea/> Acesso em: 28 set. 2020.

“poucas” e, portanto, não devem ser ouvida. Falo, então, como propõe Louro (2013), de uma maioria silenciosa que, quando se politiza, passa a converter estigmas em orgulho. Orgulho presente, por exemplo, na performance musical de Frank N. Furter, uma das personagens protagonistas do filme, que canta *I’m just a sweet transvestite, from Transsexual, Transylvania*, totalmente desprendido das nossas noções performativas de gênero ocidentais.

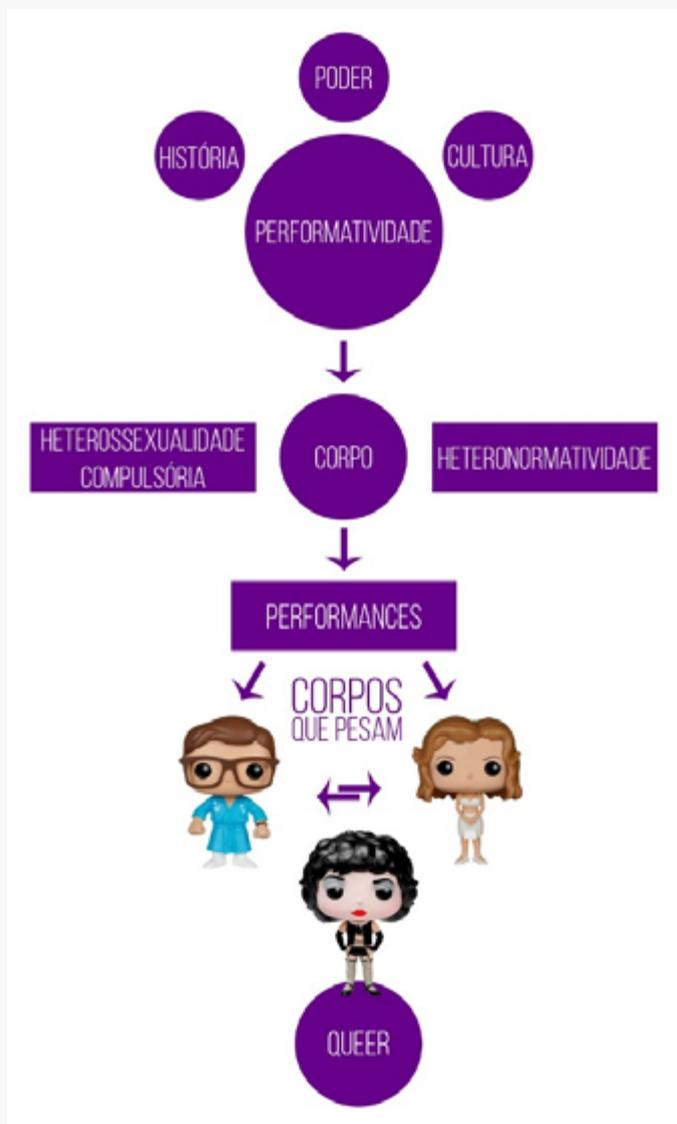
Frank não seria uma travesti, pois essa, como argumenta Berenice Bento (2015) é uma identidade latino-americana, mas é um corpo *queer*, deslocado das possibilidades impostas e perturbador da/para a heteronormatividade. O musical nos fala muito sobre a sexualidade e o gênero.

A história se desdobra a partir de um jovem casal de noivos, Brad e Janet, que tem o carro quebrado durante uma tempestade e buscam ajuda em um castelo. Lá eles conhecem pessoas estranhas ao seu olhar, que estão ali para presenciarem uma experiência de Frank N. Furter, um cientista louco e *transvestite* alienígena: a criação de um homem loiro e musculoso, Rocky. O casal é separado e seduzido por Frank e passa a desfrutar dos prazeres performáticos demonstrados pelo cientista.

O filme não obteve muito sucesso comercial em seu ano de lançamento, mas passou, gradualmente, a se tornar um símbolo de resistência para pessoas *queers* e grupos de subculturas, com sua exibição em sessões da meia-noite em que performances específicas foram criadas para acompanhar ao filme, como assisti-lo fantasiada, por exemplo. A potência acontecimental do musical influenciou, também, a emergência de

estéticas na música e na moda, sendo uma referência *pop* para filmes e séries. Foco, a partir de agora, em Brad, Janet e Frank.

Figura 1 - *The Rocky Queer Picture Show*



Fonte: autoria própria.

Os produtos da cultura *pop* fornecem muitos modelos “[...] daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente.” (KELLNER, 2001, p. 9). Modelos que reiteram ou rompem, em graus diversos, com as normas sexuais produzidas por

meio da história para funcionar sobre padrões ótimos (MARCONI, 2015). A teoria *queer*, assim, entende a sexualidade como um dispositivo histórico de poder (MISKOLCI, 2009) que, a partir da linguagem, criam o socialmente real (BUTLER, 2003). Elas olham para as vozes não audíveis nos sistemas capitalistas que, da sua marcação como diferentes, passaram a importar menos que aqueles que se encontram no padrão ótimo - movimento, como coloca Foucault (1999, p. 114), iniciado nas classes economicamente privilegiadas:

[...] não era o filho do povo, o futuro operário a quem se deveria ensinar as disciplinas do corpo; era o colegial, acriança cercada de serviçais, de preceptores e de governantes, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais, que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para sua família e sua classe, uma descendência sadia.

Diversas estratégias, conforme o autor, passaram a reduzir o sexo a sua função reprodutiva, à forma heterossexual e ao matrimônio. Articulado ao que vimos em relação ao feminino, é evidente que o sexo foi reprimido pelo poder. Uma repressão que foi marcada como forma de barrar a intervenção, em si mesmo, do masculino e do feminino. O sexo, historicamente e culturalmente, foi administrado, sendo, desde o início uma categoria normativa, que impõe as formas de ser no mundo, em outras palavras, “[...] é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (BUTLER, 1999, p. 111). É por isso que Brad, na história de *The Rocky Picture Show*, recorre muitas vezes a uma tentativa de evocar uma masculinidade construída, assim como Janet faz em relação a feminilidade - os dois, durante grande parte da nar-

rativa, passam a manter posturas performáticas que foram naturalizadas a partir da reiteração. A performatividade de gênero, nesse sentido, age sobre os corpos a partir do poder articulado e construído pela história e pela cultura em uma determinada sociedade.

Para Judith Butler (2003), não há verdade sobre o sexo, ele é uma construção. “Se, com Foucault, sexo já é um ideal regulatório que produz corpos a serem governados em Butler há a percepção de que a norma depende da repetição” (RODRIGUES, 2015, p. 17). Norma que, para Foucault, funciona segundo as disciplinas do corpo e da regulação da vida biológica (FONSECA, 2015). Podemos pensar, então, que a performatividade que cria o quadro rígido para os corpos, é derivada da cascata de acontecimentos de uma sociedade específica.

Dias (2012) fala do acontecimento para Deleuze, que seria um devir e que, portanto, se aproxima da noção de performatividade de gênero. Inspirada pela teoria dos atos de fala de Austin (1998), para quem dizer algo é fazer algo em determinados contextos, e pelas noções de citacionalidade e reiteração de Derrida (2004), Butler (2003) entende que o anúncio “é um menino!” ou “é uma menina” passa a fazer de um corpo masculino ou feminino - uma interpelação que precisa ser reiterada constantemente por várias autoridades capazes de reforçar um suposto efeito naturalizado (BUTLER, 1999).

Assim, como salienta Salih (2015, p. 113) “[...] a linguagem que parece simplesmente descrever o corpo, na verdade, o constitui”, ela investe significado nas genitálias e, a partir disso, um *pau* ou uma *buceta* passam a descrever uma divisão binária de corpos que estão inscri-

tos em quadros heteronormativos nos quais a heterossexualidade é, em grande parte, uma compulsão criada para excluir as diferenças.

Em poucas palavras, “[...] o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder” – apontamento defendido por Maria Lygia Quartim de Moraes (1998, p. 100). O corpo é a materialidade desse discurso mutacional Laqueur (2001) relata que até o século XVIII o corpo com vagina seria uma versão mal desenvolvida do corpo com pênis; a menstruação seria resultado da má formação dos órgãos. O corpo, operando como signo, “[...] entra em processo de semióticas em que sentidos deslizam, contorcem-se e, muitas vezes, aparentemente acomodam-se.” (HENN, VIERO MACHADO, 2016, p. 219).

Butler (2003, 1999) entende, assim como as pessoas que pensam a sexualidade a partir do *queer*, que o sexo, bem como o gênero, não é uma coisa dada pela natureza, é criada pelo discurso. Sexo, dessa forma, sempre foi gênero. Mas não basta ter uma genitália que corresponde as convenções sociais de sexo/gênero, a heterossexualidade compulsória, conceito pensado por Adrienne Rich (2010), age impondo, a partir das mais diversas representações sociais (COLLING, 2016) a heterossexualidade entre um homem e uma mulher, cisgêneros, como padrão.

A compulsão hetero, no entanto, extingue a possibilidade das diferenças sexuais, na medida em que todas e todos são lidos primeiramente como heterossexuais, e o que foge dessa imposição passa a ser desviante, pois ela é entendida como “[...] a forma ‘correta’ de se rela-

cionar amorosa e sexualmente”. (MISKOLCI, 2015, p. 14).

A sociedade construída sobre a heterossexualidade compulsória não oprime somente lésbicas e gays, mas muitos diferentes/outros, todas as mulheres e muitas categorias de homens (WITTIG, 1992). Já a heteronormatividade (WARNER, 1991) opera como forma de organizar a vida a partir do modelo heterossexual: monogamia, casamento, filhos e uma série de outros dispositivos que desenham uma ordem sexual ideal para os corpos. Pessoas *queers* também podem reforçar a heteronormatividade a partir da imposição de comportamentos específicos, como a desqualificação de gays afeminados e a valorização de uma posição ativa, que penetra e que opera simbolicamente como o masculino, hierarquizada acima do feminino, como aponta Maria Luiza Heilborn (1994). Uma série de comportamentos também contribuem para uma relação mais próxima de uma concepção heteronormativa da sexualidade, lidas por Rubin (2012) como formações ideológicas do pensamento sexual - como a negatividade sexual, que vê no sexo algo amedrontador, que não deve ser mencionado, falado e a valorização dos atos hierárquicos sexuais, que entende que o sexo correto é aquele que envolve, dentro do matrimônio e de preferência com fins reprodutivos, a penetração do pênis na vagina.

Conforme Salih (2015), em uma entrevista de 1993, Butler enfatiza que enquanto a performance supõe um sujeito preexistente, a performatividade contesta a própria noção de sujeito - no entanto, o seu exemplo da *drag queen* - que parodia, algumas vezes, subversivamente o feminino e que, assim, demonstra a artificialidade do gênero

(BUTLER, 2003) e dá a ideia de uma agência performática, o que faz com que o seu exemplo soe contraditório.

Ela também complementa que algumas performances apenas reforçam as normas sociais e funcionam como entretenimento heterossexual de luxo, como a de Dustin Hoffman em *Tootsie* (1982) e de Robin Williams em *Uma Babá Quase Perfeita* (1993). Em um prefácio da segunda edição de *Problemas de Gênero*, a autora esclarece algumas confusões, causadas em partes pelas suas colocações em torno desses conceitos, admitindo “[...] que seu relato sobre a performatividade é incompleto e que, algumas vezes, ela não distingue a performatividade linguística da performatividade teatral, que agora ela vê relacionadas” (SALIH, 2015, p. 100).

As regras de gênero são, portanto, performáticas e não passam de fenômenos repetidos para simular uma ideia de naturalidade. Mas, ao nos tornamos conscientes de algumas convenções sociais decorrentes dessa performatividade, que quase sempre são binárias ao nosso olhar, dada à força das imposições de poder históricas e culturais, podemos performar o sexo/gênero normativo em alguns níveis.

Assim, “[...] a estética e a estilística corporal são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros” (BENTO, 2016, p. 22). E quando esse fazer corresponde as convenções performativas do gênero, determinados corpos pesam mais que outros (BUTLER, 1999). Para Susana de Castro (2016), as outras sexualidades que não a masculina-heterossexual-monogâmica possuem um status moral menor nos mais variados contextos. Alguns

feminismos, quando abandonam o determinismo biológico (a genitália escreve o meu papel social), mas reiteram um fundacionalismo biológico (a genitália é meu sexo/gênero), reforçam esses quadros rígidos que possibilitam que determinadas vidas possam ser ceifadas, que pesem menos que outras – o que é sublinhado por Linda Nicholson (2000) e dialoga com a ideia de que: “O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta.” (BUTLER, 1999, p. 111).

“*Let’s do the time-warp again*” e voltarmos ao musical. Podemos imaginar que Brad, ao ser diagnosticado pelos médicos como um menino, a partir da sua genitália, gerou uma série de expectativas em sua família, que, para não fugir a nenhuma norma social que tenta se impor é composta por uma mãe e um pai, que esperam que o filho seja forte, másculo, goste de esportes, namore muitas garotas, encontre a perfeita e tenha filhos. E quem é a perfeita? Janet, que assim como o seu par, teve todas as expectativas pré-performatizadas a partir da sua genitália: ser delicada, não sentar de pernas abertas, estar pronta para ser uma boa esposa, o que ela já vai treinar desde cedo brincando com suas bonecas, depilar-se e por aí vai. Desde que nascem, os corpos já passam a serem disciplinados para agirem como aquilo que entendemos por menino e menina, seja a partir do consumo midiático, dos gestos, das expectativas sociais, da postura ao sentar, dos brinquedos, das pessoas com quem vão se relacionar.

Os dois crescem e o sexo/gênero que lhes foi imposto, assim

como a sexualidade heterossexual, faz com que eles atinjam um padrão que tenta, o máximo possível, se aproximar do ótimo; para isso, Brad, por exemplo, nunca ousaria ter prazer pelo seu ânus, mesmo que ele saiba que pode ser muito gostoso. Janet, que já teve vontade de transar com um colega loiro muito atraente no colegial, não o fez porque precisava ser uma menina pura e virgem. Os dois, com uma série de desejos reprimidos pelos poderes instaurados pela heterossexualidade compulsória e pela heteronormatividade, tornam-se noivos e, agora, mais do que antes, pesam ainda mais através da possibilidade matrimonial instaurada pela lei, que reitera diversas normas (FOUCAULT, 1999). Conhecem, no entanto, a materialização do *queer*, que irá perturbar toda essa artificialidade: Frank N. Furter.

Frank N. Furter não pode ser descrita em quadros binários: não é homem, não é mulher, ele simplesmente é. Para isso, a performatividade que age sobre o seu corpo vem de um outro contexto, o planeta Transexual, o que não impede que ele esteja atento as formas que, por intermedio dos poderes sociais, despertam mais desejo em solo americano, importam mais - não é à toa que ele constrói um homem heteronormativo para saciar os seus desejos: Rocky. Mas, ainda assim, ele não se contém somente com essa imposição, despertando o prazer em Janet, para quem se entregar ao sexo é ser suja, como demonstra a cena em que ela canta a música *Touch-A Touch-A Touch Me*; e Brad que, literalmente, abre as pernas para Frank.

Seja a partir de um modelo contrasexual, proposto por Paul Beatriz Preciado (2014), que vê o corpo inteiro como um espaço sexualiza-

do e capaz de despertar orgasmos, ou demonstrando que ter um pênis não significa ser exclusivamente masculino (COLLING, 2016), como impõe a heteronormatividade, a *Sweet Transvetite* rompe com a linearidade do sexo/gênero.

Uma performatividade *queer* vira “[...] do avesso a linguagem hegemônica apropriando-se de sua força performativa” (PRECIADO, 2014, p. 28). O escárnio e o deboche de Frank N. Furter, perceptível a partir das caras e bocas da personagem em relação à Janet e Brad, assim como a forma que ele constrói um corpo generificado para lhe dar prazer, Rocky, são subversivos e transviados - termo que Bento (2016) já pensou em propor para os estudos queer no Brasil - ,até mesmo para o planeta Transexual e, por isso, a personagem é assassinada - o fantasma da morte, que impera nas ficções que retratam as pessoas *queers*, atravessa toda a vivência daqueles que fogem aos padrões socialmente impostos.

Celebridades, morte e acontecimentos: agruras queers

Somewhere over the rainbow, skies are blue
And the dreams that you dare to dream
Really do come true

-Judy Garland, O Mágico de Oz³⁷

A cultura *pop* esteve articulada a um dos principais marcos do

³⁷ Link para a cena do filme: <https://www.youtube.com/watch?v=PSZxmZmBfnU>. Acesso em: 29.09. 2020

movimento LGBT moderno: a Rebelião de *Stonewall*, em 1969. As pessoas no período aproximavam-se muito mais de uma vivência *queer*, não reivindicando um padrão de vida heteronormativo, mas sim uma possibilidade de existir sendo diferente – o que, posteriormente, começa a mudar com a epidemia da AIDS (MARCONI, 2016)³⁸.

A criminalização da homossexualidade – as identidades travestis, transexuais e transgêneras na época eram colocadas dentro do “pacote gay” (MARCONI, 2015) – ainda imperava em muitos estados americanos, dando espaço gradualmente a patologização. Então, de criminosas a pecadoras e doentes, as pessoas transviadas não possuíam muitos espaços de sociabilidade e, quando possuíam, eram locais marginalizados e fora das normas sociais dominantes no período. O bar *Stonewall Inn*, propriedade do grupo de mafiosos *Cosa Nostra*, localizado no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, era um desses locais.

Judy Garland foi uma atriz estadunidense que estrelou um dos musicais mais cultuados de todos os tempos, *O Mágico de Oz*, de 1939. Ela interpretou a personagem principal, Dorothy Gale, que canta a música *Over the Rainbow*. Diversas pesquisas apontam para a forma como LGBT’s se identificavam com ela (CURRID, 2001; VALE, FERREIRA, 2015; BESSA, 2015), que é lida como uma das primeiras divas das pessoas LGBTs. Como celebridade, Garland possuía uma forte dimensão acontecimental, capaz de afetar o tecido social. Paula Guimarães Simões (2014, p. 215) coloca que não podemos pensar no poder de afe-

³⁸ Comentários tomados no curso Gênero, Sexualidade e Comunicação, da UFRGS, do qual participei em 2016.

tação célebre a partir dos dons que uma celebridade apresenta, mas que devemos olhar para a reverberação social desses talentos.

A diva possuía 17 anos quando interpretou Dorothy, uma menina do interior que além de ter como um de seus amigos um leão sem virilidade, em uma das cenas mais clássicas do filme canta sobre liberdade ao dizer que “*em algum lugar além do arco-íris, pássaros azuis voam. Pássaros voam por cima do arco-íris - Então por que eu não posso?*”. Não é difícil entender a identificação *queer* que emerge dessa música. Nos anos 1950 e 1960, Judy, como cantora, adotou um estilo menos binarista em relação ao gênero, usando cabelos curtos, terninhos, jaquetas e calças de toureiro. O nome dela também era usado em assinaturas no bar *Stonewall*, no caderno de presenças, como forma de ocultar a verdadeira identidade de quem o frequentava. Inclusive dizer que era “amigo de Dorothy” era um meio de falar que era LGBT na época.

Judy Garland morreu devido a uma overdose de comprimidos para dormir no dia 22 de junho de 1969, com 47 anos. Em seu funeral, no dia 28 do mesmo mês, alguns de seus fãs se reuniram em *Stonewall Inn* para homenagearem a sua diva (MATZNER, 2015). Antunes (2012) entende que a morte de celebridades pode implicar rituais midiáticos, assim como pode adquirir dimensões públicas. Dessa forma, o morrer se apresenta como possibilidade para a dimensão acontecimental, sendo a morte produtora de outros eventos a partir das potencialidades dos signos (LEAL, 2012).

Assim, cansadas das violências cometidas pelos policiais, recorrentes naquele espaço, afetadas por todo o contexto social, que incluía,

naquele momento, a morte de uma ídola, as *bichas*, *sapatões* e as trans resistiram e atacaram, o que é sustentado por Nathalia Duprat (2007) – embora isso não seja devidamente confirmado e existam controvérsias sobre esse acontecimento. Um ano depois, em comemoração à rebelião, em 28 de junho de primeiras marchas, naquela época, do orgulho gay – hoje LGBT ou LGBTQIA+ – aconteceram em São Francisco, Nova York, Los Angeles e Chicago. A morte de algumas celebridades, nesse sentido, ao ganharem tessitura acontecimental, também se singularizam e podem provocar afetações sociais.

Segundo Nina Biddle, Lisa Conte e Edwin Diamond (2016), Rock Hudson era um ator americano dentro dos padrões da masculinidade hegemônica: másculo, alto, voz grossa, um galã. Tendo interpretado filmes com Elizabeth Taylor e Doris Day, possuía relevante fama e visibilidade. Em julho de 1985, Hudson torna-se uma singularidade: é a primeira celebridade a anunciar publicamente que estava com HIV/AIDS. Em um hospital de Paris, recebeu uma medicação adequada, ainda não disponível na época nos Estados Unidos, e decidiu liberar um comunicado informando para a imprensa que estava com a doença. O diagnóstico de Hudson colocou a AIDS em foco e começou, em alguns níveis, a mudar alguns preconceitos. Ele foi, também, o primeiro astro de Hollywood a morrer por complicações da doença em outubro do mesmo ano.

A partir do seu poder de afetação social, ele potencializou a luta contra a doença, e fez com que outras celebridades, como a colega, Elizabeth Taylor, se mobilizassem midiaticamente e filantropicamente em

torno dos problemas decorrentes do vírus, sensibilizando sobre a prevenção e combatendo estigmas. As mortes das celebridades, em concordância com o trabalho de Karine Fernanda da Silva e Paula Guimarães Simões (2015), têm potencial de afetar os públicos, interferindo nas suas experiências cotidianas e se configurando como acontecimento.

Mortes como a de Freddie Mercury e de Cazuza ajudaram a sensibilizar uma maior parcela social sobre a forma como LGBT's foram estigmatizados, e tiveram alguma coisa positiva: a formação de grupos de solidariedade e ativismo entre LGBTs (LOURO, 2013), como o *Queer Nation*, cuja a ideia era a de que pessoas foram rejeitadas, humilhadas, consideradas abjetas, motivos de desprezo e nojo, geradoras do medo da contaminação e, que, a partir disso reagiria biopoliticamente como resistência ao momento instaurado pela AIDS.

As agruras *queer*, sejam pela morte de uma diva, pelo “holocausto LGBT” construído sobre a AIDS ou pelas mais diversas violências, ressignificam e potencializam a força para lutar contra experiências preconceituosas. E a música pop, muitas vezes, funciona como armadura colorida e purpurinada para essas lutas.

O queer como hino musical das diferenças

Vou pintar um arco-íris de energia
Pra deixar o mundo cheio de alegria
Se tá feio ou dividido
Vai ficar tão colorido
O que vale nessa vida é ser feliz
Xuxa- Arco-íris³⁹

Uma criança *queer*, que não atende aos pressupostos performativos da ordem hegemônica, é agredida em diversos níveis para tentar ser enquadrada na norma social vigente, seja pela escola, pela família ou pelas mídias – movimento no qual as brechas na hegemonia para novas leituras das produções midiáticas também começam a emergir: quando eu era criança, com mais ou menos cinco anos, e brincava de *Power Rangers*, não havia nenhuma performance masculina que se aproximasse do que eu esperava, então, em minhas brincadeiras com os “bonequinhos” da série - hoje chamados de colecionáveis - eu já criava novas narrativas na qual o ranger azul namorava o vermelho, minha primeira paixão platônica. Tudo em segredo, na solidão imaginária, pois desde a infância o tabu contra a homossexualidade faz-se presente em nossas vidas.

Conforme as “crianças viadas” – termo que ganhou popularidade nas redes digitais para designar crianças que performam o sexo/gênero fora das normas regulatórias – crescem, a música *pop*, assim como o

³⁹ Link para a música no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=oNB8gcBOvv0>
Acesso: 29. Set. 2021.

consumo midiático de filmes, desenhos e séries, passa a acompanhar uma performance que não se contenta com o “ser menino” ou “menina”, imposto pelos desdobramentos históricos. O cenário, muitas vezes, vai se tornando mais violento com o passar dos anos, mas as territorialidades imaginárias fortalecem o enfrentamento do ódio e conseguem libertar algumas borboletas presas em casulos heteronormativos. Eu, “que sempre fui fã de alguma coisa”, parafraseando a minha mãe, encontrei formas de me apropriar do que socialmente era visto como da ordem feminina: as coreografias de músicas da Xuxa, com minha prima aos domingos; os ensaios com uma banda de Rouge, que formei com as minhas vizinhas; escolher sempre as personagens femininas em games de luta; como Mortal Kombat; e, na adolescência, o interesse recorrente pelas divas da música *pop*.

Cornejo (2015) relata, a partir da sua avaliação do menino afeminado, uma série de atravessamentos que a criança sofre em uma sociedade heteronormativa: o choro e melancolia por não ser heterossexual - o que, na verdade, acontece por não ter os mesmos privilégios que a heterossexualidade tem; a dificuldade nas aulas de educação física; a patologização do corpo e das performances de gênero, da qual também fala Sedgwick (2007); o momento de amores impossíveis que decorrem da solidão, dor e angústia da invisibilidade das não-heterossexualidades; a culpabilização de ser diferente pela ausência do pai e superproteção da mãe; e, até mesmo, a invisibilidade nos estudos gays e lésbicos por alguns anos, que acreditavam em uma postura homem essencialista. Em meu repertório de “criança viada”, sempre vi na minha mãe uma

possibilidade de aceitação, embora ela sempre frisasse que não aceitaria um filho gay quando aparecia alguma notícia sobre LGBTs na televisão. A esperança, no entanto, veio do *pop*.

Glee, produzida pela Fox no ano de 2008, e lançada em 2009, funciona como exemplo das possibilidades pedagógicas e das rupturas sociais que podem emergir de uma produção com grande retorno econômico para a indústria cultural. A série-musical tinha (ela terminou em 2015) como foco um clube do coral da escola americana McKinley High, o New Directions. O diferencial? Voltada para adolescentes, abordava temas relacionadas a questões de gênero e sexualidade de uma maneira quase didática e quebrava diversos padrões de beleza instaurados por outras produções midiáticas, um papel que, ainda hoje, não só no Brasil, é tratado de forma lenta e preconceituosa através de políticas públicas.

Em meu primeiro artigo acadêmico (KOLINSKI MACHADO, HENN, GONZATTI, 2016), analisamos algumas potencialidades *queer* da série – materializadas anteriormente em minha própria vida. No final de 2009, minha mãe me chamou para assistir a uma série que eu poderia gostar: era transmitida pela Fox, com 12 episódios, e logo em seguida seria transmitida *Glee*.

Entre as protagonistas havia um adolescente gay, Kurt, interpretado por Chris Colfer, que passava por uma série de situações homofóbicas. Meu coração acelerava e as lágrimas corriam de emoção com a série e com as possibilidades desencadeadas por ela: minha mãe chorava e sorria, tão emocionada quanto eu, e se colocava sempre como uma

defensora de Kurt, que, pela primeira vez, representava ao meu olhar, sem a necessidade de brechas e ressignificações, o que eu era. E se ela foi capaz de amá-lo gay, por que não seria capaz de me amar assim?

A série teve seis temporadas, dois reality shows, uma turnê mundial, um filme para os cinemas em 3D e mais de 500 músicas gravadas, sendo produzida e pensada, desde o início, nos processos de convergência e espalhamento. Passei a frequentar, também, fandoms da série-musical nos quais pessoas LGBTQs, que se tornaram minhas amigas posteriormente, viam na série a mesma inspiração para encarar e debater os problemas em torno do sexo/gênero e sexualidade que eu. Nesses espaços, pude notar também como, em toda a sua complexidade, a música *pop* inaugurou muitos hinos de libertação para pessoas LGBTQs, que se identificavam não só com a série, mas também com cantoras como Lady Gaga, Madonna, Christina Aguilera, Beyoncé, entre outras. Pude apontar algumas concretudes dessa relação entre música *pop* e LGBTQs na minha dissertação de mestrado (GONZATTI, 2017).

Por uma fabulação queer do pop

Fãs sempre fabularam narrativas contrassexuais e não-heterossexuais para personagens canonicamente heteronormativos. Em Jornada nas Estrelas, por exemplo, foram muitas *fanzines* e *fanarts* que imaginavam romances e situações sexuais entre o capitão Kirk e Spock que ficaram famosas (JENKINS, 2015). O poder de imaginar, a partir de narrativas específicas, situações melhores para instituições e problemas

sociais, políticos e econômicos atravessa muito desses processos.

Henry Jenkins (2016) chama, assim, de imaginação cívica um conjunto de práticas que podem inspirar os participantes de um grupo a lutarem por mudanças sociais por meio do uso, por exemplo, de elementos da cultura *pop*. O autor Jack Halberstam propõe, na obra *A Arte Queer do Fracasso*, que saiu aqui no Brasil em Português em 2020, o conceito de gênero de filmes *pixarvolt*. Ele analisa como algumas animações da Pixar inspiram a rebeldia contra as lógicas normativas do corpo, da sexualidade e possibilitam romper com as lógicas violentas do capitalismo. É possível, então, articular a imaginação cívica e a leitura *queer* para localizar potências subversivas que podem ser reveladas em obras da cultura *pop*.

Luca, por exemplo, filme da Pixar lançado em 2021, pode ser vista como uma animação que pertence ao gênero *pixarvolt* e que se encaixa em uma leitura *queer*. O filme pode ser uma obra importante para ensinar sobre a transformação das diferenças em desigualdades que atravessa a vida de tantas pessoas LGBTQs. É justamente na monstruosidade da história que reside a principal referência sobre a infância LGBTQ. Luca e Alberto são monstros que precisam esconder aquilo que realmente são para viver em um agrupamento de humanos. Se eles revelam a sua identidade, podem ser caçados e perseguidos, pois os humanos temem aquilo que é diferente.

Trouxe aqui, portanto, algumas notas que propõem abordagens da cultura *pop* em uma perspectiva *queer*, que ressignificam a noção de ciência hegemônica e masculina, aquela que nega a subjetividade e a

afetação do pesquisador, e que também produz saberes a partir de sensibilidades transviadas.

REFERÊNCIAS

ALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Libanio, Bhuvi. Recife: Cepe, 2020.

ANTUNES, Elton. **Notícias depois da morte**: visibilidades e ausências no jornalismo. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo. **Jornalismo e Acontecimento: Diante da Morte** (orgs). Florianópolis: Insular, v. 3, 2012.

BENTO, Berenice. **Queer o quê?** Ativismos e estudos transviados. *Cult*, São Paulo: Editora Bregantini, nº 6, ano 19, janeiro 2016.

_____. **Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil**. *Cult*, São Paulo: Editora Bregantini, nº 202, ano 18, jun. 2015.

BESSA, Karla. **“Um teto por si mesma”**: multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-queer. *ArtCultura*, v. 17, n. 30, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In.: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 2003: Civilização Brasileira.

COLLING, Leandro. **O que perdemos com os preconceitos?** Cult, São Paulo: Editora Bregantini, nº 6, ano 19, janeiro 2016.

CORNEJO, Giancarlo. **A guerra declarada contra o menino afeminado.** In: MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CURRID, Brian. **Judy Garland’s American Drag.** Amerikastudien / American Studies. Vol. 46, No. 1, Queering America, 2001, pp. 123-133.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

DIAS, Sousa. **Lógica Do Acontecimento:** introdução à filosofia de Deleuze. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

DUPRAT, Nathalia. **Cinema gay e estudos culturais:** como esse babado é possível. III NECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia, maio de 2007.

FONSECA, Márcio Alves. **A época da norma.** Cult, São Paulo: Editora Bregantini, nº 5, ano 18, jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GONZATTI, Christian. **Bicha, a senhora é performática mesmo:** sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop. Dissertação de mestrado. PPGCCOM, Unisinos, 2017.

HENN, Ronaldo; VIERO MACHADO, Felipe. **O corpo como acontecimento semiótico**: construções do self, performances e outras semiósis. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 37, p. 215-226, set/dez. 2016.

JENKINS, Henry. **Invasores do texto**: fãs e cultura participativa. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2015.

_____. **Youth Voice, Media, and Political Engagement**: Introducing the Core Concepts. JENKINS, Henry; SHRESTHOVA, Sangita; GAMBER-THOMPSON, Liana; KLIGLER- VILENCHIK; Neta; ZIMMERMAN, Arely M. *By Any Media Necessary: The New Youth Activism*. New York University Press, New York, 2016.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia- estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOLINSKI MACHADO, Felipe Viero; HENN, Ronaldo; GONZATTI, Christian. **O que há além do beijo gay**: glee como um espaço de crítica a heteronormatividade. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio (Orgs.). *Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero*. 1ed. Rio Grande: Editora Realize, 2016, p. 1600-1616.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, Bruno Souza. **O realismo em tensão**: reflexões a partir da morte como acontecimento nas narrativas jornalísticas. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo. *Jornalismo e Acontecimento*:

Diante da Morte (orgs). Florianópolis: Insular, v. 3, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**- ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **Uma sequência de atos**. Cult, São Paulo: Editora Bregantini, nº 6, ano 19, janeiro 2016.

MARCONI, Dieison. **Documentário queer no sul do Brasil (2000 a 2014)**: narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT. Dissertação de mestrado: UFSM, 2015.

MATZNER, Andrew. **Stonewall Riots**. GLBTQ Archive, 2015.

MELO ROCHA, Rose de; GHEIRART, Ozzie. “**Esse close eu dei!**” A pop-lítica “orgunga” de Rico Dalasam. Revista Eco Pós, v 19, n.3, 2016. Disponível em <<https://goo.gl/4QPSfE>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. **Usos e limites da categoria gênero**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, 1998.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo**: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, Repositório Institucional da UFSC, 2012.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª ed, 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SEDGWICK, Eve. **How to Bring Your Kids up Gay**. In: WARNER, Michael. *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2007, p. 69-81.

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Malden: Blackwell, 1996.

SIMÕES, Paula Guimarães. **O poder de afetação das celebridades**. In: FRANÇA, Vera et al. (Orgs.). *Celebridades no século XXI: transformações no estatuto da fama*. Editora Sulina: Porto Alegre, 2014.

SOARES, Thiago. **Abordagens Teóricas para Estudos Sobre Cultura Pop**. Logos, v.2, n. 24, 2014.

SOUZA, Fábio Feltrin; BENETTI, Fernando José. **Abjeções ao sul: uma reflexão sobre os estudos queer no Brasil**. Desfazendo gênero, 2013.

WARNER, Michael (editor). **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1991.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**. Boston: Beacon, 1992.

CAPÍTULO 8

TRANSIÇÃO DO CORPO TRANS E RELAÇÕES DE PODER

Thiago Augusto Galeão de Azevedo

Trata-se de um estudo que tem como objeto a figura do corpo, mais especificamente a mudança do corpo, em situações que a mesma é considerada um requisito para a readequação de um *corpo biológico* à identidade de gênero do indivíduo. Diretamente, está-se tratando de procedimentos médicos para a alteração do corpo trans.

No contexto nacional, o assunto é fortemente regulamentado, principalmente por Portarias e Resoluções do Conselho Federal de Medicina e Ministério da Saúde, diante da instauração do chamado *Processo Transexualizador*, uma política pública de *saúde*, operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por intermédio da carteira de nome social, hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual.

Oficialmente, a mudança do corpo, neste contexto, é retratada como uma conquista de direitos do indivíduo identificado como transexual. Sustenta-se que a mesma representa a garantia do direito à saúde deste, assim como liberdade, identidade e dignidade. O presente artigo, entretanto, na contramão do que se geralmente sustenta sobre o tema, vem contribuir com reflexões e questionamentos de naturalizações que foram criadas e instaladas sobre a temática.

Questiona-se: em que medida a transição do corpo trans é derivada de uma realidade social de gênero construída por relações de poder sobre o corpo, gênero e sexo? Trata-se da pergunta-problema que se busca responder a partir do presente artigo. Indaga-se, também, a necessidade socialmente disseminada de alterar o corpo para ser homem ou mulher. Em que grau a alteração do corpo deriva de uma realidade construída sobre o gênero, que atravessa os corpos, sustentando-os como naturais?

Para tanto, o estudo foi estruturado em duas seções. Inicialmente, analisa-se a alteração do corpo trans e a sua interação com relações de poder, à luz de uma revisitação teórica sobre a criação do corpo, sexo e gênero por um complexo de poder.

Em seguida, realiza-se uma análise de conteúdo de escrituras trans, compartilhadas na obra *Nós, Trans: escrituras de resistência* (Grupo Transcritas Coletivas, 2017) sob a categoria *realidade social de gênero*. Busca-se, por meio da análise de depoimentos de pessoas trans, a possível identificação da formação de um aquário de realidade social sobre o gênero e a partir dele refletir o seu impacto na necessidade disseminada de alterar o corpo para fins de ser homem ou mulher.

Como objetivo geral, a presente pesquisa visa analisar a relação da transição corporal, como elemento de readequação, com uma realidade social de gênero possivelmente construída por relações de poder sobre o corpo, sexo e gênero.

Em níveis específicos, investigar o impacto dessas relações sobre a legitimação da alteração do corpo, como elemento propiciador de

uma readequação do *corpo biológico*, a uma identidade de gênero. Em um segundo momento, identificar possíveis construções de realidade de gênero em escrituras de pessoas trans, e a partir delas refletir sobre a sua relação para com a mudança do corpo.

Alteração do corpo e relações de poder: ratificação e incorporação de um complexo de poder

A partir de várias formas o indivíduo pode submeter o seu corpo a alterações corporais com fins de readequação. Inclusive tal alteração é institucionalizada pelo Estado brasileiro, como uma política pública de saúde, proporcionada pelo SUS, a partir do chamado *Processo Transsexualizador*, definido pelo Ministério da Saúde como um instrumento garantidor de um:

[...] atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. (Sítio Portal da Saúde, online, 2016).

O citado processo é integrado por três vieses, quais sejam: uso de nome social, hormonioterapia e cirurgia de readequação do corpo biológico à identidade de gênero e social, comumente conhecida como cirurgia de redesignação sexual.

Apesar da concretização da alteração do corpo, Berenice Bento (2006) sustenta que ainda assim o indivíduo está preso ao destino biológico. Explica-se. A própria nomenclatura oficial atribuída aos indi-

víduos carrega uma limitação quanto ao sujeito que se tornará após a realização dos procedimentos médicos.

Caso se esteja falando de um transexual masculino ou de uma transexual feminina, a própria nomenclatura já denuncia a negativa de atribuição de veracidade àquele sujeito. Trata-se de uma essencialização realizada pela própria experiência transexual, de que aquele indivíduo jamais será considerado um homem ou uma mulher de verdade pela sociedade que o recebe após os procedimentos *terapêuticos* [sic].

Este processo de alteração do corpo e de identificação com outro gênero é de extrema complexidade, e pode sofrer variações até mesmo sobre o número e quais procedimentos interventivos o indivíduo *deseja* ou *precisa* passar para se identificar, ou mesmo se vai se identificar em outro gênero, mesmo depois das alterações corporais.

Bento (2006), ainda sobre a temática, sustenta que há uma diversidade de interpretações e de sentidos para os conflitos existentes entre os corpos e a subjetividade na experiência transexual. Para o sujeito sustentar o pertencimento a um outro gênero é necessário um sentimento, que é marcado por inúmeras variações para existir, isso quando existir. Neste ponto, a autora relata, a partir de seu trabalho de campo, que para uns a transformação do corpo por meio de hormônios já é o bastante para lhes garantir o sentimento pertencimento a uma identidade, enquanto para outros não.

Trata-se de uma questão que não pode ser encarada em níveis de simplicidade e naturalização, como sustentado pelo discurso oficial de direito à saúde, conforme pode ser visto a partir da definição do Proces-

so Transexualizador pelo Ministério da Saúde, transcrito anteriormente. Afirma-se assim, que os procedimentos de alteração corporal produzem uma nova condição de gênero, e *podem* propiciar uma nova identidade de gênero.

A cirurgia de redesignação sexual, assim como a cirurgia de mastectomia, ou mesmo a hormonioterapia, entre outros instrumentos de alteração do corpo; são considerados como meios de propiciar a construção de uma condição feminina ou masculina ao indivíduo. Não se pode esquecer, entretanto, que o próprio conceito do que vem a ser uma condição masculina e feminina é construído, podendo-se destacar a sua relação com a figura da estética de gênero.

Sobre as marcas do corpo, Guacira Lopes Louro, em sua obra *Um Corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer* (2008), comenta que estes, por meio dos símbolos que os atravessam, são significados culturalmente, tornando-se marcas, ou não, de raça, de gênero e de classe, por exemplo.

Portanto, mudá-lo, no contexto aqui, é muito mais que uma questão restrita a genitália. A alteração do corpo representa uma alteração de marcas e de símbolos que ele carrega consigo, e que culturalmente possuem um valor. Os procedimentos interventivos citados produzem alterações de significado sobre o corpo, causando também uma alteração, consequencial, em sua marca de gênero, que seria fruto da interpretação e do significado cultural atribuído ao mesmo - mas que não necessariamente significa a construção de uma nova identidade de gênero.

Ressalta-se, entretanto, que para defender a produção de uma

nova condição de gênero pautada no significado atribuído a este corpo culturalmente, é necessário sustentar que este não existe anterior à cultura. Não há corpo que não seja objeto do discurso da cultura ou mesmo feito por ela. Ainda nas palavras de Louro (2008, p. 81), “Não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias.”.

Cultura esta que não está isenta de relações de poder. Ela pode, inclusive e muitas vezes, ser um vetor destas, uma vez que é um produto e, ao mesmo tempo, um instrumento condutor de poder, em semelhança com o que se discute sobre o *Direito* e a *norma*, no sentido de que o Direito é normalizado e, concomitantemente, normalizador. Eis o *Direito normalizado-normalizador*, termo utilizado por Márcio Alves da Fonseca (2002).

O gênero em uma perspectiva não essencializadora, no sentido de que não há nada de natural nos conceitos de mulher e de homem, é fruto de uma construção social e histórica, da cultura, assim como o corpo. Associado a este impacto da cultura no corpo, pode-se pensar em padrões corporais que são representantes do masculino e do feminino em uma sociedade ocidental. Há um padrão, uma lista de símbolos e de marcas corporificadas que denunciam uma condição feminina ou masculina. Mais especificamente, pode-se sustentar uma estética de gênero, que claramente está atravessada pela cultura, o que produz consequências na vida dos indivíduos, principalmente, nas do que não se amoldam aos padrões impostos (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA,

2015).

Sustenta-se que a realização de intervenções no corpo é capaz de tornar aqueles que não seguem um padrão estético cultural de gênero, mais adequado à estética do gênero *desejado* com a cirurgia, por exemplo. Trata-se de um conjunto de procedimentos complexos que é marcado por uma divisão de símbolos considerados culturalmente masculinos e femininos.

Inicialmente, deve-se partir do entendimento de que há uma ordem dicotomizada dos gêneros, entre o masculino e o feminino, sendo imperiosa a adequação do indivíduo a uma dessas duas possibilidades. No padrão da normalidade, fruto de relações de poder, não há uma terceira possibilidade, ou você se enquadra no padrão masculino ou feminino, ou você é anormal, alienígena (GALEÃO DE AZEVEDO, 2016).

Bento (2006), considerando essa ordem dicotômica de gênero, sustenta que o corpo é manipulável e operável, podendo ser alterado externamente para assumir uma posição estável na citada ordem. Logo, as alterações corporais aqui destacadas seriam instrumentos de estabilização a uma aparência de gênero legitimada socioculturalmente.

Alcançar um corpo esteticamente mais próximo ao considerado feminino ou masculino é de nítida relevância para a fixação de uma nova condição de gênero, em um campo imerso por relações de poder, como se esse fosse o caminho para vivenciar uma nova condição, em resposta a uma aparência de gênero construída com base no corpo que é sexuado, idealizado e interpretado a partir de uma perspectiva cultural, atravessada por uma lógica dicotômica de gênero.

Ressalta-se. A própria condição de gênero, nos termos retratados na presente pesquisa, é fruto de um complexo de poder, construída com base em relações heteronormativas, higienistas e dominadoras do corpo. Constrói-se padrões sobre o que é corporalmente masculino e feminino, reproduzindo-os de forma simbólica.

São inúmeros os elementos que compõem a estética de gênero, como vestimentas, formas de se comportar, símbolos corporais e até cores, que culturalmente são atribuídos ao que é masculino ou feminino. Conforme retratado por Bento, no excerto retrotranscrito, trata-se de interpretações sobre o corpo que permitem uma inserção no campo do feminino, no caso em questão, ou masculino. Tem-se, portanto, uma escala de *capital de gênero*, que permite, a partir da estética uma nova condição de gênero, construída culturalmente, que não se confunde com a concretização de uma identidade de gênero.

Estas estéticas de gênero, entretanto, não são homogêneas. Há inúmeras divergências sobre a forma considerada apropriada [*sic*] de um homem ou uma mulher se vestir, portar-se, comportar-se. Estas divergências tornam a experiência transexual complexa o bastante para não haver uma receita estanque e pronta no que concerne a alteração do corpo e o potencial de readequação do mesmo a uma identidade de gênero.

O gênero como um elemento fora de sua perspectiva essencialista não é percebido como fruto da natureza ou determinado pelo sexo. Diferentemente, sustenta-se como um fazer, sendo inclusive marcado por performances de gênero, citando-se a filósofa Judith Butler.

In this sense, matter is either part of the specular scenography of phallic inscription or that which cannot be rendered intelligible within its terms. The very formulation of matter takes place in the service of an organization and denial of sexual difference, so that we are confronted with an economy of sexual difference as that which defines, instrumentalizes, and allocates matter in its own service⁴⁰(BUTLER, 1993, p. 52).

O gênero como um elemento que precisa da prática para existir e que tem a sua constituição embasada na reiteração da ordem dicotômica do masculino e do feminino, de instrumentos que fixam e robustecem a citada ordem.

Entende-se a estética como um elemento que propicia a construção e a fixação de uma nova condição de gênero. As intervenções corporais, aqui analisadas, ao produzirem um movimento na estética do indivíduo, acabam por concretizar uma nova condição de gênero ao mesmo, em reflexo a cultura e sociedade ao qual o este está inserido, marcada por relações de poder. Todavia, sustentar que tais intervenções propiciarão uma nova identidade é problemático e leviano, tendo em vista a complexidade da temática.

Fala-se de normas de gênero. Os indivíduos considerados transexuais como elementos de uma negociação permanente com as normas fixadas pela ordem dicotômica de gênero. Sustenta-se, assim, que o indivíduo que se submete a elas dá passos na citada negociação, alcançan-

⁴⁰ “Neste sentido, a matéria é, bem, parte da cenografia especular da inscrição fálica, ou bem aquilo que não pode tornar-se inteligível dentro de seus próprios termos. A própria formulação da matéria está ao serviço de uma organização e da negação da diferença sexual, de tal modo que estamos perante uma economia da diferença sexual que define, instrui e coloca a matéria em seu próprio benefício.” (BUTLER, 1993, p. 52, tradução nossa).

do uma posição mais próxima, para alguns mais favorável, ao gênero almejado. Constrói-se uma condição feminina ou masculina, a partir da ratificação, da reiteração de padrões.

Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade ‘essencial’. Não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. (HARAWAY, 2009, p. 47, grifo nosso).

A transição corporal, portanto, atua como um dos instrumentos de indexação do indivíduo às relações de poder. Eis um instituto que atravessa os indivíduos, amoldando-os a uma lógica de poder moderna e complexa sobre o corpo, sexo e gênero. O indivíduo, conforme já ressaltado, assume uma nova condição de gênero, entretanto está adstrito, preso, às categorias de poder criadas, à realidade construída e incorporada no plano da possibilidade imaginária deste. O que se viabiliza como possível em sociedade é construído e reproduzido como normal e único, por meio de relações de poder.

A partir do apresentado no presente artigo, sustenta-se a mudança do corpo com os citados fins como um apetrecho de poder, higienizador destes. Produz-se na sociedade, de forma indistinta, a necessidade de mudança corporal para fins de identidade. Uma estratégia de poder inerente à configuração dos dispositivos modernos. Só faz sentido modifi-

cações, nestes contextos, a partir da naturalização das categorias construídas, considerando-se uma realidade artificial e reproduzida como natural.

Alterar o corpo, para o mesmo ser readequado a um gênero, apenas faz sentido em um *aquário de realidade* criado pelas próprias relações de poder, que utilizam a ideia de transição como um instrumento de controle de vidas. Essas mudanças se dão a partir da naturalização de que existe um corpo sexuado, um sexo biológico, uma “condição” naturalmente de menino e de menina, e que estas são as únicas possibilidades inteligíveis em sociedade.

Eis um fenômeno vinculado às normas de gênero produzidas e reproduzidas socialmente. Continua-se adstrito a uma estética de gênero, que pressupõe comportamentos, pensamentos, roupas e, sobretudo, um corpo específico, que é sexuado, com as curvas e genitálias naturalizadas como tais, de um gênero correspondente. Trata-se de uma reprodução de relações de poder e não uma subversão ao mesmo.

A transição corporal como uma arma do *dispositivo de sexualidade* (FOUCAULT, 1976) e de *transexualidade* (BENTO, 2008) um molde produzido, reproduzido e posto em prática. Precisa-se padronizar indivíduos, eliminar aqueles que fogem à linha de coerência, de continuidade. Não há espaço para incoerentes; para corpos incoerentes, que não possuem inteligibilidade na sociedade.

Para tanto, o complexo de poder não declara em seu discurso oficial, marcado por um empreendedorismo, as suas intenções para com a transição corporal. Oficialmente, trata-se de uma questão de sanar

problemas psicológicos eventualmente resultantes de uma incompatibilidade entre o corpo do indivíduo para com o seu gênero.

E o mais importante, trata-se de uma *escolha* dada ao cidadão e não uma obrigação [*sic*]. Há escolha quando a própria sociedade na qual o indivíduo está inserido escolhe por você? Há escolha, quando o próprio complexo de poder já a realizou anteriormente? Tem-se uma estética de escolha, porém vazia.

Reproduzir indistintamente a não obrigatoriedade da transição do corpo para fins de identidade de gênero possui um alto potencial de convencimento de que o Estado, eivado pelo complexo de poder citado, não está usurpando vidas, destruindo sonhos e limitando a experiência de cada um; pelo contrário, o Estado como o provedor do bem-estar social, garantindo o direito à saúde até mesmo aos indivíduos marginalizados. *Olhe como nós somos bondosos e eficientes, possibilitamos uma atenção integral a sua saúde* [*sic*], inclusive em níveis panópticos.

Considerando os apontamentos realizados nesta primeira seção, passa-se a concretizar uma análise de conteúdo a partir de escrituras de pessoas trans, compiladas na obra *Nós, Trans: escrituras de resistência* (Grupo Trans Coletivas, 2017), integrantes do Grupo Transcritas Coletivas; com o objetivo de investigar no discurso de pessoas trans a (in)existência da realidade de gênero produzida e denunciada na presente seção.

Análise de conteúdo de escritivências: realidade social de gênero construída

Trata-se de 47 pessoas que contribuíram para a concretização do projeto, publicizando as suas experiências, concretizando 57 textos, que não foram todos utilizados neste artigo, considerando a categoria criada e o conteúdo dos mesmos. Participantes de variados locais do país e com formações heterogêneas.

Para a concretização do referido, utilizou-se como base os ensinamentos de Martin W. Bauer e George Gaskell, mais especificamente a sua obra *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som* (2010). Paraphraseando os citados autores, a análise de conteúdo é um método de análise de texto que foi desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas, realizando uma espécie de ponte entre o formalismo estático e análise qualitativa de materiais.

Sobre a estruturação de uma *análise de conteúdo*, sua organização, identificou-se etapas a serem atingidas para a concretização da mesma. Inicialmente, deve-se proceder com as *considerações teóricas e textos*. É a teoria aplicada e o problema de pesquisa que são os responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto (BAUER; GASKELL, 2010).

Escolheu-se a obra *Nós, Trans: escritivências de resistência* (Grupo Trans Coletivas, 2017) diante do quadro de análise teórica próprio à mesma e da problemática de pesquisa, sob a perspectiva de que os textos apresentados na referida obra possuem um potencial informa-

tivo e problematizador de relevância para a pesquisa.

Justifica-se a referida escolha, também, pela importância de ratificar o protagonismo e visibilidade de uma obra que muito tem a representar e não só para os sujeitos sobre quem se fala no presente artigo. Trata-se de um livro, inteiramente, feito e pensado por pessoas trans. Da ilustração da capa à gerência da editora (*Litera Trans*).

Ademais, entende-se que é de fundamental importância reconhecer o lugar de voz daquele que já a possui, reconhecer a voz de quem se escreve sobre. Sendo assim, a forma considerada mais adequada no presente estudo para tanto foi a referida obra, sendo um bom exemplo de materialização de uma articulação entre sujeitos marginalizados em sociedade, que muito podem nos informar sobre as suas experiências.

Trata-se de um livro dotado de liberdade, sendo um compilado de relatos de pessoas trans, por meio de poemas, reflexões e histórias de vidas. Os autores do livro integram o chamado *Grupo Transcritas Coletivas*, que se intitula como uma comunidade que está disposta a tomar a gramática, criando uma *Trans-língua*, um conhecimento sobre as pessoas trans a partir das suas próprias vivências, que foram escritas e por isso escrevivências.

A categoria a ser destacada nos textos dos participantes é a *construção de realidades sobre o elemento gênero*. Identificou-se a sustentação e a reprodução de estereótipos de gênero, de comportamento e de gostos, construídos socialmente, que atravessam a história dos indivíduos, suas vivências, sua infância. Assim, passar-se-á à análise de conteúdo, considerando a citada categoria de análise.

Inicia-se com a participante 1 (optou-se por enumerar os participantes, preservando as suas identidades), quem é uma mulher trans, brasileira; artista; estudante de Teoria, Crítica e História da Arte na Universidade de Brasília. Tinha 21 anos quando participou da obra em análise. A participante 1 denuncia os estereótipos de gênero que marcaram sua vida.

[...] Salva ela, travesti, mulher de peito e pau
Você quer? você quer? você quer? você quer? você quer? você quer?
VOCÊ QUER
Lambe lambe lambe lambe lambe lambe lambe lambe
Mulher de peito e pau
Peito e pau, e a semente de melancia plantada deu melão
Daí me encontraram pra fazer uma propaganda publicitária onde só queriam colonizar Minha existência, nada Original; daí que me disseram: ‘Ei, você, aí, pra fazer parte da nossa propaganda publicitária você precisa fazer Sentido, e pra fazer sentido você precisa pintar suas unhas, ajeitar seu cabelo e perder uns kilinhos, volte mais Tarde’
Daí, pensei: ‘Quem precisa ser salva?’
Salve salve salve salve salve salve salve salve
Bata na sua cara antes que eu bata [...] (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 1, p. 48, grifo nosso).

No discurso da referida participante se pode identificar um primeiro ponto que denota a construção social de gênero, o que envolve, no caso, o corpo feminino, conforme já discutido. Identifica-se uma realidade construída a partir da qual para se fazer sentido é necessário seguir os estereótipos construídos para um gênero específico.

A participante 1, para fazer sentido, teria que ajeitar o cabelo,

pintar suas unhas e perder peso. Só assim faria sentido para uma sociedade que está embasada em performances de gênero. Há uma estética de gênero, que deve ser seguida para que socialmente aquele indivíduo seja inteligível, caso contrário não faz sentido, logo não possui o mínimo de reconhecimento. É um corpo marginalizado, anormal, sem vida, incoerente e que viola a lógica de poder heteronormativa, violadora do corpo trans, utilizando-o e o descartando [*sic*].

[...] Tudo que eu queria era esquecer a percepção do outro sobre a minha pessoa
Aquele outro, falso, que não te respeita me respeita quase nos matam
Mas não matam
Porque o que vocês nem desconfiam é a quantidade de macho que enfia o dedo no cu pra Poder sentir um Prazer esvaído, já que tua sociedade limita o imaginário de sexo
Homem de pau penetra mulher de vagina
Homem de pau penetra mulher de vagina
Risos risos risos risos risos risos
O ponto G do macho, incluindo aquele que me matou, o ápice do gozo do transfóbico, sem fins lucrativos, tá no Cu. Dentro do cu. Próstata. [...]. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 1, p. 49, grifo nosso).

Nas palavras da referida participante, percebe-se uma lógica social pautada em regras de heterossexualidade. Homem cis realiza sexo falocêntrico, com penetração, com Mulher cis. Uma ordem heteronormativa que projeta os corpos masculinos e femininos de forma natural, complementares. Ao mesmo tempo que viola o trans, utiliza-o para matar seus desejos *proibidos*, para eliminar aquele que não tem inteligibi-

lidade, que não faz sentido [*sic*].

O corpo da mulher seria atravessado pelo patriarcado, em sua constituição. O corpo como um produto da cultura, que o produz como frágil, debilitado, necessitante de um auxílio, do resguardo do masculino. O corpo como um elemento artificial, fruto de lutas econômicas, políticas, sexuais e intelectuais (GROSZ, 1994).

A coerência sexual exigida socialmente de uma mulher ou de um homem fica evidente, também, no texto da participante 2 (identificada como mulher trans, carioca, de São Gonçalo; estudante de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

É difícil se amar. É difícil se querer bem.
Coluna reta! Boca fechada! Pernas cruzadas! Senta igual homem! Essa maquiagem tá muito forte! Quer ser mulher? Mulheres não falam isso. Mulheres não escrevem isso. Mulheres não postam isso. E o silicone, tá juntando dinheiro? Mas não pode ser muito grande, vai parecer uma puta. E a buceta? Ah não! Mulher de pau não pode! Mulher tem que ter buceta, mulher é buceta! E os namorados? Mas como vocês se relacionam? Ah tá, ele é gay. Ué, mas você não é gay? Trans não é gay? Vamos falar a verdade, é tudo igual né. Pouca vergonha. Falta de respeito. Isso é falta de Deus. Falta de amor próprio. Doença. Eu não entendo direito como funciona esse negócio de nascer de um sexo, mas se perceber de outro. Me explica? Ah não, explica não. Agora tô sem tempo. Eu não entendo, mas respeito, isso que importa. Drama! E daí que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans? Morre gente todo dia. Todo tipo de gente. É muita vitimização. E quem garante que essas travestis não estavam fazendo algo errado? Prostituição? Quem quer trabalha. Você mesma trabalha, por que as outras não fazem igual? Transfobia?! Ah não, é muita palavra nova. Muito esquerdismo. Mimimi. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 2, p. 123, grifo nosso).

Eis uma sociedade cruel. Uma cultura da coerência, da estabilidade entre sexo, corpo, desejo e gênero; maligna. Membros da sociedade, atravessados por relações de poder, cobram dos outros requisitos para reconhecerem um indivíduo seja como mulher ou homem. É necessário ter um corpo correspondente. Silicone, pênis, vagina. É imprescindível que o indivíduo tenha um corpo coerente com o gênero que se diz se identificar, ainda que a própria sociedade não o reconheça assim posteriormente.

Uma realidade construída de *genitalização do sujeito*. “[..] Mulher é buceta!” (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 2, p. 123, grifo nosso). Uma realidade em que ser mulher é ter a genitália que foi vinculada à mesma. Um reducionismo de gênero à genitália. Consequentemente, redução do gênero ao corpo, ao sexo, ao corpo sexuado.

Neste contexto, faz-se presentes as formas de modificação do corpo, estas como ferramentas de enquadrá-lo a uma identidade de gênero, à luz de um discurso oficial; que possuem a função de torná-lo coerente perante uma ordem social que cobra estabilidade para fins de reconhecimento. Um reconhecimento questionável, tendo em vista uma realidade social que não reconhece pessoas trans como normais, independente das alterações corporais.

Por sua vez, destaca-se de forma complementar, tratando também da construção de realidades sobre o gênero, o texto do participante 3, homem trans, identificado como bissexual, tendo 19 anos na constituição da obra.

Com hormônio, posso mudar meu corpo, minhas características, minha voz; ninguém iria perceber depois de feito. Mas o que eu faria com meu jeito? Eu não sei falar alto, abrir as pernas, nem deixar de demonstrar afeto. Será que eu conseguiria ser um homem sem ser... um macho? Sem cuspir, sem silenciar, sem levantar a mão; eu poderia ser um homem assim? Existem homens assim, né? Os que são chamados de viadinhos, os nem-tão-homens. Por mim, tudo bem. A ‘macho-linidade’ é um clube difícil de ter acesso, e eu não quero passar perto. Por mais que esperem isso de mim, eu não preciso ser um macho. ‘Mas assim será mais difícil convencê-los’, dizem. Tô fodido! Então vou tentar, pois é isso que eu quero, e é assim que eu me enxergo e quero me construir. Eu já sou um homem, eles só não sabem disso, ainda. Eu já vou romper com o que eles escolheram para mim, não faz sentido eu me parir e viver novamente algo falso. Eu sou um homem de jeito mole, que chora, que ouve, que se importa. Gosto de acolher, em vez de intimidar. Sou um homem ao meu jeito, não abrirei mão de mim outra vez. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 3, p. 57, grifo nosso).

O compartilhamento do participante 3 possui uma correlação direta com a ideia de estética de gênero, de comportamentos, gestos e linguagens que seriam próprias do que seria masculino ou feminino. Novamente, a partir do seu discurso, identifica-se a construção de sentidos sobre o que vem a ser um homem e como isso é reproduzido socialmente, ao ponto que o referido participante usa a expressão “Tô fodido” justamente por não se enquadrar em uma estilística reprodutora de gestos que seriam próprios de um macho. Como se trata de um fato social, citando-se Durkheim, o mesmo é punido com uma espécie de sanção, por isso o medo de não ser reconhecido, uma vez que há um alto potencial de exclusão, marginalização social.

Nota-se uma preocupação em ser reconhecido como um homem, em alcançar inteligibilidade socialmente. Para o participante 3 é algo a ser conquistado a partir de uma conjuntura de elementos. Eis a utilização de hormônio, ao ponto que ninguém perceba a sua transição, acompanhado de uma mudança comportamental. Percebe-se, assim, no discurso do participante em questão uma naturalização sobre o gênero masculino, que estaria vinculado a uma construção de realidades sobre o que é ser homem em uma sociedade moderna ocidental, perpassando por um corpo específico e por uma performance de gênero correspondente.

As relações de poder dominantes, empreendedoras, são incorporadas no discurso do participante 3. Trata-se de uma incorporação da dominação pelo dominado, quando o mesmo passa a operacionalizar as categorias criadas pelo seu dominador (BOURDIEU, 1998). Incorporação esta que é retratada pelo participante 4, quem foi identificado como um homem trans, paulista; estudante de direito; descendente de índios e negros; e que no momento da publicação da obra tinha 21 anos.

Durante muito tempo, eu tive aversão a tudo que era feminino, eu tentava me distanciar o máximo possível de tudo que era feminino. Inclusive no começo da minha transição, eu sofria muito porque eu não sou ‘o machão’, eu só mudei isso quando eu conheci outros homens trans e mulheres feministas que mostraram que homem não é esse ser másculo, robótico e sem sentimentos. Eu finalmente me libertei quando eu descobri que era um homem trans e que existem vários tipos de homens, e por isso representatividade é tão importante. Se minha mãe soubesse o que era um homem trans, ela não teria me forçado a vestir vestidos quando eu era criança. Se eu soubesse o que era

um homem trans, talvez não tivesse tentado suicídio quando eu tinha 14 anos, e talvez eu não teria que tomar tantos remédios, não teria problemas pra dormir, ou pra socializar com as pessoas. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 4, p. 59, grifo nosso).

O participante 4 traz em seu discurso a identificação de um contexto de naturalização das relações de poder, momento quando o mesmo sofreu por não se enquadrar em modelo de performance atribuída ao gênero masculino, sofrimento este correlacionado com a citada incorporação da lógica dominante.

O referido ainda destaca os atos de sua mãe, quando de sua infância, em forçá-lo a utilizar roupas que correspondessem ao seu papel de menina em sociedade. Eis uma construção de realidades, que produz uma série de elementos que são atribuídos aos indivíduos, causando-lhes consequências, como uma tentativa de suicídio. Um poder cruel, que atravessa os corpos e as mentes dos indivíduos em sociedade, por meio de uma rede de instituições e instrumentos aliados que constroem e ensinam uma estética.

Desde a infância, somos ensinadas rigorosamente como uma mulher deve ser, aparentar e se comportar. Somos bombardeadas pela televisão, por revistas e pelo cinema de imagens de mulheres artificiais, de uma beleza ideal e intangível; se não por monstruosas dietas, maquiagem e penteados impecáveis, roupas e acessórios caros e, muitas vezes, apenas através de alguns recursos, como a edição digital. Impecáveis, roupas e acessórios caros e, muitas vezes, apenas através de alguns recursos, como a edição digital. Impor sobre nós um padrão tão inalcançável e, ainda assim, tão urgente de se alcançar, é essencialmente uma doutrinação da mulher – um recurso para mantê-la diligente e obediente. Jogamos um jogo programado para nos fazer perder.

Nesse jogo, travestis e mulheres trans tem uma desvantagem maior ainda. E não é à toa, já que transversalizamos a função mais primordial da mulher dentro da sociedade patriarcal – o sexo. Pelo bem do sistema sexista, somos marginalizadas, excluídas do meio acadêmico e empurradas para a prostituição. É do interesse desse sistema que a gente conviva com o estigma de não ser mulher o bastante, e, ainda assim, não ser digna de ocupar o espaço privilegiado de um homem. Não somos homens, e também não somos mulheres de verdade: somos ‘coisas’. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 5, p. 61-62, grifo nosso).

Conforme destacado pela participante 5 (identificada como ativista travesti, estudante de licenciatura em música na Universidade de Brasília – UNB – quem tinha 20 anos na data da publicação da obra em análise) no excerto retrotranscrito, desde a infância há uma rede de ensinamento rigoroso sobre a estética de gênero. Inúmeras instituições reproduzem a lógica de poder heteronormativa, permeada por interesses capitalistas.

Um jogo social de produção de estereótipos e de desejos, inalcançáveis, distantes da possibilidade e mais ainda da possibilidade de pessoas trans, conforme destaca a participante 5, uma vez que a configuração de poder não reconhece aqueles que fogem da lógica da normalidade. Produz-se indivíduos normais e aqueles que não seguem os padrões podem até ser pseudo acolhidos por um discurso oficial, mas são excluídos, marginalizados em seus direitos e em suas vivências.

Pessoas trans não estão isentas do jogo social, são atravessadas também pelos mesmos, incorporando lógicas dominantes, que fazem dos seus corpos tabuleiros manipuláveis de poder. Na realidade criada

pelas relações de poder, alinhado ao sustentado pela participante 5, há duas possibilidades, ser homem ou mulher. Neste contexto, mulheres trans, dentro da construção sociocultural, não são vistas como mulheres o bastante, porque não são consideradas naturais [*sic*], tampouco são homens. Assim, são coisas.

Eis uma cultura que produz, naturaliza e reproduz um modelo de homem, de mulher. Um modelo de corpo masculino ou feminino. Produz-se a transexualidade. Consequentemente, produz-se a necessidade de alterar o corpo para fins de ser. Produz-se os indivíduos transgêneros, e ao mesmo tempo que os produz, exclui-os. Trata-se de sujeitos que são anormais para uma estrutura de poder moderna ocidental, que naturaliza o corpo, sexo e gênero.

Dentre as instituições que colaboram para a reprodução de tais relações de poder, destaca-se a figura da escola, conforme se pôde observar no texto da participante 6 (residente da cidade de Recife, identificada na obra como uma mulher trans; negra; profissional do sexo; formada em Turismo).

Ela já era vista como anormal pela professora e diretora. Estas não entendiam sua identidade de gênero. Era uma pessoa diferente dos meninos, e nas brincadeiras no horário de intervalo era quando se começava a guerra, porque sempre queria ir para o espaço das meninas; queria brincar com as brincadeiras destas, tipo: pular corda, brincar de amarelinha, fazer comidinha para as bonecas, entre outras coisas. Ela se sentia realizada só de olhar as meninas brincando, e, de um jeito ou de outro, ela sempre conseguia entrar no meio delas, e era aí que começava a brigar e, logo mais, já estava na direção. Só porque foi brincar com as meninas! Não se via brincando com os meni-

nos de jogar bola, de carrinho de mão ou de luta. Odiava tudo ali. Todos os dias não eram diferentes, aliás se lembra que, às vezes, ficava cabisbaixa, chorando. Certa vez, a diretora da escola falou pra sua mainha que ela não era normal, que teria de levá-la ao psicólogo... aff... lembra-se disso como se fosse hoje. Mainha simplesmente ‘abalou’ com a cara da diretora, e foram para casa. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 6, p. 61-71, grifo nosso).

Trata-se de um complexo de poder invasivo, que atravessa corpos e objetos, necessitando de aliados, como a instituição *escola*, sem falar dos próprios dominados. No discurso da participante 6 fica, nitidamente, identificada a participação da escola na construção de realidades masculinas e femininas, e como reprodutora de espaços eminentemente de meninas e de meninos, reverberando a criação de objetos específicos a cada um deles.

E mais, como é uma lógica que atravessa pessoas, é compatível que a diretora da escola também reproduza a perspectiva dominante. É como Foucault (1976) sustenta, estabelece-se uma rede de vigilância sobre o corpo, desde a mais tenra infância, sendo exercida por meio de variadas instituições, na posição de pessoas que tenham algum tipo de relação hierárquica de poder para com o vigiado, como a diretora da escola, por exemplo.

A escola como um local reiteradamente citado como espaço de poder, de humilhação, de exclusão. Faz sentido que assim seja, tendo em vista os efeitos malignos na formação e na própria vida daquelas pessoas trans que sofrem violência neste espaço, como a evasão escolar e a marginalização social.

Trata-se de uma espécie de *violência do racismo institucional*, que integra a classificação de *Violência interpessoal*, neste caso, manifestada em espaços públicos durante o processo de sociabilidade constituído por alunos, professores e outros profissionais ocupantes do ambiente escolar. Uma violência que se repete na convivência, por meio de variados atos reprodutores de assédios, abusos e violações; conforme sustenta a socióloga e professora Lourdes Bandeira (2017).

A participante 7 (identificada na obra como mulher trans; ativista; profissional do sexo; caloura de Direito e com 27 anos à data da publicação) também desvela este campo de realidade nas escolas.

Comecei a vestir roupas de mulher escondida. Saí de casa com uma roupa, e, na esquina ou numa casa abandonada, eu trocava. E foi assim todos os dias. Comecei a notar que se havia bullying quando eu me comportava como homossexual, agora, como trans, ficou ainda pior. Era um absurdo para aquelas pessoas me verem vestida de mulher na escola. As pessoas achavam que era zoação, que era um gay vestido de mulher, e não era! Era a minha identidade. Até que as meninas da escola disseram que tinha um gay no banheiro, e elas não queriam que eu o usasse mais. O próprio pedagogo do colégio me chamou e disse para eu não usar mais o banheiro feminino. Então, eu não fui mais à escola. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 7, p. 81, grifo nosso).

No discurso da referida participante, também, identifica-se uma rede, uma articulação de indivíduos que exercem relações de poder para com a mesma. Trata-se tanto de pares, como de sujeitos que possuem uma hierarquia para com o excluído. O motivo? Todos compõem uma mesma sociedade, marcada por uma cultura do corpo estável e coerente, que é reproduzido a todos, por meio de um poder invasivo; irrefletido;

simbólico, que atravessa as consciências individuais ao ponto de que os indivíduos reproduzam tal exclusão, simplesmente, pelo discurso de naturalidade.

Eis uma perspectiva de construção de realidades, culturalmente, que é destacada também na fala da participante 8 (identificada com 24 anos à data da publicação, diarista, mulher transexual e militante), quem destaca a estabilidade do gênero para com o corpo e o sexo, denotando uma exclusão decorrente:

Desde que me conheço por gente, nunca vi pessoas trans terem o direito de se relacionarem afetivamente com outras pessoas cis. Isso acontece porque pessoas cis foram educadas e ensinadas a nos ver como escórias, aberrações, seres abjetos que têm supostamente um corpo errado, inválido, inadequado; portanto, não fica difícil entender o porquê de homens e mulheres trans serem preteridos/as por pessoas cis na hora de ter um relacionamento afetivo.

Pessoas cis aprendem, desde sempre, que homens nascem com pênis e testículos, e que mulheres nascem com útero, ovário, e vagina. Assim o que for diferente disso esteticamente ou anatomicamente se torna algo desprezível que não merece atenção nem sequer um bom dia. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 8, p. 85, grifo nosso).

Uma realidade construída e repassada a todos desde a infância, por isso as próprias crianças alunas da escola não estão isentas da dominação efetuada pelas relações de poder que criam e vinculam o gênero ao corpo sexuado. Tampouco os profissionais que naquele espaço trabalham, considerando o que Foucault (1976) intitula de *poder-saber*, no sentido de construção de campos de conhecimento, como a Pedagogia, o Direito e a Medicina; que reproduzem relações de poder. Àqueles que

não são coerentes, reserva-se a margem, a escória.

Nem mesmo aquele que se identifica em uma identidade trans está isento de poder. Em uma sociedade marcada por uma cultura do corpo estável, todos são atravessados por uma formação social pautada em valores como binarismo, machismo e transfobia. Sair deste ciclo é um desafio, diante da doçura do poder simbólico que é cravejado nos indivíduos componentes da sociedade.

No texto do participante 9 (identificado na obra como homem trans, 16 anos; negro; soteropolitano; militante LGBT e feminista interseccional) é possível identificar essa incorporação de dominação pelo dominado, como um sintoma de uma lógica de poder invasiva, empreendedora.

Vivenciar uma identidade trans é uma guerra com o mundo e, muitas vezes, consigo mesmo. Todos nós passamos por uma criação, uma formação social que é binarista, cisheteronormativa, sexista, machista, transfóbica, e muitos outros ‘istas’ e ‘fóbicas’ por aí, e um dos ensinamentos básicos da nossa criação é: homens têm pênis, sempre e mulheres têm vagina, sempre. Então, todos nós, trans ou cis, temos nosso gênero determinado no nascimento por conta do genital que carregamos, sem que sequer tenhamos conhecimento do que significa ‘genital’ ou ‘gênero’. Assim nós crescemos e, na maioria das vezes, essa fórmula ‘dá certo’ e a pessoa se identifica com aquele gênero que decidiram que era o dela, mas, algumas vezes, essa fórmula nos mostra o quanto ela é falha e preconceituosa, e essas vezes são quando as pessoas simplesmente crescem e não se identificam com aquele gênero que lhes impuseram no nascimento por conta do seu genital, e aí começa todo o problema. [...] Você é deslegitimado em casa, na escola, entre amigos, na universidade e etc. As pessoas tentam (e algumas vezes conseguem) te fazer acreditar que você é uma pessoa louca, dizem

que você nunca será um homem ou uma mulher de verdade, e reduzem você a um genital ambulante. Além de que você tem que passar a vida provando a médicos cisgêneros que tem o poder de falar por si mesmo, sobre a sua identidade de gênero, que você é ‘trans de verdade’. Enfim, é uma série de processos e violências que vem de um só lugar: da nossa incapacidade de respeitar o outro como esse outro quer ser respeitado. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 9, p. 139-140, grifo nosso).

Socialmente, é repassada a informação de que gênero é sexo, ideia essa que é naturalizada de forma indistinta em sociedade. O gênero é determinado no nascimento do indivíduo, ou melhor antes mesmo dele nascer. Aquilo que foge a isso é considerado estranho, anormal. Lógica esta que afeta, também, a figura dos pais ou quem cria uma criança. Sustenta-se projetos de vida, estéticas, comportamentos, esportes, cortes de cabelo; considerando o sexo do indivíduo, nesta perspectiva, o gênero do mesmo.

Nas palavras do participante 10 (identificado como homem trans, brasileiro; 30 anos; estudante de artes plásticas pela Universidade de Brasília – UNB – e militante) fica evidente as projeções de sua mãe sobre a sua vida.

Olha que vestido lindo, filha!
Veja, ela dança balé
Meu sonho é ver você vestida de noiva, que orgulho! Seus cabelos? São lindos. Cortar? Bobagem
E os namorados, filha? Quero tanto que você encontre um bom homem
Você é minha bonequinha Te amo!
[...]
Quero poder te abraçar e dizer:

- Mãe, é lindo o vestido, para a senhora!
- Balé? Posso até dançar, mas prefiro futebol ou vôlei
- Meu sonho? É você sorrindo no meu casamento e dizendo:
'Filho! Eu te amo e tenho orgulho de você'
Meus cabelos? São eras venenosas, incomodam,
No quarto, prendo no boné, somente para ter a sensação do
cabelo
curto
Mãe! Quero ser o bom homem para alguém, ser pai, marido,
filho
Não sou sua bonequinha, mãe
Sou seu soldado quebrado
Perdedor da batalha que nem travei,
Perdedor, mãe, porque seu amor nunca foi meu! Porque você
nunca me conheceu
E agora, mãe, o que faço? (Grupo Trans Coletivas, 2017, Par-
ticipante 10, p. 87-88, grifo nosso).

Trata-se de um texto atravessado, diretamente, pela reprodução de estereótipos de gênero. Em uma primeira análise se poderia destacar tão somente as projeções da mãe do referido participante sobre o mesmo, de modo que naturaliza esportes, cortes de cabelo, cobranças afetivas em uma perspectiva patriarcal. Entretanto, o mais interessante é perceber como este complexo de poder que se desvela na presente seção é um poder silencioso, doce, que se incorpora ao dominado.

Na fala do participante em análise é possível identificar, também, uma naturalização de papéis de gênero, de uma estética de gênero, sobretudo. Naturaliza-se esportes masculinos em detrimento do balé, que é essencialmente vinculado ao feminino em sociedade. Naturaliza-se o uso de acessórios como o de boné, para fins de ter um cabelo curto, socialmente vinculado ao masculino. Naturaliza-se o casamento, o pa-

pel de bom marido, e a figura da força do homem, quando se fala em soldado.

Uma lógica de poder envolvente, que domina os corpos dos indivíduos, introjetando-se aos mesmos, ao ponto em que o indivíduo denuncia estereótipos criados para ele, pela sociedade e reproduzidos por sua mãe, porém, em detrimento de um poder empreendedor, acaba por afirmar e reproduzir outros estereótipos sobre si.

Uma incorporação de elementos de construção de gênero que também é identificada na fala da participante 11 (identificada como mulher trans, brasileira; estudante de psicologia e militante; 37 anos).

Bom, o começo é bem clichê, já que eu também me percebia como uma criança diferente das demais. Mas o clichê meio que parou por aí. Eu não gostava de bonecas, sempre gostei de carrinhos, bicicletas e videogames, tanto que tenho os três até hoje! E dois de cada, ainda por cima! Duas bikes, dois carros e dois videogames! Mas desde que eu me entendo por gente, eu nunca me vi como menino, no sentido estrito da palavra. Eu tinha um desejo forte de compartilhar a aparente fragilidade das meninas. Eu me lembro de me frustrar por não ser uma na época, então ficava tentando elencar vantagens de ser menino, já que era o que restava pra mim. E isso se estendeu por tempo demais.

A minha primeira lembrança foi de um êxtase inexplicável que eu tive lá pelos meus 4 anos de idade, quando, não sei como, eu encontrei uma calcinha amarelinha com um desenho atrás. Interessante que eu me lembro de ter experimentado essa calcinha. Era uma sensação maravilhosa. E olha que eu tinha 4 anos, hein! E já nessa época eu sabia que era 'errado' fazer isso. Eu me lembro de estar sozinha e escondida. Me lembro também de ter escondido a calcinha depois de ter usado. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 11, p. 115, grifo nosso).

Criou-se apetrechos de socialização de meninos e meninas em sociedade, marcados por uma base natural e heterossexual. A partir dessa ideia, a fala da participante 11 reproduz uma concepção naturalizadora de realidades. A negativa de gostar de bonecas e sim de carrinhos, bicicletas e videogames, é vazia. Tais brinquedos são tão somente instrumentos de uma dominação, que produz e controla corpos, seus comportamentos e desejos.

Auto afirmar-se como quem gosta de brinquedos considerados masculinos é incorporar uma perspectiva de poder exercida sobre a própria vítima. É estar preso ainda na redoma de poder, no *Habitus*, que condiciona ações, comportamentos e sentimentos (BOURDIEU, 1998). O que fica mais nítido ainda na fala da participante 11 quando esta afirma uma aparente fragilidade própria ao feminino e o uso de uma calcinha como algo errado. Errado para uma sociedade cruel, que marca os corpos dos indivíduos com seus interesses empreendedores e castadores, que limitam as experiências de vida, introjetando a figura da culpa na mente dos indivíduos desde muito cedo. Culpa por fazer algo supostamente errado, à luz de uma força externa que não se consegue explicar, mas que se aceita e se essencializa.

Essa incorporação de relações de poder também pode ser observada no texto do participante 12 (reconhecido como homem trans, 21 anos; brasileiro; produtor de eventos e fotógrafo; militante), quando o mesmo compartilha a sua estranheza para com o seu corpo ainda quando criança.

Ainda me lembro bem como se fosse hoje, quando aquele garotinho de apenas sete anos olhava seu reflexo no espelho e percebia seu corpo exatamente com traços de um corpo oposto. Aquele corpo biologicamente feminino não se encaixava com o que, de fato, ele via naquele reflexo. Era confuso, e isso trouxe dúvidas à tona, trouxe perguntas pelas quais ele teria que ir em busca de respostas sabe-se lá onde, mas ele continuou observando ele mesmo dia após dia. Então, aquele mesmo garotinho foi crescendo e, a cada dia e ano que se passava, ele ainda estava em busca da caça ao tesouro: as tão sonhadas respostas para as suas muitas perguntas. Eu contei para meus pais, assim que tive essa percepção sobre minha imagem no espelho. Mas eles não entenderam, achavam que era apenas coisa de criança e passaram a ignorar, além de me obrigar, cada vez mais, a adentrar em um certo ‘padrão’, aquele da princesinha de vestidos e laços na cabeça. (Grupo Trans Coletivas, 2017, Participante 12, p. 164, grifo nosso).

O depoimento do referido é interessante para a reflexão sobre a naturalização do corpo, da existência de um corpo sexuado. Eis mais uma evidência da incorporação de dominação pelo dominado. Para que um indivíduo se perceba como detentor de um corpo com traços de um corpo oposto é necessária uma base, um referencial para analisar o que seria o corpo oposto. Logo em seguida, o participante 12 desvela qual seria este embasamento, a ideia de corpo biologicamente definido. Percebe-se, portanto, um depoimento reprodutor de relações de poder, uma naturalização de um corpo biológico sendo utilizado como base para justificar o estranhamento para com o mesmo.

Trata-se de uma temática complexa, ao ponto que é possível sustentar que o referido estranhamento passa a existir a partir da existência de modelos de corpos, a partir da existência da categoria corpo mascu-

lino, corpo feminino, em suma, corpos sexuados. O estranhamento em relação ao corpo feminino estaria embasado na própria criação de um corpo, que carrega uma série de elementos consigo, dentre eles uma estética de gênero, o que inclui o uso de vestidos de *princesinha* e *laços na cabeça*, para seguir os exemplos dados pelo participante em análise. A pergunta que fica é: se não houvesse essa concepção de corpo biologicamente feminino o referido estranhamento se faria presente? E a mudança corporal com fins de ser se apresentaria como necessária?

Ratifica-se, por meio dos compartilhamentos apresentados, o que já foi discutido ao longo do presente artigo, no que concerne a uma lógica de poder empreendedora, que cria realidades. Nos depoimentos dos participantes se pode observar uma realidade sociocultural construída sobre as bases das relações de poder. Trata-se de uma lógica que genitaliza indivíduos.

Percebe-se uma construção social, reproduzida sócio culturalmente, que atrela o gênero de cada indivíduo a uma naturalidade correlacionada ao seu corpo. O indivíduo já nasce com o seu gênero definido, para não falar que o mesmo já é definido antes mesmo de nascer. Pauta-se a inteligibilidade humana nesta lógica, ao ponto que apenas corpos coerentes possuem vida, são analisadas como normais. E mais, corpos coerentes naturais.

Produz-se uma realidade cruel que marca e divide os indivíduos entre normais e anormais. Entre coerentes e incoerentes. Entre o centro e a margem. O que causa os mais variados efeitos na vida dos indivíduos, diante de uma lógica de poder exercida em níveis simbólicos,

invisíveis, dominando corpos e objetos. Introjetando-se, até mesmo, na consciência individual do dominado, que passa a utilizar as categorias, valores e apetrechos do dominador.

Identifica-se, assim, relações de poder que são responsáveis pela naturalização de um corpo atravessado por um sexo e gênero natural. Um corpo específico de homem e de mulher, que seria determinado pela natureza. Tais preceitos são difundidos pela cultura, esta como um instrumento de poder ao criar uma realidade social de gênero, fazendo com que tais noções sejam naturalizadas em sociedade e legitimando a ideia que para ser homem e mulher é necessário ter um corpo que corresponda e que seja coerente. Assim, baseada em relações de poder, a cultura legitima a mudança do corpo para fins de readequação de uma base biológica a uma identidade de gênero.

O presente estudo está situado na contramão do discurso oficial sobre a mudança corporal, sedimentado em valores como desnaturalização e reflexão. Com este, almeja-se contribuir para a desconstrução de truísmos sobre a temática, que são produtos, também, de relações de poder, que a partir do seu potencial de docilidade convencem os dominados, fazendo-os aderir à sua própria dominação.

De forma reproduzida, é socialmente sustentada a legitimidade da alteração do corpo como um elemento de fundamental importância para fins de readequação a uma identidade de gênero, reconhecido inclusive como um avanço no que concerne à garantia de direitos. Conforme anunciado na introdução, o presente artigo sobressalta uma perspectiva distinta da sustentada por um discurso oficial, a de que a mudança

corporal tem uma íntima relação com uma realidade social de gênero artificial, construída por relações de poder.

Em um primeiro momento, analisa-se a relação entre mudança corpórea com o poder e a cultura. Defende-se que não há corpos anteriores à cultura, esta como um fenômeno que o produz, o conceito que conhecemos, marcado por um sexo e gênero naturalizados, o corpo sexuado. Assim, este é um elemento produzido culturalmente.

Entretanto, importante lembrar que a cultura não está isenta de relações de poder, pelo contrário, ela funciona, neste caso, como uma ferramenta destas, tendo um papel determinante no convencimento social, em termos de elementos a serem naturalizados, mais especificamente, uma estética de gênero essencializada.

Sexo e gênero como elementos artificiais, produzidos por relações modernas de poder. Conseqüentemente, o corpo também como um produto, é um elemento artificial. Produz-se o sexo por meio do dispositivo de sexualidade. Atravessa-se o corpo por meio do sexo e gênero, construindo-se um corpo sexuado. Em outras palavras, por meio da cultura, naturaliza-se a ideia de corpo masculino e feminino.

É neste contexto, de corpos sexuados naturalizados, que está situada a discussão de alterar o corpo com fins de ser. Percebe-se que só há sentido em alterá-lo para fins de readequação a uma identidade de gênero se for levado em consideração padrões corporais masculinos e femininos. A mudança é, portanto, um fenômeno preso a um aquário de realidade, marcado pela naturalização do sexo, gênero e corpo sexuado.

Visando analisar essa construção de uma realidade social de gê-

nero, em um segundo momento, realizou-se uma análise de conteúdo de depoimentos de pessoas trans, chamados de escrivências, utilizando-se como categoria de análise a realidade social de gênero. Por meio do discurso dos participantes é possível identificar a construção de uma estética de gênero reproduzida socialmente.

Identifica-se um aquário de realidade construído, artificial, reproduzido em sociedade. São cores, comportamentos, roupas e brinquedos, entre outros, que compõem uma estética do que é ser homem ou mulher em sociedade. A mudança do corpo, com fins de readequação, é muito mais que a mudança de genitálias, trata-se da alteração de marcas em uma superfície construída a partir de modelos, padrões, frutos de relações de poder.

Assim, identifica-se a legitimidade da mudança do corpo com fins de ser derivada de uma realidade social de gênero construída e reproduzida sobre relações de poder sobre o sexo, gênero e corpo. Ao ponto de se questionar: se não houvesse padrões corporais, um corpo conhecido como o modelo masculino e outro como modelo feminino, faria sentido alterá-lo, para fins de ser?

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil**. Revista Gênero, v. 17, n. 2, 2017.

BAUER, M.W; GASKEL, G. (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. 8 ed. Petropolis: Vozes, 2010.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** 1 ed. Brasília: brasiliense, 2008.

_____. **Reinvenção do Corpo:** Sexualidade e gênero na experiência transexual. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine.** Paris: Seuil 1998. Collection liber, dirigée par Pierre Bourdieu.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter:** on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault E o Direito.** Max Limonad. 2002.

FOUCAULT, M. **Histoire de La Sexualite I :** la volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.

GALEÃO DE AZEVEDO, Thiago Augusto. **Direitos para alienígenas sexuais:** um estudo sobre a lógica de poder e a verdade produzida sobre a sexualidade no campo jurídico. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris. 2016.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies:** Toward a corporeal feminism (Theories of representation and difference). Bloomington: Indiana University Press, 1994.

GRUPO TRANS COLETIVAS. **Nós, trans:** escrevivências de resistência. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue**: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. Tadeu, T.(Org.) Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. P. 33-118.

KÜCHEMANN, Berlindes. A.; BANDEIRA, Lourdes Maria.; ALMEIDA, Tânia Mara C. **A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade**. Revista do CEAM, v. 3, n. 1, p. 63-81, 14 abr. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 1 ed. Belo Horizonte: autentica, 2008.

SÍTIO PORTAL DA SAÚDE. Processo Transexualizador no SUS. 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>. Acesso em: 24 de setembro de 2017.

CAPÍTULO 9

DE TRANSFORMISTAS A DRAG QUEENS: PENSAMENTOS DECOLONIAIS SOBRE A ARTE DRAG NO BRASIL

Ayrton Senna Seraphim do Amaral

Andréa Ferraz Fernandez

Propomos no presente capítulo pensar o ser e estar drag queen através das lentes da decolonialidade. Mais do que uma metodologia e uma corrente de pensamento acadêmica os debates sobre colonização, colonialidade, de(s)colonização e decolonialidade são modos de ver e interpretar o mundo ao nosso redor.

Em conformidade com Reis e Andrade (2018, p. 6), “o projeto da decolonialidade não é fundado no discurso acadêmico, tampouco trata de uma inovação intelectual, mas faz emergir conhecimentos que sempre existiram e que não encontravam espaço de apreciação, invisibilizados pelos saberes acadêmicos eurocentrados”.

Observando a cena brasileira das drag queens em busca de elementos característicos da(s) cultura(s) brasileiras, surgiu a necessidade de assimilar os conceitos dos estudos decoloniais para valorizar o prisma nacional desse tipo de arte em detrimento ao boom e dominação das estéticas colonizadores sobre a montagem drag. Esse movimento se deve a nossa busca por contrariar o fluxo procedente da cultura que foi

implementada pelo colonizador com maior amplitude e lugar de poder que tornou as culturas locais já existentes subalternas e subjugadas.

Os estudos decoloniais são plurais e heterogêneos. Não há um consenso do uso dos termos decolonial/descolonial, os dois modos trabalham com a busca pela diluição estrutural da exploração e dominação sofrida pelos colonizados, conforme aponta Quintero et al, 2019. No entanto, há justificativas elaboradas para a utilização de um termo ou de outro:

O vocábulo “decolonial” é utilizado no lugar de “descolonial” em virtude da indicação de Walter Mignolo “para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos (ROSEVICS, 2017, p. 191 apud REIS; ANDRADE, 2018, p. 3).

Desse modo, aponta-se também a existência do conceito pós-colonial dentro dessa perspectiva de pensamento crítico. Porém, utilizamos mais aplicadamente na América Latina o termo decolonial, em acordo com o pensamento de Mignolo, e também para a demarcação territorial de diferença em relação às peculiaridades e aos debates das necessidades e lutas próprias dos continentes africano e asiático.

O conceito decolonial visa quebrar a tradição solidificada da passagem de pensamentos oriundos de tradições eurocentradas de geração para geração e inserir aqueles saberes que foram apagados e silenciados como o dos povos originários da terra, os indígenas e os negros, que foram trazidos à força durante a época da escravidão. O pensamento decolonial não deseja somente retirar a presença europeia enraizada em

nossos comportamentos, ele visa a valorização do conhecimento dos colonizados destruídos violentamente durante o colonialismo pelos colonizadores. A decolonialidade reconhece esses saberes e conhecimentos como epistemologias legítimas ao se voltar para a libertação dos povos subalternizados (REIS; ANDRADE, 2018).

Esse processo ocorre pelo fato de o discurso colonial ter se infiltrado em nossas terras e ter classificado para adiante os colonizadores como “(...)inferiores, degenerados, [e] selvagens para justificar a conquista e a dominação.” (CARBONIERI, 2016, p. 291). Essa subalternização e distorção se dá por meio do controle das subjetividades dos sujeitos, que tem introjetados socialmente e culturalmente os ideais do eurocentrismo e ocidentalismo como único caminho possível de produção de conhecimento na modernidade (QUINTERO et al, 2019).

A interdisciplinaridade surge, aqui nesse momento, como uma ferramenta de unir cultura, política e economia a fim de ressignificar o que está posto pelo colonizador e trazer de volta os saberes apagados durante a história de dominação europeia, pois estivemos imersos em um longo processo de mímica colonial, que segundo Carbonieri (2016), se trata da imitação e repetição de comportamentos ocidentais por parte dos colonizados. Essa mímica não é planejada, ela está oculta em nossos formatos educacionais, estruturas familiares, em nossos pensamentos e desejos etc. Isso foi moldado pelos colonizadores para que assim eles pudessem nos tornar aceitáveis diante dos padrões deles.

Em busca de um corpo drag queen que se aproxima do pensamento decolonial, no sentido de reconhecer e valorizar a cultura local

com seus elementos em detrimento à estética massificada e higienizada do colonizador, nos debruçamos sobre o conceito de colonialidade de gênero para compreender o modo que se dá a construção imposta do gênero feminino do colonizador para o colonizado.

María Lugones aponta que os materiais produzidos em torno da discussão do decolonial são estruturados em bases eurocêntricas e heteronormativas e critica Aníbal Quijano por sua concepção biológica a respeito do gênero. A partir disso, Lugones fundou a colonialidade de gênero a fim de discutir questões relacionadas com a colonialidade, modernidade, eurocentrismo e interseccionalidade entre gênero e raça. A autora aponta que o gênero é relacional e, por isso, não está livre da dominação dos colonizadores. Para Lugones (2014, p. 942), “(...) o gênero é uma imposição colonial”.

Quando pesquisadores das ciências sociais pesquisam sociedades colonizadas, conforme Lugones (2014), eles buscam pela construção de gênero através do sexo e atividades realizadas por cada um. Ao estabelecer essa errônea ligação a autora aponta como isso desaponta o feminismo e apaga as marcas da pluralidade de gêneros pontos do não-humano são reiterados na perspectiva decolonial. Da perspectiva colonial os povos nativos, indígenas, e africanos escravizados não eram vistos como homens e mulheres, mas como animais selvagens incontroláveis. Dessa perspectiva “(...) pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por-não-mulheres.” (LUGONES, 2014, p. 937).

Gonçalves e Ribeiro (2018), apontam que Lugones discute também sobre o período antecedente à chegada dos colonizadores nas américas. Nessa época existiam diversificadas posições de gênero não-hierarquizadas e binárias como carregamos hoje em nossa sociedade após a introjeção desse ideal moral pelos colonizadores, que assumiram estrutura social patriarcal e realizando o apagamento de outros modelos tribais que tinham estruturas matriarcais, por exemplo. Essa colonialidade do gênero segue opressivamente presente em nossas construções normativas de subjetividade e estruturas sociais (LUGONES, 2014).

Desse modo, devemos combater a colonialidade e não mais a colonização. De acordo com Lugones (2014), não é a colonização e sim a colonialidade de gênero que nos acompanha ainda hoje. Essas reflexões nos permitem aprofundar a análise social para além de oprimidos como uma categoria única e generalizada, como se os colonizados tivessem uma história unificada somente. Assim podemos perceber as peculiaridades e dificuldades de cada vivência e experiência que habita entre nós, os diversos colonizados. E a essa análise da opressão plural, que envolve as intersecções relacionais entre gênero e raça, que María Lugones conceitua como colonialidade de gênero. Para isso, a autora aponta a necessidade de um feminismo descolonial para superar a colonialidade de gênero.

A importância desse movimento feminista descolonial se dá porque, para Curiel (2009, p. 3),

La descolonización (...) se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades,

nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de “cimarronaje” intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas. Se trata del cuestionamiento del sujeto único, al eurocentrismo, al occidentalismo, a la colonialidad del poder, al tiempo que reconoce propuestas como la hibridación, la polisemia, el pensamiento otro, subalterno y fronterizo.

Esse pensamento de Lugones e Curiel se encontram na busca de uma resistência epistêmica decolonial pensando as categorias sociais interseccionadas em crítica aos homens autores do giro decolonial que trabalharam com histórias únicas em suas teorias. Como proposta de feminismo de resistência Lugones (2014) sugere que se deve contestar formas de dominação para possibilitar novas oportunidades para as mulheres periféricas que foram esquecidas no feminismo branco ocidental e que elas passem a integrar o *corpus* epistemológico do feminismo nesse feminismo decolonial. Para tal, necessita-se descolonizar a colonialidade do saber e do ser e assim as vozes silenciadas poderão ser escutadas. Segundo Gonçalves e Ribeiro (2018), esse feminismo decolonial é capaz de enfrentar a colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero a partir de uma metodologia que nos auxilie a nos percebermos como latino-americanos.

Com as bases no feminismo decolonial podemos entender a origem e quem fala para quem nas teorias e epistemes sobre gênero. Desse modo, podemos compreender a construção da drag queen no cenário brasileiro e compreender de que forma se dão as diferenças entre a estética drag colonizadora em relação às peculiaridades e dificuldades de acesso que as drag queens brasileiras enfrentam em seu cotidiano mar-

ginalizado distante do glamour Norte Global. Nesse olhar decolonial a primeira inquietação que surge é sobre o termo/conceito que utilizamos para nos referir a essas pessoas artistas: quando passamos de transformistas para drag queens?

De transformistas à drag queens

As primeiras aparições de transformistas foram na Grécia Antiga, a partir de 534 a.C., e estão diretamente conectadas com a história do teatro (AMANAJÁS, 2014; SANTOS, 2019). Interpretar no espaço cênico utilizando máscaras, sejam femininas ou masculinas, era permitido somente aos homens. Segundo Amanajás (2014), além das máscaras os atores faziam uso de recursos como vestimentas e enchimentos para dar forma ao corpo, assim como fazem as drag queens do contemporâneo.

Outras manifestações surgiram na Ásia desde entre os séculos XIV e XIII. A consolidação das interpretações femininas por homens se consolidou primeiramente no Japão, e teve nos séculos seguintes manifestações na Índia, Indonésia e China. As comédias *Kyogen*, os dramas *Nô* e posteriormente os *Kabuki* eram linguagens teatrais específicas para homens performarem o feminino. Os treinos eram de muita dedicação e desde muito cedo na carreira dos jovens atores, o que acarretou a especialização de atores especificamente para papéis femininos. Na Índia aconteceram os *Kathakali*, interpretações das deusas sagradas do hinduísmo durante epopeias sagradas por homens religiosos e na Indonésia a criação de um dança-drama em que atores masculinos interpretavam

personagens femininas pelo uso de perucas, leques e máscaras, bem como a busca por gestos de leveza que transparecessem feminilidade. Na China, as Óperas de Pequim homens e mulheres podiam participar dos espetáculos. Contudo, por questões morais da época as mulheres foram expulsas do teatro, o que deixou homens no encargo de todas as interpretações (AMANAJÁS, 2014).

Tempos mais tarde, em que as máscaras já haviam sido deixadas de lado, italianos resgataram a prática reacendendo as interpretações femininas por homens na Europa. Paralelo a isso Shakespeare estava dando início em sua carreira como um dos maiores dramaturgos da história. De acordo com Amanajás (2014, p. 10),

Especula-se também que Shakespeare, ao conceber suas personagens femininas, ao rodapé da página em que descrevia tal papel, marcava-o com a sigla DRAG, *dressed as girl* (vestido como menina, em tradução livre), para sinalizar que aquela personagem seria interpretada por um homem. Não há provas concretas disso, pois nenhum manuscrito do autor sobreviveu ao longo dos 450 anos que o separam da contemporaneidade. O fato é que, sendo lenda ou não, a história é orgulhosamente contada e recontada pelas drag queens.

Na Inglaterra, a partir de 1674, as mulheres puderam retornar ao teatro. Ainda assim, atores transformistas continuavam atuando. Contudo, durante o século XVIII, após mudanças do pensamento social, esses atores passaram a ser alvo de ridicularização, o que enfraqueceu esse tipo de interpretação tornando-os esquecidos dos teatros. Depois desse fato, homens vestidos como mulheres luxuosas ganharam as ruas da Itália, França e Inglaterra. Essa foi a primeira vez que o transformis-

mo foi relacionado com o ser homossexual (AMANAJÁS, 2014). Após isso, no século XIX, transformistas passaram a incorporar novamente o espaço cênico dos teatros com papéis mais complexos e importantes nos âmbitos do drama e da comédia. Desse modo os homens atores que se transformavam em mulheres retomaram o *spot* e se destacaram nas comédias teatrais, trazendo novamente importância e reconhecimento para esse trabalho artístico durante o século XX.

Nesse século, na década de 20, emergiu um novo tipo de mulher no Ocidente, uma mulher independente e poderosa. Isso afetou diretamente na arte transformista, pois além de cantar e interpretar seria preciso estar na moda e aparentar ser elegante. Contudo, essa mudança estética foi retida na década de 50 por conta do levante anti-homossexual que se instaurou nas mídias disseminando mensagens de preconceituosas e convidando ao boicote dos teatros e desses atores homens que se transformavam em mulheres (AMAJANÁS, 2014).

Nos anos 60, com os primórdios da formação de uma cultura pop e o surgimento da identidade social jovem, viu-se ressurgir nas cenas urbanas uma abertura para os homossexuais através de inaugurações de bares e boates dirigidos a esse público-alvo. Esses espaços, porém, eram periféricos e distantes das regiões denominadas familiares e de bons princípios. E foi assim, nesses espaços de (re)existência que transformistas reaparecem como figuras artísticas admiradas (AMAJANÁS, 2014).

Nas décadas de 70 e 80, com a consagração da cultura pop e consolidação de divas dos musicais, do cinema e da televisão, também se

consolida o termo drag queens, as quais passaram a se inspirar nas celebridades da época e atravessaram sua atuação artística para além de bares e boates. Nesse período elas estavam presentes nas rádios, na televisão e até mesmo na Broadway. Ademais, elas conquistaram o cinema e se eternizaram em filmes clássicos como “Pink Flamingos” (1972) e “Priscilla, a rainha do deserto” (1994).

O termo drag queen chega ao Brasil nos anos 90, segundo Trevisan (2018). A novidade é somente o uso do termo em inglês, o travestimento já vinha de longa data no país. Esse termo trazia a semântica de que drag era voltado para um entretenimento que envolvia dublagens, dança vogue, esquetes de comédia, roupas extravagantes e uso de dialeto do público LGBT (AMANAJÁS, 2014) como o pajubá, por exemplo. O fazer drag ganhou um status para além de entretenimento, essas figuras vieram se tornando elemento simbólico de paradas da diversidade e de movimento e lutas pela causa desde as décadas de 70 ao redor do mundo.

No Brasil a relação com o travestimento vem de um histórico de relação entre esse formato no estrangeiro e suas aplicações no entretenimento popular brasileiro em lugares como o carnaval e teatros de revista (SANTOS, 2019). Foi no carnaval, elemento de cultura brasileira, que a prática de se travestir ganhou desdobramentos para o carnavalesco e para o profissional. O carnaval trazia circunscrito consigo o clima de suspensão de regras, logo era costumeiro ver homens frequentando blocos de rua e fechados vestindo elementos atribuídos ao feminino.

Trevisan (2018) afirma que desde o século XIX havia uma empresa francesa que vendia peças de disfarce feminino como seios falsos

para homens que quisessem se travestir. Nesse mesmo século existiam bailes organizados pela sociedade Ginástica Francesa, que trazia o travestimento para fora do contexto carnavalesco (GREEN, 2006). No século seguinte, como a proporção do sucesso do travestimento no carnaval viu-se acontecer essa estreia no cinema nacional. Conforme Santos (2019), eram em gêneros como a chanchada que homens se destacaram com papéis femininos por isso ser supostamente engraçado, assim considerado por se público consumidor. A partir disso espaços como o rádio e teatro de revista foram consolidados conjuntamente com o cinema enquanto o carnaval seguia com a prática do travestimento consolidada.

Dentro da prática do travestimento no Brasil, Green (2006) aponta como o ato dos foliões de se vestir de mulher envolvia um esforço em reafirmar a virilidade por meio da presença de barba, pelos pelo corpo, exibir grande dificuldade em andar de saltos para que assim não houvesse questionamentos em torno de sua masculinidade. O autor afirma que isso traz à tona tensões sociais mais complexas envolvendo as relações de gênero em nossa sociedade, é algo que vai para além de uma brincadeira de travestimento.

Destacando o travestir-se pela perspectiva de homossexuais brasileiros viu-se no carnaval a oportunidade de experimentar as fronteiras entre gêneros e praticar aquilo que se desejava ao longo do ano todo. Nos anos 40, eles haviam se infiltrado por meio do contexto de carnaval, em espaços para a representação dos gêneros em performances públicas. Com o tempo personagens travestidos foram ganhando desta que na multidão e se tornaram atração por si só. A partir desse sucesso

Dercy Gonçalves, em 1948, criou um concurso dos homens travestidos. Esses concursos elevaram o nível das performances e como contam Green (2006) e Santos (2019) entradas triunfais chegavam a precisar de quadro assistentes e criou-se uma dinâmica turística e viajar para o Rio de Janeiro participar e assistir a esses concursos.

Com a elevação da performance e requinte de um travestimento glamuroso e levado a sério que contradizia a prática debochada e caricata de heterossexuais em blocos de rua, o travestimento artístico passou a partir desse momento a ser considerado como prática homossexual. Participantes desses concursos começaram a se tornar mais famosos e, por volta dos anos 60, assumidos homossexuais interessados no travestimento, eles passaram a ser chamados de travestis. Nesse mesmo período, travestis deram início a novos trabalhos como integrar teatros de revista profissionais e realizar performances de dublagem de famosas cantoras em casas noturnas. As travestis que se dedicaram ao teatro de revista obtiveram mais sucesso e reconhecimento social (GREEN, 2006). Trevisan (2018) acrescenta que nessa época algumas das travestis viajavam todo o país e chegavam a permanecer em cartaz com seus espetáculos por até três anos. Entre as travestis mais famosas desse momento estava Rogéria (SANTOS, 2019). O filme “Divinas Divas” (2016), dirigido por Leandra Leal, traz um pouco de sua majestosa trajetória profissional artística para o público da geração atual que é fã desse tipo de arte.

Rogéria fez turnê de shows pelo Brasil, em países africanos e europeus. Na França ela se consagrou como vedete por seis anos, o que

a possibilitou retornar ao Brasil como estrela internacional, em 1973 (GREEN, 2006). No entanto, conforme Santos (2019), quando ela retornou da Europa a popularidade dos shows de travestis havia caído, pois elas haviam sido associadas ao universo do crime e da prostituição. A fim de continuar atuando profissionalmente e se distanciar desse campo que prejudicava sua imagem a artista adotou e popularizou o termo transformista, que ainda não era utilizado no Brasil.

Nessa mesma época o travestimento aparecia personificado em Ney Matogrosso por meio de performances artísticas que continuam a dualidade dos gêneros masculino e feminino habitados no mesmo corpo. Elementos visuais de si como maquiagem, penas, saias, paetês e manutenção dos pelos do peito e perna eram modos de acionar essa brincadeira com as designações sociais do que pertence ao feminino e ao masculino. Além disso, segundo Green (2006), tamanha excentricidade levantava dúvidas quanto a sua orientação sexual, ainda que tenhamos falado sobre sua performatividade no campo do gênero. E conforme Trevisan (2018), não se via um ídolo da música tão popular, exótico e fascinante desde Carmen Miranda (SANTOS, 2019).

Dzi Croquettes também movimentavam a cena do transformismo na década de 70, durante o período da ditadura militar. Conforme Amanajás (2014), onze artistas militantes da causa gay chocaram a sociedade com a dualidade de seus corpos peludos e barbados acompanhados de muita maquiagem, glitter, purpurina, uso de salto alto e outras vestes consideradas femininas. Eles são apontados como precursores do que se vê como drag no Brasil.

Após a repercussão de Dzi Croquettes e Ney Matogrosso os shows de transformistas voltaram ao *spotlight*. Agora não mais chamados de travestis, transformistas estavam em cartaz nos teatros durante os anos 80. De acordo com Trevisan (2018), essas peças continham narrativas simples que tinham como muleta de roteiro o existir da figura exótica do ator-transformista. Contava-se também com o apoio de cênicas luxuosas acompanhadas de trilhas sonoras requintadas e números coreográficos. Dos teatros as transformistas conseguiram adentrar a televisão nessa mesma década, 80.

Na década de 90, com a presença das transformistas em diversas mídias como filmes, programas televisivos, videoclipes estadunidenses (RuPaul), entre outros fenômenos de globalização, o Brasil adotou o termo internacional drag queen para se referir à arte de travestir-se, o que ocasionou em uma substituição do termo transformistas nas casas de shows e localidades de suas performances, demarcando o modo como a cultura brasileira passa por uma substituição de termo prevalecendo o mundializado. Conforme Trevisan (2018), foi uma tentativa de integração mundial, modernização e transcender do local para o global. As drag queens foram relativamente aceitas por trazerem consigo elementos do campo lúdico e satírico que as transformistas caricatas do carnaval tinham. Isso possibilitou que as drag queens frequentassem espaços antes jamais imaginados como “(...) as concorridas festas de socialites, shows beneficentes e colunas sociais da grande imprensa.” (TREVISAN, 2018, p. 237).

Pensando essa alta das drag queens, até então transformistas, os

anos 90 foram palco de grandes eventos drag, a inserção dessas performances nas boates e diversos outros ativismos e mídiatizações. Exponentes da arte drag apareceram nessa década em São Paulo e Rio de Janeiro, entre elas, segundo Amanajás (2014, p. 20), estão “(...) Salete Campari, Silvetty Montila, Nany People e Dimmy Kier, que construíram suas carreiras em cima de personagens cômicas, irreverentes e queridas pelo público de vários grupos sociais”.

Pensando Mato Grosso, onde essa pesquisa foi realizada, trazemos a contribuição local destacando a presença consolidada desde os anos 80 do ator-transformista Liu Arruda, que ficou famoso e conhecido por suas célebres personagens Comadre Nhara e Ramona, inspirações que surgiram através da observação do comportamento de sua vizinha cuiabana. Ainda na década de 90, drag queens pioneiras surgiram e se eternizaram na cena drag e LGBT do estado de Mato Grosso, atuando ainda hoje, como Sarah Mitch, Leila Veronick e Elza di Brasil. Liu Arruda se encaixava mais na conceituação primeira de transformista por ocupar o espaço do teatro e transitar entre personagens, enquanto Sarah, Leila e Elza se aproximavam mais do ser drag queen ao assumir uma persona e não personagens cambiáveis. Destaca-se também que as três despontaram suas carreiras em boates LGBT da capital Cuiabá, como a encerrada ZumZum Bar Disco, através de performances de dublagens de músicas de divas da cultura pop.

Por meio dessa reconstrução histórica da artes transformista/drag brasileira torna-se possível melhor compreender os modos como as drag queens de hoje tem se construído a partir de uma mídiatização e

recursos tecnológicos utilizados e vividos dos anos 90 para os 2000. Drags de uma época anterior, como a década de 90, hoje trabalham como outros mecanismos de mídia anteriormente não imaginados como possíveis locais de expressão artística para elas. Conseqüentemente, esses avanços tecnológicos também proporcionaram o surgimento de uma nova geração de drag queens brasileiras que já iniciou a carreira através das mídias digitais e encontrou nesse terreno seu sustento e ambiente de retroalimentação artística inspirando e sendo inspirada, assim como ocorre no fenômeno da cultura pop.

Nos tensionamentos das estéticas estrangeiras invadindo a arte drag brasileira, em uma relação de dualidade entre global e local, Cardoso Filho et al (2018, p. 90-91) nos convidam a perceber elementos em um videoclipe que apontam brasilidade através de samba e clima de churras, por exemplo. Para os autores, esses elementos “(...) convocam aspectos de festa, e é por conta daquilo que essa sonoridade nos convoca que o videoclipe tensiona o global no local – ainda que reconheçamos os processos de determinação que envolvem a indústria fonográfica e que ampliam o alcance de produtos globais”.

Na escola de afetos do global para o local podemos tratar do efeito “*RuPaul’s Drag Race*”, que atingiu grande público no Brasil e contribuiu com a atenção especial para a arte da montagem que foi dada após a chegada do reality no país. Novos admiradores do fazer drag não perceberam que essa arte já trazia consigo circunscritas características próprias das drag queens brasileiras desde antes do programa, bem como o fato de que o país possui boas montações e drag queens tal qual as

referências estrangeiras que invadiram o imaginário drag midiaticizado da geração atual (BEZERRA, 2018). É importante frisar que a presença das drag queens no Brasil antecede décadas antes da chegada e influência do *reality show* estadunidense e suas estratégias de midiaticização.

De acordo com Bezerra (2018), quando drag queens do Brasil preservam a prática do bate-cabelo e fazem uso de dialetos como o pajubá e o iorubá elas estão praticando um ato de resistência a sutis imposições disfarçadas de “*RuPaul’s Drag Race*” provenientes de norte-americanos, povos colonizadores. Para o autor,

O terrorismo drag ao reagir à assimilação empreendida pelo mainstream televisivo, pela normatização da drag, pela higienização da sua imagem, constitui pontes subversivas para minar os desígnios do gênero. E até desconstruir a performance drag padrão e que tende à normatização e higienização. Um movimento de reinvenção interna ao contexto drag potencialmente contribui também para colaboração drag na mudança social e no tensionamento dos desígnios do certo, limpo, puro, moralmente aceitável, conservador, opressor e normatizante (BEZERRA, 2018, p. 80-81).

As performances das referidas drag queens estrangeiras, norte-americanas, no caso, tem suas performances arquivadas e exibidas em escala mundial através de streaming televisivo. Enquanto isso, as drag queens locais entram em contato com esse material e o reproduzem em suas performances (BEZERRA, 2018). Nesse caso o que demarca as diferenças das duas performances são seus locais de encenação. De um lado, a América do Norte, e do outro, a América do Sul. Estabelece-se uma relação de dualidade entre centro e margem e colonizador *versus* colonizado.

A alta difusão dessas performances estrangeiras e internacionais cegaram a história drag brasileira. Estabeleceu-se um apagamento da cultura drag e percebeu-se que cada vez mais meninos e meninas começaram a se montar de drag, porém por conta do estilo estético de Drag Race canalizando, assim, a busca por se aproximar desse modo de fazer drag. Ainda que antigas e consolidadas queens brasileiras possam ter rejeitado o *boom* de Drag Race é inegável a força com que o reality dominou território por meio de sua midiaticização do drag, de modo que a estética internacional adentrou a tradição drag queen nacional e local (BEZERRA, 2018).

Essas reflexões sobre “*RuPaul’s Drag Race*” e o apagamento de características locais/nacionais da cultura drag brasileira nos leva de volta à discussão sobre a colonização e descolonização do fazer drag. Interpretamos que a imposição cultural que se estabelece em outros locais a partir do patamar de estética criado por drags norte-americanas e a busca por atingir tal referencial, como se fosse algo correto ou melhor, nos traz à luz a colonialidade que se estabelece com o povo brasileiro há séculos: a colonialidade da cultura. As imposições culturais são tão fortes e violentas quanto outros tipos de colonialidade, pois ela apaga a memória de uma nação e a incorpora ao colonizador, tornando-o mais potente ao assimilar suas prescrições como verdades inquestionáveis.

Por isso é importante resistir para preservar e difundir a história das drag queens que não deixaram a brasilidade drag ser apagada. A forma de concretizar esse projeto de reconhecimento e valorização da brasilidade drag pode se dar por meio da preservação dos bate-cabelos,

uso de pajubá, iorubá, uso de figurinos e execução de performances que referenciem culturas brasileiras, entre outros modos dentro do vasto atual leque de possibilidades para a arte drag.

Assim, finalizamos as provocações teóricas cumprindo o objetivo de verificar transformações que a cultura drag veio vivendo nas últimas décadas através de revisão de literatura científica. Embora tenhamos nos concentrado nas transformações contemporâneas da cultura drag mundial e brasileira esse trabalho não se esgota aqui como uma verdade una e imutável. Como todo o campo da interdisciplinaridade e das ciências sociais e humanas o *status quo* está passível de mudanças. Dito isso, é importante que pesquisadores permaneçam atentos às questões da cultura drag.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Igor. **Drag queen**: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. Revista Belas Artes, v. 6, n. 16, p. 1-24, set./dez. 2014.

BEZERRA, P. H. A. **Picumã**: performance drag queen em uma epistemologia decolonial. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS/UFC, Fortaleza, 2018.

CARBONIERI, Divanize. **Pós-Colonialidade e Decolinialidade**: rumos e trânsitos. Revista Labirinto, v. 24, n. 1, p. 280-300, jan./jun. 2016.

CARDOSO FILHO, Jorge; AZEVEDO, Rafael José; SANTOS, Thiago

Emanoel Ferreira; MOTA JUNIOR, Edinaldo Araujo. **Pablo Vittar, Gloria Groove e suas performances: fluxos audiovisuais e temporalidades na cultura pop.** Revista Contracampo. Niterói, v. 37, n. 03, p. 81-105, dez. 2018/mar. 2019.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el Feminismo: uma perspectiva desde America Latina y el Caribe.** In: PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, 1., 2009, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires, 2009. 8 p.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. **Colonialidade de Gênero: o feminismo decolonial de María Lugones.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 3., 2018, Rio Grande. Anais... Rio Grande, 2018. 8 p.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 541 p.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial.** Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais.** MASP Afterall, 2019.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. **O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas.** Revista Espaço Acadêmico. n. 202, mar. 2018.

SANTOS, Thiago Henrique Ribeiro. **Prazer, eu sou arte, meu querido: apontamentos historiográficos para uma genealogia do travestimen-**

to drag queen. Revista Periódicus, v. 2, n. 11, p. 17-44, mai./out. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018. 728 p.

CAPÍTULO 10

POR ONDE ANDA A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE BISSEXUALIDADE NOS PERIÓDICOS FEMINISTAS BRASILEIROS? POR UMA PEDAGOGIA CRÍTICA ÀS MONOSSEXUALIDADES

Bruna Gabriela de Oliveira Gomes

Bruna Andrade Irineu

Este capítulo é extrato da pesquisa *Participação Social e Políticas Públicas LGBTI: mapeamento crítico feminista das experiências no Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai (2002-2017)*, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero (NUEPOM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O texto objetiva comunicar o estado da arte da produção sobre bissexualidade em revistas feministas brasileiras. Neste escrito, questiona-se qual o lugar da bissexualidade nas pedagogias que o campo tem produzido? E, portanto, nosso esforço perpassa a comunicação de uma reflexão implicada com os Estudos Feministas, assumindo a bissexualidade como um elemento perturbador da lógica binária (MOSCHKOVICH, 2020).

A pesquisa identificou a incipiência da produção científica sobre a bissexualidade no corte temporal estabelecido, assim indicamos prováveis fatores que nos auxiliam a compreender os sentidos da visibilidade ou da invisibilidade bissexual neste contexto. Tendo em vista o caráter

exploratório do estudo, tomamos a bissexualidade enquanto uma categoria analítica, que extrapola o sentido de uma classificação de orientação sexual arregimentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O interesse do estudo, que articulou pesquisas de iniciação científica e trabalho de conclusão de curso, envolveu periódicos brasileiros em busca de: a) mapear as produções acadêmicas nacionais sobre bissexualidades nos periódicos feministas entre os anos de 2000 e 2020; b) verificar de que maneira a implementação de políticas públicas governamentais LGBTI+ podem ter influenciado o aumento dessa produção pós-2004; c) Identificar as temáticas centrais que circundam o pensamento sobre bissexualidades nas distintas áreas de conhecimento.

A investigação envolveu os seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura* – REBEH (UFMT e ABETH); *Cadernos de Gênero e Diversidade* (UFBA), *Cadernos Pagu* (Unicamp); *Revista Bagoas* (UFRN); *Revista de Estudos Feministas* (UFSC), *Revistas Feminismo* (UFBA); *Revista Gênero* (UFF); e *Revista Periódicus* (UFBA).

Caminhos da pesquisa de Estado da Arte

Há “[...] um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido [...], [de modo a] dar conta do ‘estado’ atual do conhecimento sobre o problema [...]” (MINAYO, 2012, p. 36). Por se tratar de “Estado da Arte”, o trabalho investigativo mapeia e analisa o estado da produção teórica em uma determinada área

do conhecimento (ROMANOWSKI; ENS, 2006) ou campo de estudos.

Na primeira fase mapeamos os artigos sobre bissexualidade presentes nos periódicos feministas brasileiros, delimitando as categorias teóricas e empíricas, para que pudéssemos organizar, interpretar e analisar os dados coletados no decorrer de toda a pesquisa. Assim, o “Estado da Arte” não se restringe somente ao ato de localizar as obras, mas também de analisá-las e criar as suas próprias interpretações.

Romanowski e Ens (2006) afirmam que no processo de mapeamento o/a pesquisador/a tem a possibilidade de revelar os principais temas abordados nas pesquisas selecionadas, a escolha do referencial teórico nas produções, os argumentos comuns e distintos, a proeminência de determinadas autorias, escolas de pensamento e tendências teóricas. Para a seleção dos artigos nos periódicos selecionados, Romanowski e Ens (2006) indicam que a definição de “descritores” ou “palavras-chave” são determinantes para uma concordância com a(s) temática(s) a ser (em) estudada(s) e com os objetivos delineados na pesquisa. Nosso estudo utilizou os descritores: “bissexualidade”, “bissexual” e “bifobia”.

A resultante desse método pode dar dimensão daquilo que já foi produzido tanto pela obra, como pelo seu conjunto (ROMANOWSKI E ENS, 2006), permitindo, assim, a pesquisadora ter novas interpretações e identificar lacunas nos estudos mapeados, identificar as temáticas mais recorrentes na produção de conhecimento, as divergências e possibilidades não exploradas. O “Estado da Arte” está se tornando cada vez mais imprescindível para apreender a amplitude do que já vem sendo produzido.

Como consequência da fase de mapeamento da produção teórica, dividimos o corpus da pesquisa nas seguintes categorias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias como corpus do mapeamento da pesquisa

Categorias	Descrição das categorias
Periódicos que tiveram publicações de pesquisas sobre o tema da bissexualidade ou/e bifobia como tema central	Publicações de estudos e /ou resenhas que possuem como eixo e debate central a bissexualidade ou a bifobia. Seu debate endossa unicamente sobre a(s) temática(s).
Periódicos que não tiveram nenhuma publicação de pesquisas sobre o tema da bissexualidade ou/e bifobia como tema central ou subeixo	Nenhum registro de publicação de estudos e/ou resenhas com a temática da bissexualidade ou/e bifobia.

Fonte: Pesquisa direta

Nota-se que não incluímos produções onde o descritor bissexualidade aparece apenas em alusão ao B da sigla LGBTQIA+, entendendo que esses estudos não trazem aprofundamento na particularidade da realidade da população bissexual. Portanto, concentramos os nossos estudos em publicações que se dedicaram exclusivamente a refletir a bissexualidade e a bifobia.

Nosso objeto de pesquisa se desvelou a partir de um cotidiano de estudos e de vivências políticas críticas a binaridade que as autoras deste capítulo compartilham a partir de suas trajetórias acadêmicas atravessadas por marcadores de sexualidade, classe social e idade que as distinguem entre si.

Situando os periódicos que compuseram o *corpus* e a amostragem do estudo

Para iniciar o debate sobre produção de conhecimento no campo de gênero e sexualidade, cabe retomar o fato de que este campo é coproduzido por ativistas e acadêmicos, o que fez com que Facchini e Daniliauskas (2013) afirmassem que distintos sujeitos constituíram esse campo e que seu crescimento se deu em função das demandas da epidemia do HIV e da visibilidade LGBTI+ enquanto sujeitos de direitos, mas também do investimento dos organismos internacionais e das agências de fomento à pesquisa.

Relaciona-se a isso, a atuação dos movimentos sociais na interlocução com a universidade e na pressão do Estado para o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como o aumento de trabalhos, estudos e abordagens caminharam com a expansão universitária realizada no Brasil na primeira década do milênio, o que gerou um processo de interiorização dos debates sobre gênero e sexualidade do mesmo modo que ampliou o quantitativo de grupos e núcleos de pesquisas registrados no diretório do CNPq. (FACCHINI; DANILIAUSKAS, 2013).

Desde 2013, ano de publicação do artigo de Facchini e Daniliauskas (2013), o Brasil vem sofrendo com uma escalada conservadora que se explicita na ofensiva antigênero, que se espalha de maneira global. As jornadas de junho de 2013, o efeito dos mega eventos nas grandes cidades, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o assassinato de Marielle Franco e a eleição de Bolsonaro compõem uma miríade de

fatores que produziram, após os efeitos catastróficos da epidemia de Covid-19, o enquadramento de regressão dos direitos via ataque a educação pública, em especial as universidades, a militarização das escolas, o negacionismo, a destruição das florestas nacionais, desfinanciamento das políticas públicas e a incidência de uma agenda anti-LGBTI+ financiada pelo Ministério da Família, Mulheres e Direitos Humanos. Elementos que também reconfiguram o campo de estudos de gênero e sexualidade, que nos últimos quatro (4) anos sofreu com ausência de financiamento e com a vigilância e perseguição política.

Considerando o crescimento no campo de estudos, observando aumento de grupos de pesquisa, publicações indexadas e eventos, destacamos que em nossa amostragem, os artigos sobre bissexualidade e/ou bifobia foram encontrados em três revistas, sendo elas: a) *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura* (REBEH), localizada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); b) *Revista Estudos Feministas*, localizada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); c) *Revista Periódicus*, localizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A REBEH é um periódico de publicação trimestral lançado no ano de 2018 pela Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH). Em seu site localizado no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) podemos identificar seu histórico e escopo:

A REBEH é uma Revista científica Interdisciplinar que publica contribuições originais dos diversos campos do conhecimento e em todos os níveis de formação, e, também, produções do ativismo social, segundo a política de cada sessão desde que relacionados ao escopo de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social e outros marcadores sociais da diferença em sintonia com os diversos campos dos feminismos. Seus números acolhem as reflexões autorais em fluxo contínuo. São aceitos manuscritos em português, inglês, espanhol e francês (REBEH, 2021, s/p).

A *Revista Estudos Feministas* (REF), onde foi localizada uma resenha sobre bissexualidade, é um periódico de publicação quadrimestral criada em 1992, no Rio de Janeiro. A partir de 1999, passou a ser sediada pela Universidade Federal de Santa Catarina. A revista faz publicações em formatos de artigos, ensaios e resenhas, e tem como objetivo divulgar a vasta produção de conhecimento sobre gênero, feminismos e sexualidades, a fim de contribuir para debates teóricos e das discussões e práticas dos movimentos sociais.

Já as outras duas publicações encontradas no mapeamento foram na *Revista Periódicus*, vinculado a Universidade Federal da Bahia. Ela é editada pelo Núcleo de Pesquisa em Culturas, Gêneros e Sexualidade, sua publicação é semestral. O seu objetivo é divulgar os Estudos de Gênero e Sexualidade, com as perspectivas feministas, queer, transfeministas, anti-racistas e anti-coloniais, e não somente do Brasil, como também nos demais países da América Latina.

Pretendemos também: traduzir para a língua portuguesa textos importantes e inéditos dos Estudos de Gênero e Sexualidade; divulgar a produção acadêmica realizada por meios de uma

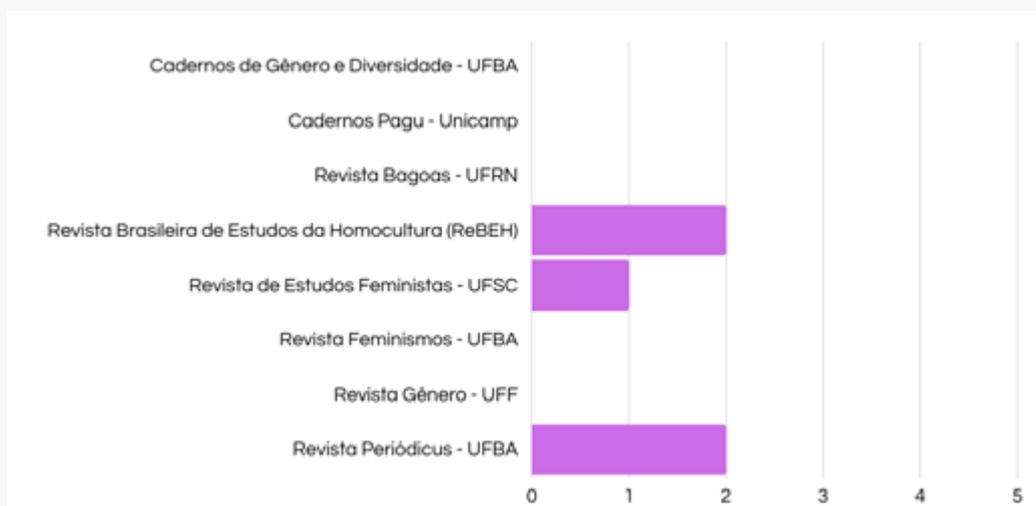
perspectiva interseccional e multi-inter-transdisciplinar sobre gêneros e sexualidades; acolher outras linguagens e modos de criação de textos acadêmicos, para além dos formatos de Artigos e Ensaios, de forma a também “estranhar” não só as formas canônicas de produzir conhecimentos nas Universidades, mas também as próprias metodologias dessas produções (PERIÓDICUS, 2021, s/p).

É oportuno indicar que dentre as revistas pesquisadas, a REBEH, a Cadernos de Gênero e Diversidade, a Periódicus e a Feminismos iniciaram suas publicações há menos de 10 anos. Já a Revista Gênero e a Bagoas foram criadas no início dos anos 2000. E a Cadernos Pagu e a Revista de Estudos Feministas, foram criadas no início da década de 1990.

Data desse período a criação, na área, de duas publicações acadêmicas que mantêm edição regular e são bem classificadas em diferentes indicadores de qualidade: A *Revista Estudos Feministas*, que recebe substancial apoio da Fundação Ford para sua criação em 1992 e é editada em uma rede nacional cuja liderança está na UFRJ, passando pela UERJ e, posteriormente, sediada na UFSC, a partir de 1999; e *Cadernos Pagu*, que são editados pela segunda geração de pesquisadoras de gênero da Unicamp, reunidas institucionalmente no Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Pagu a partir do início dos anos 1990 (GROSSI, 2010, p. 296).

O mapeamento revelou um número reduzido de publicações sobre a bissexualidade nas revistas feministas pesquisadas, como demonstra o Gráfico 1, onde entre as oito (8) revistas selecionadas para esse estudo, apenas cinco (5) publicações foram localizadas.

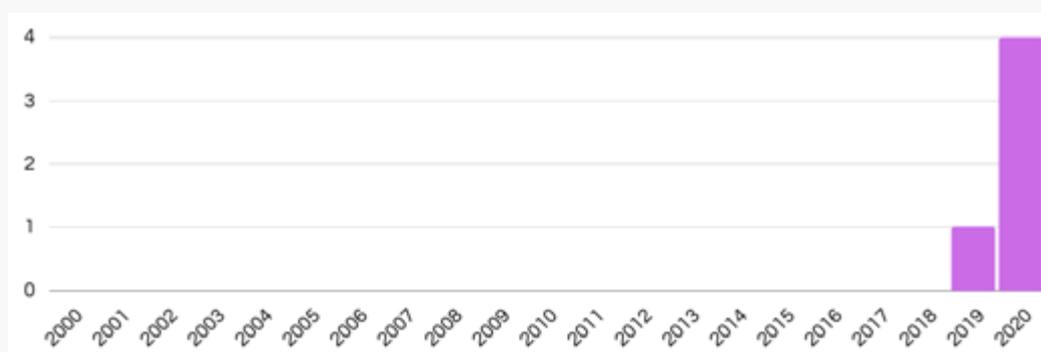
Gráfico 1 – Número de publicações de estudos sobre o tema da bissexualidade ou/e bifobia como tema central nos respectivos periódicos



Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que em cinco (5) revistas não foi localizada nenhuma publicação sobre a bissexualidade e/ou bifobia. Ao passo que a REBEH publicou dois artigos, a Revista Periódicus também dois e a Revista de Estudos Feministas (REF) com uma publicação sobre a bissexualidade entre 2000 e 2020.

Gráfico 2 – Os anos das publicações de estudos sobre o tema da bissexualidade ou/e bifobia como tema central em periódicos feministas.



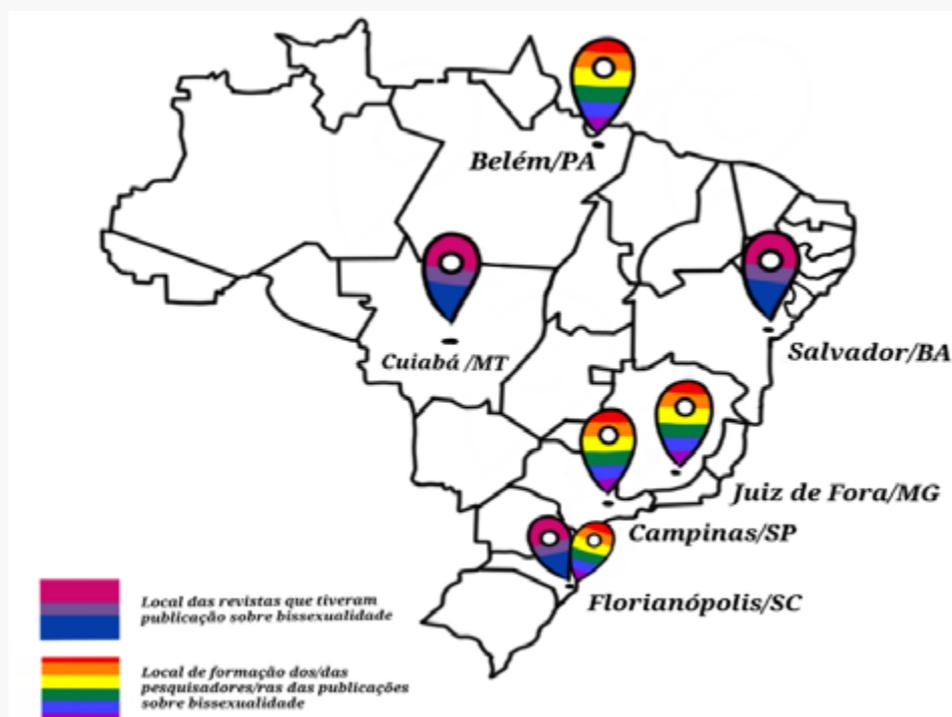
Fonte: Elaboração própria.

As publicações se concentraram entre 2019 e 2020, especialmente no ano de 2020, o que também se relaciona com a existência de maior número de periódicos do campo de gênero e sexualidade, o que pode nos apontar uma ampliação de espaços de divulgação científica aberto a uma diversidade mais ampla de pesquisadoras e ativistas, a considerar que as revistas mais novas têm se colocado mais receptivas a artigos em que a primeira autoria não se restringe a doutoras/es com autorias de graduadas, mestrandas, mestres e doutorandas.

O que dizem os artigos sobre bissexualidade nos periódicos feministas brasileiros?

A Figura 1 demonstra que não existe uma tendência por regionalidade nos estudos sobre bissexualidade, pois nota-se que o local de formação desses pesquisadores é bem variado, de quatro estados diferentes: Pará, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Logo os estudos sobre a temática não possuem uma centralidade regional, mas sim um estímulo pessoal de cada pesquisador/a.

Figura 1 - Distribuição geográfica das revistas que tiveram publicação sobre bissexualidade no Brasil e o local de formação dos/das pesquisadores/ras



Fonte: Elaboração Própria.

No quadro abaixo, sistematizamos as temáticas dos artigos, os periódicos, região de formação da autoria e o ano de publicação de cada uma delas. Consequentemente, partimos para a etapa que envolveu a leitura e estudo dos cinco textos identificados no mapeamento. Vale ressaltar que nas duas publicações no periódico da REBEH as/os autores apresentam discussões que não são produto de suas dissertações ou teses, mas sim de reflexões ensaísticas travadas a partir da ausência do debate sobre bissexualidade.

Quadro 2 – Periódicos que tiveram publicações sobre o tema da bissexualidade ou/e bifobia como tema central

Periódico	Autoria	Título da Pesquisa	IFES	Ano
REBEH	Cosme Rezende Laurindo	Construções identitárias bissexuais e matrizes hetero e homonormativas	UFJF Juiz de Fora/ MG	2020
REBEH	Marília Moschkovich	Notas para um Materialismo Bi-Alético	UNICAMP Campinas/SP	2020
Revista Estudos Feministas	Helena Motta Monaco	Uma chuva constante ⁴¹	UFSC Florianópolis/SC	2020
Revista Periódicus	Melissa Bittencourt Jaeger, Geni Nuñez Longhini, João Manuel de Oliveira, Maria Juracy Filgueiras Toneli	Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos	UFSC Florianópolis/SC	2019
Revista Periódicus	Inácio dos Santos Saldanha	“Semi-hétero nem é gente”: Uma análise da bifobia em espaços de cibernormatividade homossexual	UFPA Belém/PA	2020

Fonte: Elaboração própria

Cosme Rezende Laurindo (2020), cuja formação se deu na Saúde Coletiva, apresenta no ensaio intitulado *Construções identitárias bissexuais e matrizes hetero e homonormativas*, que envolve uma escrita de si, destacando processos de adoecimento pelo não reconhecimento social da bissexualidade e os atravessamentos disso no cotidiano. O autor observa também como este debate se insere na discussão ainda

⁴¹ Este trabalho se apresenta enquanto Resenha, pela escassez do levantamento optamos em mantê-lo no corpus da pesquisa, ainda que não se apresente enquanto artigo

hegemônica de leitura de mundo em uma matriz dual: hetero- e homonormativas.

O texto é um ensaio teórico, a partir de duas dissertações de mestrado, tendo como base conceitual a *Teoria Queer* e as *Epistemologias Bissexuais*. Para Laurindo (2020), a forma como a bissexualidade, enquanto identidade, é vista atualmente, impactada em sua construção, de maneira que os processos de invisibilização e de marginalização retomam concepções e paradigmas não atuais, atuando enquanto fatores que propiciam o apagamento desta sexualidade dentro da comunidade LGBTQI+ e reforça relações de poder excludentes a partir das matrizes hegemônicas: hetero- e homonormativas.

Marília Moschkovich (2020), tem sua formação na área de Ciências Sociais, apresenta no artigo intitulado *Notas para um Materialismo Bi-Alético*, um ensaio que reflete sobre quais maneiras o poder disruptivo do conceito de gênero pode ser atribuído ao fato de que ele toma a dialética como solução teórica para dilemas concretos da investigação e da luta feministas. O texto propõe um olhar bissexual para as proposições de Hegel e Marx em torno da dialética como método, explorando as possibilidades revolucionárias no sistema de gênero a partir da ideia de negação/negatividade, em diálogo com Adorno.

Helena Motta Monaco (2020), vem das Ciências Sociais e apresenta na resenha intitulada “Uma chuva constante”, as discussões do livro *Bifobia: etnografía de la bisexualidad en el activismo LGTB*, do autor Ignacio Elpidio Domínguez Ruiz. O livro é uma etnografia sobre o Ano da Visibilidade Bissexual na Diversidade realizada no ano de

2016. Assim, Monaco (2020) discorre sobre a discussão do autor sobre a diferença da bifobia e da homofobia, segundo Domínguez (2017) a bifobia seria uma “chuva constante” que atinge a população bissexual, manifestada pela negação da sua existência ou da sua validade e assim, se materializando em insultos e pela violência simbólica. E para tanto, o autor considera que a violência simbólica é um determinante justificador da invisibilidade da bissexualidade. Monaco (2020) desenvolve que autor acredita que essas discussões deveriam estar presentes dentro do ativismo, pois a ação excludente e violenta quanto à bissexualidade se insere também nas estruturas do movimento LGTB⁴².

Melissa Bittencourt Jaeger e demais autores, são da Psicologia Social e apresentam no artigo intitulado *Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos, as noções de bissexualidade, bifobia e monossexismo*. Tendo como referenciais teóricos das perspectivas queer e decolonial, as autoras falam sobre como a bissexualidade é vista historicamente enquanto uma prática ilegítima, relacionada à não-monogamia, à infidelidade e à transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). O seu apagamento na sociedade passa pela lente monossexual, ou seja, as práticas monossexuais (heterossexualidade, homossexualidades e lesbianidades) seriam mais legítimas do que as práticas não monossexuais (bissexualidades, pansexualidades, polisssexualidades e sexualidades fluídas). Portanto, através da bifobia e do monossexismo, o sofrimento de bissexuais acaba nem mesmo sendo

⁴² A sequência das letras trocando o “T” e o “B” é de preferência do autor Ignacio Elpidio Domínguez Ruiz.

reconhecido, tornando-se sujeitos que não possuem autonomia de definir os termos do que é ou não violência. Assim, mediante esses debates, o artigo busca provocar reflexões sobre a necessidade da discussão das bissexualidades no meio ativista e/ou no acadêmico, buscando combater a bifobia e o monossexismo colonial.

Inácio dos Santos Saldanha, cuja formação é na História, apresenta o artigo intitulado “*Semi-hétero nem é gente*”: *Uma análise da bifobia em espaços de cibernabilidade homossexual*. O estudo é inspirado em uma etnografia virtual, onde o autor busca analisar comentários bifóbicos na internet, mais especificamente no fórum Pan e em uma publicação da página Resistência Gay, no *Facebook*, ambos acessados majoritariamente por homens gay cisgênero. Saldanha (2020) analisa declarações bifóbicas que circulam na internet, a partir da teoria de Kenji Yoshino inferindo que esses discursos são pautados na invalidação da bissexualidade, nos comportamentos imorais das pessoas bissexuais, na sexualidade ser uma ponte para a contaminação do HIV, ou por o seu falso “estado” de privilégio em relacionamentos com o gênero/sexo oposto. Acrescenta ainda que há três ‘estratégias’ de apagamento bissexual segundo Yoshino, que são: o apagamento de classe, o apagamento individual e a deslegitimação.

Os achados do estudo indicam que a bifobia se imbrica na violência heteronormativa, o que também se reflete na própria comunidade LGBTQIA+, a bissexualidade é frequentemente considerada uma sexualidade transitória, ou melhor, um meio para atingir as sexualidades homossexuais e, portanto, vive um constante deslegitimação (SALDA-

NHA, 2020). O centramento das monossexualidades também reflete no ativismo e na academia, o que explica como o debate teórico e político da bissexualidade passa a circular mais recentemente, indicando também uma motivação de estudiosas(os) da bissexualidade mais localizada na última década no contexto brasileiro.

Logo, o número reduzido de artigos publicados nos periódicos feministas entre os últimos 20 anos no Brasil, não expressa uma omissão das/os pesquisadoras/es sobre a bissexualidade, mas sim que a temática é negada socialmente e está em um patamar secundário figurando apenas como adereço no *roll* de identidades que compõem a sigla LGBTI+.

Iniciamos este capítulo recuperando a trajetória dos estudos de sexualidade no Brasil em suas conexões com aos processos políticos brasileiros. Esse caminho evidencia a sexualidade tomada como lugar social, em direção a uma maior visibilidade social e a importância dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, assim como o imbricamento com os movimentos feminista e LGBTI+. (FACCHINI; DANILIAUSKAS, 2013). O aumento de grupos, núcleos e linhas de pesquisa, eventos e publicações indexadas exclusivas do campo de estudos de gênero e sexualidade, devem ser enfatizados, no entanto como o campo de estudos é dialético e se movimenta nessa realidade, não um equilíbrio entre as discussões que podem ser pensadas no âmbito da diversidade sexual e de gênero.

Como vemos, há um reduzido número de publicações sobre bissexualidade e a ausência do debate sobre bissexualidade também pode ser observado no fato de que tanto a REBEH quanto a *Cadernos de Gê-*

nero e Diversidade publicaram dossiês temáticos sobre as lesbini-
dades⁶³, marcando um significativo momento para a publicização da
produção lésbica. A primeira edição da *REBEH* se desenvolveu com
pesquisas feitas exclusivamente por travestis e transexuais. Na edição
que localizamos a publicação *Bissexualidade, bifobia e monossexismo:
problematizando enquadramento*, edição n°11 de 2019 da *Revista Pe-
riódicus*, também encontramos um notável número de pesquisas sobre
a população trans.

Não cabe desqualificar o alto número de produções dessas temá-
ticas, mas sim problematizar o papel secundário que a bissexualidade
ocupa no âmbito dos estudos sobre diversidade sexual. Os exemplos
não são para condenar o número de produções a mais do que da bisse-
xualidade, ou por sua maior visibilidade, mas pelo contrário, é também
em respeito por essas(es) estudiosas(os) e suas trajetórias. Vem esse
fato como uma vontade de querer, de querer alcançar tais conquistas.

Portanto, o reduzido número de publicações sobre a bissexualida-
de nos periódicos feministas reforça e expõe que a bissexualidade tende
a ser anulada enquanto sexualidade legítima no ativismo e na academia.
A escassez dessas produções reforça o binarismo heterossexual/homos-
sexual, tornando-se sexualidades permitidas aos esforços científicos, e
por consequência, reflete nos seus avanços em produções.

Logo, estimulamos que pensemos entre – pesquisadoras e ativis-
tas – sobre os prejuízos da reprodução do binarismo sexual e de gênero

⁶³ Na *REBEH* edição de v. 2, n. 8 de 2018. Já na *Cadernos de Gênero e Diversidade*, na
edição de v. 4, n. 2 de 2018.

na sociedade, em especial nos movimentos sociais e na academia, assumindo a urgência de repensar o binarismo e monossexismo a partir de uma pedagogia crítica, que compreenda a multiplicidade de corpos, sexualidades e gênero, e seu significado para construção de uma sociabilidade mais justa e democrática socialmente.

REFERÊNCIAS

EISNER, Shiri. **Bi: notas para revolução bissexual**. Editorial Linha a Linha, 2020.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. **Políticas Sexuais e Produção de Conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. **Gênero, sexualidade e reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil**. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia. São Paulo: ANPOCS, 2010.

JAEGER, Melissa B; LONGUINI, G. D. V.; OLIVEIRA, J. M.C.; TONELLI, M. J. F. **Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos**. Periódicus, Salvador, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

LAURINDO, Cosme Rezende. **Construções identitárias bissexuais e matrizes hetero e homonormativas**. REBEH, V. 3, N. 10, 2020. pp.48-55. Disponível em <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10888>>.

LEWIS, Elizabeth S. **“Não é uma fase”**: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). DESLANES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONACO, Helena Motta. **Uma chuva constante**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2020.

MOSCHKOVICH, Marília. **Notas para um Materialismo Bi-Alético**. REBEH, Vol. 03, N. 10, Abr. – Jun., 2020. p. 109-127.

ROMANOWSKI, Joana P.; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SALDANHA, Inácio dos Santos. **“Semi-hétero nem é gente”**: uma análise da bifobia em espaços de cibernsociabilidade homossexual. Periódicus, Salvador, n. 14, v.2, nov.2020-abr.2021.

SOBRE OS AUTORES

Andréa Ferraz Fernandez

Doutora em Ergonomia da Informação pela Universitat Politècnica de Catalunya. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Cultura Contemporânea (PPG-ECCO) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPG-COM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3187083520316584>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6880-5783>.

Ayrton Senna Seraphim do Amaral

Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPG-ECCO) e Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Radialismo, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3716549830062413>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3298-3350>.

Bruna Andrade Irineu

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação Política Social (PPGPS/UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGISC/UFMT). Bolsista Produtividade em Pesquisa Pq-2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Bacharel em Serviço Social (UFMT). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM/UFMT e Pesquisadora do NAPLus – Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais – UFMT. Email: bruna.irineu@ufmt.br – ORCID: <https://orcid.org/00000003-1158-5000>

Bruna Gabriela de Oliveira Gomes

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM/UFMT.

Christian Gonzatti

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, com ênfase em Processos Midiáticos, na linha de pesquisa de Linguagens e Práticas Jornalísticas pela Unisinos, com bolsa da CAPES. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, também pela Unisinos, com bolsa integral. Membro do LIC, Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, desde 2012, atuando em pesquisas que articulam temas do jornalismo, como as teorias do acontecimento, dos processos em redes e mídias digitais e dos estudos de semiótica. Trabalha com comunicação e marketing digital e gerenciamento de sites de redes sociais, tendo experiências na área com empresas de dife-

rentes segmentos.

Dandara Felícia Silva Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Gastronomia e Ciências Sociais. Pesquisadora do GEDIS/CNPq-UFJF e Colaboradora bolsista de extensão do CeR-LGBTQI+ da UFJF. E-mail: dandaradoxum@gmail.com Id Orcid: orcid.org/0000-0002-4924-7448 e Link do Lattes: lattes.cnpq.br/5906194000951438

Deisy das Graças de Souza

Doutora em Psicologia Experimental (USP) Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia. Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos, Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Lattes: lattes.cnpq.br/4404800720856419

Gabrielle dos Santos

Assistente Social. Bacharel em Serviço Social e Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

Imar Domingos Queiroz

Doutora em Sociologia Política/UFSC. Professora Associada do Depar-

tamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: imarqueiroz@hotmail com Lattes: lattes.cnpq.br/4408681712025275 Orcid: orcid.org/0000-0003-0747-7947

Jeniffer Regina Rodrigues de Lima

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Filosofia e Educação com ênfase em Educação das Relações Étnico-Raciais e formação docente. Atualmente integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) e coordena a área de Filosofia no cursinho preparatório Pró ENEM - UFMT.

Joseane de Souza

Mestranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: soujosi2@gmail.com

Julia Zanetti Rocca

Doutora em Psicologia (UFSCar), mestre em Filosofia e Psicóloga. Docente do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondópolis (UFR) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGpsi-UFMT). Membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE). Lattes: lattes.cnpq.br/7678523240628345

Leana Oliveira Freitas

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2007) e Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (2001). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Compõe o Grupo de Pesquisa Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Política Social – UFMT. Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq.

Marco Jose de Oliveira Duarte

Pós-Doutor em Política Social. Mestre e Doutor em Serviço Social. Assistente Social. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do GEDIS/CNPq-UFJF, do CeR-LGBTQI+ da UFJF e Pesquisador do CNPq. E-mail: marco.duarte@ufjf.br
Id Orcid: orcid.org/0000-0002-6395-1941 e link do Lattes: lattes.cnpq.br/1776095470421007

Ricardo Fernandes Campos Junior

Doutorando no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC-USP), Mestre em Genética (USP), graduado em Ciências Biológicas.

Thiago Augusto Galeão de Azevedo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (FD-UFAM); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas (PPGDIR/UFAM); Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Antidiscriminatório e Marginalizações Sociais na Amazônia (GPDAMSA – CNPQ – UFAM); Pós-Doutor em Direito - Universidade de Brasília (UNB); Doutor em Direito – Universidade de Brasília (UNB); Mestre em Direito - Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA); Bacharel em Direito – Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA); Advogado. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5496674400879290>

Vicente Tchalian

Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso, sendo a primeira pessoa transmasculina a defender uma tese de doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre pelo mesmo programa e graduando em Ciência Política. O foco das pesquisas perpassa os Direitos Humanos e Diversidade, Estudos de Gênero, Políticas Públicas e Metodologia Científica. Trabalha atualmente com histórias de vida e construção de masculinidades em homens trans em Mato Grosso e Metodologias de Pesquisa Contemporâneas. Atua há mais de dez anos com a promoção dos Direitos das Populações LGBTQIA+, por meio de palestras, pesquisas e participação ativa nos grupos de movimentos sociais, buscando promover, sobretudo, garantir os Direitos Básicos às Populações Trans e Travestis.

Victor Hugo de Souza

Mestre em Psicologia (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT), especialista em Psicopedagogia Institucional, Psicólogo e Psicoterapeuta Comportamental. E-mail: souza.vhugo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8216190735252043>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5745-4148>.

Vinícius Alves da Silva

Bacharel em Gênero e Diversidade e Mestrando em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abjeção.....65,
66, 70, 76, 77, 82, 160, 177,
187, 213

B

Bissexualidade.....22,
247-250, 252-264

C

Corponormatividade.....96
Cisgeneridade.....70, 75
Cultura.....18-21,
25, 32-35, 37, 38, 40-42, 45, 48,
50, 53, 69, 85-87, 94, 96, 103,
106, 137, 138, 143, 145, 150,
151, 154, 157, 158, 160-163,
165, 167, 173, 182-185, 187,
193, 196, 204, 205, 210, 212,
214, 221, 222, 226, 228, 234,
235, 239-241, 243-245, 266,
271

D

Diversidade14,
15, 22, 67, 83, 85, 90, 91, 99-
101, 103, 104, 138, 139, 143,
145-147, 185, 191, 235, 248,
253, 256, 259, 262, 263, 271,
272
Decolonialidade.....226, 228
Dissidência.....16, 47,
54, 57, 62, 65, 70, 85

E

Emancipação.....42-44, 90,
91, 95, 106
Educação.....14-16, 18,
22-31, 33, 34, 37, 40, 43-45, 54,
79, 81, 85, 98, 101, 102, 107,
108, 112, 130, 131, 133, 145,
179, 252, 265, 268, 269

F

Feminismo.....15, 21, 78,
84, 137, 171, 183, 225, 229-231,
245, 248, 253, 254, 262, 272

G

Gênero.....14, 16-23, 39, 47,
49, 51, 54, 57, 58, 63-70, 72, 74,
75, 77, 79, 83-86, 89, 96, 109,
112, 114, 115, 117-126, 128,
133, 137-139, 143, 150, 151,
154, 156-160, 163, 164, 167-
171, 173-175, 178-183, 185-
203, 205-210, 213, 215-217,
220-225, 229-231, 236, 242,
245, 247, 248, 251-253, 256,
259, 261-264, 267, 271, 272

H

Heteronormatividade.....71,
162, 164, 168, 169, 172-174,
179, 181, 185, 195, 203, 209,
214, 229, 261
Homonormatividade.....258,
259, 264

I

Interseccionalidade.....13-15,
17, 18, 23, 62, 63, 74, 75, 77-79,
81-85, 96, 214, 229, 231, 254
Identidade.....18, 25,
36, 38-40, 49, 62, 64-66, 69, 71,
74-76, 78, 81, 86, 87, 103, 104,
156, 157, 159, 161, 164, 174,
175, 182, 183, 185, 188, 190-
192, 195-197, 199, 202, 205,
210, 212, 214, 215, 221, 222,
234, 259, 262

J

Judith Butler.....48, 62,
75, 160, 167, 187, 195

K

—

L

LGBTI+.....22, 23,
62, 64, 79, 80, 82, 84-86, 89,
105, 107, 109, 138, 145, 146,
148, 150, 154, 156-158, 160,
162, 163, 174-177, 180-182,
186, 214, 225, 235, 240, 247,
248, 250-252, 259, 261, 262,
265, 268, 270, 271

M

Michel Foucault.....224
Monossexualidades.....22,
247, 262
Movimentos Sociais.....11,
32, 36, 41, 87, 88, 89, 92, 94,
106, 107, 251, 253, 264

N

–

O

Opressão.....17, 19,
87, 89, 90, 93, 104, 106, 230

P

Poder.....14, 21,
39-41, 56, 59, 65, 66, 78, 82, 88,
93, 94, 100, 150, 151, 158, 166-
168, 170, 174, 176, 181, 187-
190, 193-199, 203, 205, 207-
224, 227, 231, 259, 266
Pedagogia.....22, 88,
89, 139, 213, 247, 264
Performatividade.....21, 70,
71, 150, 137, 169, 170, 172,
173, 238

Q

Queer.....20, 21, 70,
71, 84, 160-166, 168, 169, 172-
175, 177, 178, 180-184, 186,
187, 192, 225, 253, 259, 260

R

Raça.....14, 16-
18, 39, 47, 51, 52-54, 57, 63, 67,
75, 79, 83, 85, 96, 112, 158, 163,
192, 197, 229, 230, 253

Racismo.....15, 18, 19, 71, 78, 79, 87, 89, 91, 105, 212	V
S	Violência.....16, 17, 47, 53, 54, 56, 59, 60, 71, 83, 84, 89, 102, 105, 145, 146, 211, 212, 223, 259-261
Sexualidade.....17, 63, 69, 71, 77, 79, 83, 85, 148, 157, 161, 164, 166, 168, 169, 172, 174, 180-184, 186, 192, 198, 222, 224, 225, 245, 251-253, 256, 259, 261-264	Visibilidade.....22, 97, 155, 162, 176, 201, 247, 251, 262, 263
Sexismo.....19, 78, 79, 105	W
Subjetividade.....17, 62, 72, 109, 104, 162, 182, 191, 230	—
T	X
Transfobia.....82, 204, 214	—
U	Y
Ubuntu.....16, 17, 47, 49, 56-59, 61	—
	Z
	—

A coletânea Saberes e Aprendizagens Interseccionais: educação, diversidade e resistências é fruto de esforços intelectuais coletivos de pesquisadoras e pesquisadores de universidades de Mato Grosso, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Comprometidas com uma educação crítica, laica e socialmente referenciada, as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos na escrita desta obra partilham de ideias que refletem sobre educação, diversidade e interseccionalidade observando processos de aprendizagem ao avesso da norma em alternativas que coproduzem saberes imbricados em políticas de resistência. Com propósito de difundir produções inéditas, em uma perspectiva interdisciplinar, a obra torna-se um bom caminho para que a leitora e o leitor se imbriquem na diversidade e se afete com as resistências coletivas ora compartilhadas.

Apoio:



